

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM
ADMINISTRAÇÃO**

JULIANA RICARDO BISPO DE ALMEIDA

**O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O PERFIL DA
AGROPECUÁRIA NO MATO GROSSO DO SUL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO ISDM**

**CAMPO GRANDE – MS
2013**

JULIANA RICARDO BISPO DE ALMEIDA

**O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O PERFIL DA
AGROPECUÁRIA NO MATO GROSSO DO SUL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO ISDM**

Dissertação apresentada como requisito à
obtenção do grau de Mestre em Administração.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em
Administração.
Área de concentração em Gestão do Agronegócio.

Orientadora: Mayra Batista Bitencourt
Fagundes, Dr^a.

**CAMPO GRANDE - MS
2013**

Almeida, Juliana Ricardo Bispo de.

O desenvolvimento social e o perfil da agropecuária no Mato Grosso do Sul: uma análise a partir do ISDM./
Almeida, Juliana Ricardo Bispo de – Campo Grande, 2013.

91 f. Fig., Quadros.

Orientador: Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Administração.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Inclui Bibliografia

1. Desenvolvimento. 2. Índice Social de Desenvolvimento Municipal. 3. Mato Grosso do Sul. I. Juliana Ricardo Bispo de Almeida. II Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Curso de Pós-Graduação em Administração. III Título.

JULIANA RICARDO BISPO DE ALMEIDA

**O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O PERFIL DA
AGROPECUÁRIA NO MATO GROSSO DO SUL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO ISDM**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Gestão do Agronegócio do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aprovada, em sua forma final, em 26 de março de 2013.

Prof. Dr^a. Silvia Morales de Queiroz Caleman
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof^a. Dr^a. Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Leonardo Francisco Figueiredo Neto

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Fernando Paim Costa

Embrapa Gado de Corte

Este trabalho é resultado dos planos que Deus tem na vida de forma que deu perseverança à minha orientadora paciência ao meu marido e compreensão aos meus filhos. Em tudo a glória é do meu Deus.

“Porque eu bem sei os pensamentos que tenho a vosso respeito, diz o SENHOR; pensamentos de paz, e não de mal, para vos dar o fim que esperais. Então me invocareis, e ireis, e orareis a mim, e eu vos ouvirei. E buscar-me-eis, e me achareis, quando me buscardes com todo o vosso coração”.

Jeremias 29:11-13

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui minha gratidão, primeiro, a Deus, que me sustentou em todo o tempo, me fornecendo condições para a conclusão deste trabalho, aos meus pais, que muito e esforçaram para que eu tivesse oportunidades que nem eles mesmos experimentaram.

Agradeço de coração às pessoas que sempre me incentivaram, em especial aos professores e amigos: Luiz Carlos da Silva, Sérgio Okano, Carlos Alberto Aguirre e minha querida orientadora Mayra Batista Bitencourt Fagundes, sem o incentivo dos quais eu não teria chegado até aqui. Obrigada por tudo o que fizeram por mim.

Há uma pessoa a quem devo meu total respeito, admiração e agradecimento. Meu esposo Miguel Luiz de Almeida Neto, que por todos estes longos meses, assumiu meu papel em casa nos momentos mais críticos, para que minha dedicação fosse integral ao curso. Cuidou de nossos filhos e de mim com intensa dedicação, mesmo quando não havia necessidade e soube trabalhar com as tensões ocasionadas pela minha escolha. Neqeta.

Meu respeito e agradecimento a amiga de toda hora Kétura Paiva, como todo seu “nojo” que arrancou risos intensos em momentos mais tensos de nossa caminhada.

Deixo registrado meu agradecimento aos professores do programa de Pós-Graduação em Administração, a todos os funcionários da Coordenação do Programa e aos colegas com quem pude estabelecer uma agradável convivência.

A todos estes e também àqueles não mencionados, expresso aqui meu muito obrigado.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”.

John Dewey

RESUMO

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de analisar a relação entre os níveis de ISDM (Índice Social de Desenvolvimento Social) e o perfil do agronegócio no Estado do Mato Grosso do Sul. Para contextualizar este trabalho, é feita uma breve discussão acerca da conjuntura hodierna quanto ao assunto desenvolvimento. Em seguida, é realizado um histórico da evolução do tema e também é apresentada as relações de delimitação do assunto, quanto às questões determinadas pela pesquisa, o que deixou uma demarcação de estudo em 29 municípios, baseando-se na divisão de atividade proposta pelo IBGE. Com a utilização dos dados fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas e delimitado os municípios através de sua atividade principal e a participação desta no PIB do município para o ano de 2010 – data última data abrangida pela FGV, foi realizado o mapeamento da estrutura econômica do Mato Grosso do Sul. Parte-se da premissa da vocação agroindustrial do estado. A apresentação dos resultados foi realizada por meio de quadros e gráficos, os quais poderão ser utilizados para analisar a conjuntura dos municípios agropecuários do Estado. Na análise de relação entre os índices de desenvolvimento social e a agropecuária no Estado, ficou evidenciado que ao contrário do que sempre foi apregoado, os maiores níveis de renda e escolaridade estão nas áreas de base pecuária e não nas de base agrícola. Apesar de o ISDM do MS ser acima da média brasileira, o Estado ainda precisa avançar muito para sanar alguns gargalos sociais, como a questão da taxa de mortalidade por doenças evitáveis e o trabalho infantil.

Palavras-chave: Desenvolvimento; agricultura; pecuária.

ABSTRACT

This work was done in order to examine the relationship between levels of ISDM (Social Index Social Development) and profile of agribusiness in the state of Mato Grosso do Sul. To contextualize this work was a brief discussion about the situation today regarding the subject development. Then we conducted a historical evolution of the subject and is also presented relations delimitation of the subject, as determined by research to questions, leaving a demarcation of study in 29 cities, based on the division of activity proposed by IBGE. Using data provided by the Fundação Getúlio Vargas and delimited municipalities through its main activity and involvement in the municipality GDP for the year 2010 - date last date covered by the FGV, the mapping was done of the economic structure of Mato Grosso do South. The premise is vocation agroindustrial state of Mato Grosso do Sul. The presentation of the results was performed by means of tables and graphs, which can be used to analyze the situation of the agricultural counties of the state. In the analysis of the relationship between the indices of social development and agriculture in the State, it was evident that contrary to what has always been proclaimed, the highest levels of income and education are the areas of livestock and not on the basis of agricultural base. Although the MS ISDM is above the national average, the state has yet to advance much to remedy some social bottlenecks, such as the issue of mortality from preventable diseases and child labor.

Keywords: Development , agriculture, livestock.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
1.1.	PROBLEMÁTICA E IMPORTÂNCIA	14
1.2.	OBJETIVOS	16
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1.	CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO	17
2.2.	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	23
2.3.	AGROPECUÁRIA E SEUS EFEITOS SOBRE O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO.....	28
2.4.	HISTÓRIA E PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MATO GROSSO DO SUL 33	
3.	MÉTODO	41
3.1.	PROCEDIMENTOS	44
3.1.	PLANO DE AÇÃO DA PESQUISA E FONTE DE DADOS	47
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	48
4.1.	PERFIL DA AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS SUL MATO-GROSSENSE	48
4.2.	O ISDM E OS MUNICÍPIOS DE BASE AGROPECUÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL.....	55
5.	CONCLUSÃO.....	81
	BIBLIOGRAFIA	83

1. INTRODUÇÃO

Em um mundo globalizado, onde as decisões que afetam a população são determinadas e resolvidas, não apenas internamente, mas com a participação de toda a comunidade mundial, o Brasil ganha destaque novamente para um dos maiores encontros sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, a Rio +20. Vinte anos antes, em 1992, o país sediou o encontro que determinou diretrizes para o crescimento dos países, prezando pela preservação ambiental e pela justiça social. Agora, o mundo já possui maturidade acerca do problema causado pelo uso irracional dos recursos e os países desenvolvidos pagam um alto preço pelo crescimento econômico alcançado, de forma que, os países se unem e buscam uma solução para que essa conta não continue a crescer e prejudique a qualidade de vida dos mais de sete bilhões de habitantes do planeta.

Entre os anos de 2007 e 2009 o mundo assistiu a umas das maiores crises desde a grande crise em 1929, de modo que apenas no primeiro semestre de 2010 o mercado agrícola conseguiu iniciar um período de reação (FAO, 2011a), e nesta conjuntura, diversos países tiveram que adotar medidas extremas para evitar estagnação ou, como muitas outras economias, sair do “grande buraco” causado pela crise. Muitos países tem buscado voltar ao nível de crescimento do período anterior a esta crise e neste contexto tem-se observado um “boom” de crescimento, entretanto, o mundo pós-crise se preocupa não apenas em crescer, mas crescer de forma sustentável, de modo que, hodiernamente, é difícil se encontrar projetos de desenvolvimento que não envolva questões ambientais aliadas ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social.

Com uma população de mais de 7 bilhões de pessoas (UNFPA, 2011), a preocupação com a escassez de recursos (UNCCD, 2008) é inevitável. Até o ano de 2050, estima-se que a população mundial ultrapassará os 9 bilhões de pessoas, de modo que, para atender à demanda alimentícia dessa população, é mister que a produção mundial de alimentos atual seja ampliada em 100% (FAO, 2011b), principalmente nos países em desenvolvimento, sendo que todo o planeta enfrentará grandes dificuldades por conta das mudanças climáticas e da degradação dos recursos naturais. Estas transformações climáticas podem ocasionar reduções na produtividade de diversas culturas, de modo que, se faz necessária a utilização de sistemas de produção que consigam conciliar a conservação dos recursos e a produção de alimentos e, nesse sentido, os sistemas que integram a lavoura, a pecuária e a floresta (iLPF), se apresentam como alternativa para a redução de emissões

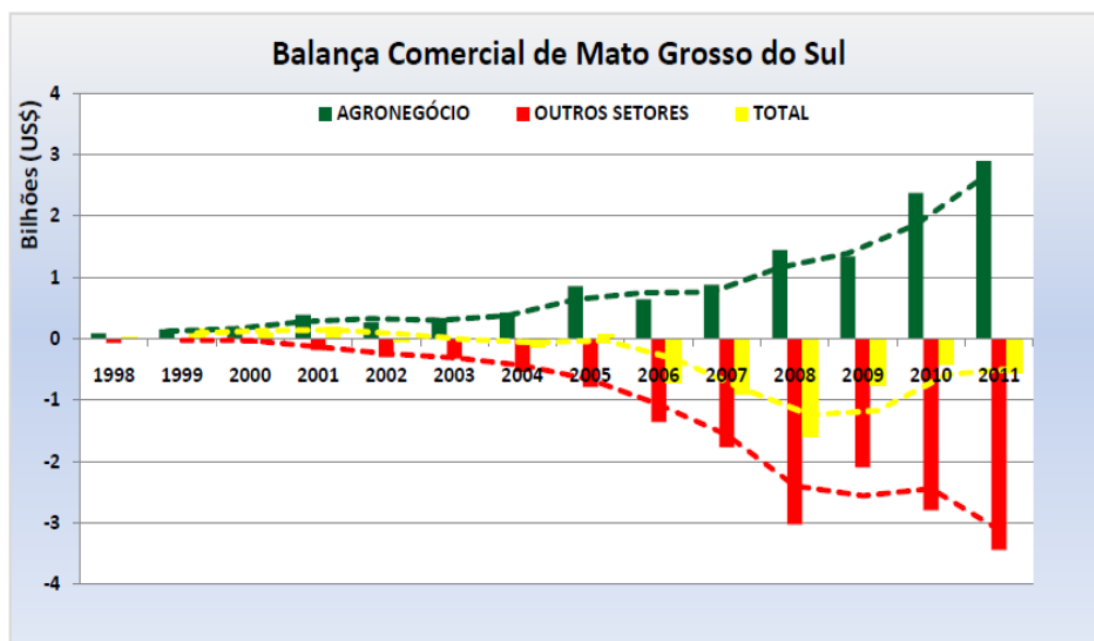
de gases do efeito estufa (GEE) sem prejudicar a produção de alimentos e demais produtos agrícolas (EMBRAPA, 2009).

O Brasil possui grande variedade de recursos naturais, abrigando 20% de toda a biodiversidade mundial – a Floresta Amazônica, que possui 3,6 milhões de Km² (FAO, 2011b). Uma vez que o país (Brasil) se torna cada vez mais ativo nas discussões sobre a preservação do meio ambiente, busca formas de mitigar os impactos de sua atuação como um país basicamente agroexportador, promovendo desenvolvimento sustentável e não apenas crescimento econômico em sua base mais simplista.

O Estado do Mato Grosso do Sul, com uma economia reconhecidamente voltada para o agronegócio, possuindo um dos maiores rebanhos bovinos do país com mais de 22.350 mil cabeças (IBGE, 2010a), se destaca no cenário nacional e internacional, pela vasta extensão de terras e também pela qualidade do solo, considerado muito fértil, o que atrai investimentos para o setor. O Estado vem apresentando nos últimos 15 anos, crescimento significativo em diversas culturas, entre elas, cana-de-açúcar – por consequência das indústrias que vem se instalando no estado – soja, milho, eucalipto, demandados pelas indústrias de papel e celulose, além de apresentar evolução nos índices de desempenho de sua pecuária, de forma que grande parte da produção sul-mato-grossense se destina ao exterior e também para outros estados nacionais (FAMASUL, 2010). Entretanto, a economia do Mato Grosso do Sul não é limitada ao agronegócio, uma vez que grande parte do Pantanal brasileiro está localizada em seu território, promovendo ações voltadas para o ecoturismo, que é realizado com amplo planejamento e de forma sustentável (BRASIL, 2002); (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

O agronegócio no Estado é o responsável pelo equilíbrio apresentado pela balança comercial, por conta de uma agropecuária fortalecida e que fornece divisas através das exportações provenientes da produção de carnes, soja, açúcar e álcool e produtos florestais, que gera ao estado, evolução positiva em seu superávit, contrariando os resultados dos demais setores que apresentam déficits (FAMASUL, 2012). A figura 1 apresenta a balança comercial do Mato Grosso sul, com as participações do agronegócio e dos demais setores.

Figura 1 - Balança Comercial do MS



Fonte: (FAMASUL, 2012)

Em 2010, o Estado produziu 34,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, 5,3 milhões de toneladas de soja em grão, 3,7 milhões de toneladas de milho e possuía um rebanho de aproximadamente 22,3 milhões de cabeças de gado de corte (PAP, 2010). No ano de 2011, 83% das exportações do Mato Grosso do Sul foi oriunda do agronegócio, sendo que a receita proveniente do setor foi no total de US\$ 3,239 bi, enquanto que as importações foram de US\$ 352,9 mi, de modo que houve superávit na balança comercial do agronegócio do Estado, representando um aumento de 21% frente a 2012 (FAMASUL, 2012). De fato, as commodities do estado vêm sendo valorizada e tem ganhado destaque no cenário nacional e internacional, fortalecendo cada vez mais a economia sul-mato-grossense, além disso, o Estado se destaca entre os cinco maiores produtores brasileiros de Algodão; Bovinos e Soja (MAPA, 2010).

Com grandes áreas disponíveis para cultivo e clima favorável, o Mato Grosso do sul desponta no cenário nacional e internacional como grande promissor na produção de alimentos, tanto para atender à demanda interna quanto para exportação. Os principais questionamentos quanto ao uso racional dos recursos diz respeito às condições de uso dos “espaços naturais”, que envolve a utilização das terras, degradação de florestas e áreas de proteção para utilização com finalidade de plantio e pasto, e ainda, o desmatamento que, apesar do combate legal, ainda apresenta elevados níveis em alguns estados da federação. Neste contexto, grande ênfase é dada ao setor florestal, de forma que nesse setor, destacam-

se os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, que juntos, são responsáveis por mais de 87% da área total de florestas plantadas (ABRAF, 2012), sendo que Mato Grosso do Sul se destaca pelo crescimento apresentado pelo setor que cresceu aproximadamente 241% entre 2003 e 2009 (PAINEL FLORESTAL, 2010). O Estado do MS possui 357.124,96 km² – 22,2% do total de toda a região Centro-Oeste – de extensão territorial, sendo que deste total, 25% corresponde ao Pantanal, uma das maiores áreas alagadas do mundo com um grande número de espécies da fauna e flora (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

1.1. PROBLEMÁTICA E IMPORTÂNCIA

O Brasil ganha cada vez mais espaço em âmbito internacional e por possuir grandes áreas verdes, busca a promoção do desenvolvimento em sua forma sustentável, com vistas a preservar o ambiente, e não poderia ser diferente com cada unidade federativa componente do país. Nesse sentido, Mato Grosso do Sul vem ganhando notoriedade ainda, pelo desempenho apresentado em sua economia em decorrência do grande número de indústrias que tem procurado o Estado para se instalarem (FAMASUL, 2010).

A dinâmica do Estado mudou muito nos últimos dez anos, com a instalação de um grande número de indústrias, as quais se instalaram no Estado por conta da facilidade de escoamento da produção, uma vez que o MS faz fronteira com o Mato grosso, Minas Gerais, Goiás, São Paulo e ainda com a Bolívia e Paraguai (MATO GROSSO DO SUL, 2012). As indústrias atraem mão-de-obra, o que acaba por dinamizar a economia de todo entorno de sua instalação. O Estado do Mato Grosso do Sul, onde predomina a agricultura e pecuária, tem aberto espaço para a atuação de outros setores, o que tem alterado a dinâmica da produção e também da economia do estado (BRASIL, 2002); (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

Com grandes áreas disponíveis para cultivo e clima favorável, o Mato Grosso do sul desponta no cenário nacional e internacional como grande promissor na produção de alimentos, tanto para atender à demanda interna quanto para exportação. Os principais questionamentos quanto ao uso racional dos recursos diz respeito às condições de uso dos “espaços naturais”, que envolve a utilização das terras, degradação de florestas e áreas de proteção para utilização com finalidade de plantio e pasto, e ainda, o desmatamento (FAO, 2011a) que, apesar do combate legal, ainda apresenta elevados níveis em alguns estados da federação. Neste contexto, grande ênfase é dada ao setor florestal, sendo que

Mato Grosso do Sul se destaca pelo crescimento apresentado no setor que cresceu aproximadamente 241% entre 2003 e 2009 (PAINEL FLORESTAL, 2010).

Frente aos avanços em termos de investimento – por meio da instalação de indústrias, utilização de tecnologia, capacitação de mão-de-obra e infraestrutura, o Estado se aprimora para melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos, oferecendo condições para a melhoria da qualidade e aumento da produtividade dos produtos, tendo por escopo alcançar os níveis desejados de desenvolvimento sustentável. Como se observa, nos últimos anos houve grandes avanços no que diz respeito ao desenvolvimento qualitativo, de modo que, este trabalho questiona: Qual a relação entre o perfil da agropecuária sul-mato-grossense com o desenvolvimento socioeconômico?

Questões inerentes ao desenvolvimento sustentável não são tratadas pela ausência de cálculos de índices de sustentabilidade para cada município. Como a metodologia utilizada para o cálculo do ISDM (Índice Social de Desenvolvimento Municipal) não calcula dados referentes aos recursos naturais, o termo a ser utilizado é desenvolvimento socioeconômico em detrimento do termo desenvolvimento sustentável, o qual à luz do modelo triple bottom line, proposto por Elkington (2004), engloba o social, econômico e ambiental.

Desta forma, este trabalho tem por escopo relacionar o nível de desenvolvimento sócio municipal com o perfil da agropecuária predominante nos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul. O cálculo do Índice foi realizado pela Fundação Getúlio Vargas, e foi utilizado para a aglomeração dos municípios em grupos, por meio da análise de Cluster.

Este índice foi elaborado pela FGV a qual o fez para os anos 2000 e 2010 com vistas a comparar a evolução dos valores, de forma que ainda não foi aplicado para análises específicas nos municípios brasileiros. Este trabalho inova na avaliação da relação entre o nível de desenvolvimento socioeconômico e o perfil econômico do Estado do Mato Grosso do Sul, que para o referido Estado, foi feito através do perfil do agronegócio, já que o mesmo se destaca por sua vocação agropecuária (FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS, 2013). Desta forma, este trabalho fornece informações relevantes para direcionar as políticas públicas visando uma eficaz promoção da sustentabilidade do desenvolvimento.

1.2. OBJETIVOS

A dinâmica econômica, não apenas no Estado do Mato Grosso do Sul, mas também no Brasil e no mundo, tem mudado nos últimos anos, principalmente pela possibilidade de não atendimento das necessidades futura da geração atual e das próximas gerações. Para “combater” essa realidade, governos se unem, buscando ampliar suas perspectivas quanto a um futuro melhor. Buscam-se soluções para a preservação de direitos sociais, dos recursos naturais e ainda a manutenção dos retornos econômicos. Desta forma, diversas ações têm sido adotadas pelos governos locais para responder às demandas de proteção da natureza e de outros recursos. Durante anos discutiram-se as premissas sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento das comunidades, de forma que, para que haja um crescimento qualitativo e não apenas quantitativo, a sociedade e governos precisam se adequar a determinados padrões estabelecidos internacionalmente.

Entretanto, como a sustentabilidade vai além da questão ambiental (ELKINGTON, 2004), as ações precisam atender a determinados padrões, e para que os gestores possam adotar medidas eficazes para o desenvolvimento efetivamente sustentável, é mister que se tenha análises e avaliações acerca do desenvolvimento dos Estados respeitando sua vantagem comparativa e especificidade de atuação. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo geral comparar o indicador social de desenvolvimento municipal com o perfil agropecuário predominante no Estado.

Especificamente, pretende-se:

- a) Mapear o perfil da agropecuária dos municípios sul-mato-grossenses delimitados por atividade dominante (agricultura ou pecuária);
- b) Correlacionar o perfil da agropecuária com as dimensões do ISDM dos municípios do Mato Grosso do Sul.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O mundo tem presenciado uma redução consistente dos recursos naturais – água, oxigênio, florestas, etc. – e esta situação tem estado em pauta constantemente nas reuniões de líderes de todas as nações, entretanto, outras questões não menos importantes como o desenvolvimento social das pessoas, entra em destaque numa época onde não há mais espaço apenas para o retorno econômico, uma vez que outras necessidades, as quais o dinheiro não pode alcançar, se tornam tão indubitáveis. Tais questões não são recentes nas discussões internacionais, pelo contrário, diversas entidades e órgãos ligados a governos com autoridade internacional, tem tratado das questões acerca do desenvolvimento das nações. Verificando-se a necessidade de discussões que colimem na solução para tais problemas, este trabalho tem por base, referencial teórico que aborde principalmente as questões referentes à evolução da definição de desenvolvimento e crescimento. Para tanto são discutidos autores como Hume, Smith, Malthus, outros autores com o mesmo nível de importância na referida discussão e ainda, relatórios das Nações Unidas e outras organizações que tratam da questão, com um paralelo para a agropecuária a qual possui importante relevância para o crescimento e desenvolvimento, seja por conta do abastecimento alimentar, quanto como atividade produtiva (pesando no crescimento econômico dos estados ou municípios onde há destaque para este tipo de atividade).

2.1. CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO

Durante anos a sociedade aceitou a ideia de que o mais importante, socialmente falando, era o crescimento, tanto das cidades, quanto das condições econômicas, pois apenas através do crescimento seria possível à sociedade, evoluir (MOORE, 1999). Entretanto, as diversidades dos países, demonstrou que as diferentes realidades populacionais proporcionadas nas nações, não forneciam condições semelhantes para o alcance do crescimento almejado.

O conceito de crescimento econômico, assim como a questão do desenvolvimento, passou por ampla transformação ao longo dos anos. Durante muito tempo o crescimento econômico esteve associado apenas ao crescimento do PIB. Mais recentemente, as discussões incluem questões institucionais na tentativa de explicar os diferentes níveis de crescimento nas nações, entretanto, o crescimento econômico de uma nação, estado ou cidade, permanece rigorosamente atrelada à disponibilidade de oferta e demanda de capital

humano, já que o crescimento econômico é dependente da equalização do poder de compra, uma vez que quanto maior for este poder de compra da sociedade, maior será o consumo, favorecendo o crescimento (PÉRICLES, CALAFANGE e DOS ANJOS, 2003). Para que os níveis desejáveis de crescimento econômico sejam alcançados, a sociedade necessita se adequar às necessidades e tais adequações são realizadas por meio da introdução de novas tecnologias que atendam as demandas de uma sociedade cada vez mais globalizada (SCHUMPETER, 1934); (PÉRICLES, CALAFANGE e DOS ANJOS, 2003). Desta forma, é mister que os governos propiciem condições básicas para o crescimento, sendo estas ligadas ao capital físico e natural. O capital físico diz respeito à infraestrutura básica (modificações no ambiente físico necessário à satisfação as necessidades básicas e favorecer a produtividade das pessoas) e bens de produção (instrumentos e equipamentos favoráveis ao aumento da produtividade). O capital natural se refere a reservas de recursos naturais necessários para a manutenção da vida (PÉRICLES, CALAFANGE e DOS ANJOS, 2003). O planeta passa por um momento de grandes transformações ambientais, aumento considerável da população, que em outubro de 2011 atingiu 7 bilhões de pessoas (UNFPA, 2011), escassez de recursos naturais, entre outros de forma que a questão do capital natural é o maior desafio das sociedades futuras, o que culminou em grandes avanços nas discussões acerca do crescimento e do desenvolvimento das sociedades.

Até a década de 1930 acreditava-se que o mercado poderia se manter em níveis de equilíbrio sem nenhuma intervenção de forças externas, porém, a crise que afetou o sistema econômico da época, demonstrou que uma intervenção não era apenas necessária, porém vital para a manutenção do sistema econômico (SANTOS, 2003). Neste contexto, surgem diversas teorias acerca do crescimento econômico, teoria dos ciclos econômicos e outras.

O conceito de crescimento e desenvolvimento sempre esteve relacionado ao longo das décadas de discussões sobre os temas. Um grupo de economistas considerados mais teóricos concebe o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, estando presente neste grupo Meade, Solow, Harrod, Domar e Kaldor. Para estes, o que importa é a acumulação de capital, o que acaba por simplificar a realidade colocando todos os países dentro de um mesmo grupo com os mesmos problemas, entretanto, a realidade da sociedade mostra que o crescimento difere do desenvolvimento, pois os resultados obtidos por intermédio do crescimento econômico, nem sempre são usufruídos por toda a sociedade ou por todos os setores econômicos (SOUZA, 2008).

Outra corrente, a qual trata da realidade de forma mais empírica, defende que o crescimento é uma condição necessária, porém, não suficiente para que haja desenvolvimento, estando neste grupo os autores Lewis, Hirschman, Myrdal e Nurkse (SOUZA, 2008). O crescimento é tido apenas como uma variação do produto (PIB), diferentemente do desenvolvimento, o qual está relacionado a alterações qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e nas estruturas produtivas (SCHUMPETER, 1957). Neste contexto, o desenvolvimento é caracterizado pela transformação da sociedade, saindo esta de uma situação arcaica rumo ao progresso com melhoria na qualidade de vida de sua população (SOUZA, 2008).

Até o final da década de 1960, os autores permaneceram sem uma diferenciação clara ou objetiva entre os temas. O conceito de crescimento econômico sob a ótica de Smith, Ricardo, Mill e Marshal era analisado em abrangência microeconômica, porém, Mill e Marshal, atribuem uma visão do desenvolvimento econômico voltado para as questões sociais, assumindo uma postura contra qualquer forma de privação da liberdade do ser, defendendo que apenas com a garantia desta liberdade, pode haver concretização do estado social adequado à sociedade (LUCHT FILHO, 2004).

Malthus mostra uma visão macroeconômica do crescimento e assim como Smith e Mill, atribui correlaciona os resultados do crescimento e do desenvolvimento com os níveis de demanda da sociedade. Marshal contribui com a discussão sobre o crescimento e o desenvolvimento ao inserir como variável importante para que haja desenvolvimento na sociedade a questão cultural, mais especificamente, o nível de educação desta população, de forma que uma melhora na qualidade do ensino proporciona melhoria na qualidade de vida das pessoas (MARSHALL, 1996). Desta forma, o autor traz uma nova visão ao conceito de desenvolvimento deixando de analisar apenas variáveis econômicas e inserindo variáveis voltadas à compreensão da qualidade de vida social da população (SOUZA, 2005).

No período pós-clássicos, a análise do desenvolvimento se volta para questões mais amplas, saindo da ótica estritamente econômica e inserindo outras variáveis não econômicas, que de acordo com (LEWIS, 1954) e (NURKSE, 1959) são vitais para o processo de desenvolvimento. Lewis trata da relação entre as condições psicológicas e o desenvolvimento como fatores que, juntamente com os processos produtivos, determinam o crescimento econômico. Schumpeter trata do crescimento como um fenômeno que ocorre em âmbito microeconômico. É dado setorialmente e sua expansão alcança níveis

macroeconômicos afetando toda a sociedade. O ponto principal para o crescimento é o investimento, inclusive dos lucros. O autor também insere outras variáveis não econômicas em seu modelo, como a introdução de tecnologia, que pode alterar significativamente a economia, e ainda o empreendedorismo (SCHUMPETER, 1957).

Outros autores anteriores e posteriores trataram da questão do crescimento econômico e do desenvolvimento, porém não cabe no trabalho vasta discussão sobre o tema, entretanto, é importante destacar a alteração de visão ao longo dos anos, de forma a observar que, enquanto que os clássicos tratam de questões que envolvem basicamente a produtividade e a educação na questão do crescimento, pós-clássicos se voltam para as expectativas dos empresários, porém o crescimento populacional acima dos níveis de produção continua sendo preocupação para ambas as escolas, que acreditam que situação gera inflação e esta é prejudicial ao crescimento da economia (LUCHT FILHO, 2004).

Saindo do âmbito econômico, muitos autores defendiam que para que houvesse desenvolvimento, os meios de obtenção de ganhos econômicos precisariam ter um olhar social e ambiental. Neste contexto, nas décadas de 1960 e 1970, diversos autores defenderam o aumento na escassez de recursos naturais, o que provocaria colapso social por conta da fome e reduziria os ganhos econômicos e o bem estar da população por conta da má utilização dos recursos naturais (CARSON, 1962); (HARDIN, 1968); (MEADOWS, MEADOWS, *et al.*, 1972); (SOUZA, 2008). Desta forma, problemas sociais e mais tarde ambientais afetaram o mundo de forma que discussões há muito tempo abandonadas passaram a ser importante e voltaram para as pautas de reuniões sendo que o tema acerca da sustentabilidade ganhou força na década de 80, por meio do relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, “Our Common Future” (CMMAD, 1991), sendo que esta definição é a mais comumente citada.

Neste sentido, no relatório “Our Common Future” (CMMAD, 1991), foram adicionadas medidas consideradas sustentáveis para a promoção do desenvolvimento. Segundo o relatório, sustentabilidade está relacionada à forma como o homem interage com a natureza e seus recursos de modo a garantir o futuro das próximas gerações. Nesse sentido, ela se relaciona direta e intimamente com o desenvolvimento econômico e material de forma a não denigrir o meio, garantindo o sustento das futuras gerações, como afirma o relatório:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as

gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de "necessidades", sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (CMMAD, 1991, p. 46).

O mundo mudou e para que possamos sobreviver com qualidade, é preciso que haja mudança também na mentalidade humana no que diz respeito ao uso dos recursos disponíveis. Os problemas atuais com relação à utilização dos recursos disponíveis, não podem ser resolvidos com soluções técnicas, mas com soluções que envolvam uma transformação no modo como o homem pensa acerca da sociedade, de si mesmo e do todo (HARDIN, 1968). Com base nas argumentações acerca da possível escassez dos recursos naturais, a sociedade hodierna entende que não é possível obter crescimento econômico (aumento do PIB e renda) sem trabalhar juntamente a questão do desenvolvimento sustentável – o qual engloba diversas teorias e modelos, sendo o mais comumente utilizado, o modelo triple bottom line, o qual agrega questões econômicas, sociais e ambientais (ELKINGTON, 2004). Este trabalho se limita a estudar os fatores sociais no desenvolvimento dos municípios.

Entretanto, as discussões entre diversos autores ainda permaneciam acerca de questões que relacionavam o crescimento e o desenvolvimento. Enquanto que o crescimento econômico diz respeito apenas ao aumento de variáveis econômicas, ou seja, mensuração da quantidade, outros defendiam que não apenas níveis quantitativos eram importantes, mas as questões qualitativas, as quais diziam respeito à distribuição do que era produzido. O quadro 1 apresenta uma síntese dos principais autores.

Quadro 1– Síntese das definições de crescimento e desenvolvimento econômico

Autor	Tema	Teoria
David Hume	Crescimento	O crescimento econômico é um poderoso agente nas mudanças políticas, econômicas e sociais, entretanto essas mudanças econômicas dependiam muito de mudanças não econômicas.
	Desenvolvimento	Segurança do estado, vida social civilizada, liberdade política e desenvolvimento pleno dos talentos humanos. Para que esses objetivos fossem alcançados, a prosperidade e o crescimento econômico eram fundamentais.
	Crescimento	Também segue uma ordem natural para a organização das manufaturas, comércio exterior e agricultura, até que haja intervenção do governo. Para que haja crescimento é preciso que exista uma sequência estrutural no local: 1) Terras cultivadas 2) Indústria ou manufatura 3) Comércio exterior. O crescimento é limitado uma vez que possui dependência das instituições, e de situações adversas, como fatores climáticos e qualidade dos recursos naturais, como o solo.

Adam Smith	Desenvolvimento	O desenvolvimento segue uma ordem natural de forma que face às pré-condições para o crescimento, há aumento na produtividade e na divisão do trabalho. Com o livre comércio e liberdade das unidades produtoras, a mão invisível promove o desenvolvimento social partindo das vontades individuais. É tido como previsível e natural face os acontecimentos que propiciem o crescimento. O papel do estado é de garantir a liberdade individual.
Thomas Robert Malthus	Crescimento	Dá-se através do equilíbrio entre oferta e demanda. A população é importante para o aumento da renda
	Desenvolvimento	Intimamente ligado ao aumento da produção e da renda nacional, de forma que os fatores determinantes do desenvolvimento são apenas econômicos.
David Ricardo	Crescimento	O crescimento só se mantém no curto prazo, uma vez que o acréscimo de insumos não produz na mesma proporção (Lei dos rendimentos decrescentes)
	Desenvolvimento	Tanto o desenvolvimento quanto o crescimento só seriam alcançados pela redução das desigualdades sociais e de comércio entre as nações.
John Stuart Mill	Crescimento	Leva em consideração as ideias de outros três autores: Malthus, Smith e Ricardo. Defende que o crescimento econômico vem através do progresso técnico na agricultura que ocasiona redução nos preços dos alimentos, queda nos salários nominais e aumento dos lucros.
	Desenvolvimento	O desenvolvimento está relacionado a variáveis não econômicas, de forma que as variáveis sociais é que favorecem o desenvolvimento. Defende que para que haja desenvolvimento é necessário que haja distribuição no sistema econômico.
Alfred Marshal	Crescimento	É explicado pela taxa de poupança e ampliação da eficiência da força de trabalho que é obtida por meio da educação dos trabalhadores.
	Desenvolvimento	Semelhante a Mill, defende que as questões defendidas pelos socialistas não são suficientes para acabar com os problemas da população em geral, de forma que não é o sistema capitalista em si, mas a forma como se dá a evolução do modelo.
Karl Marx	Crescimento	O crescimento tem relação direta com a acumulação e concentração do capital, sendo o lucro a base central desta concentração.
	Desenvolvimento	O desenvolvimento é resultado de lutas entre as classes, sendo obtido quando houvesse sido desconstruído os valores do sistema capitalista.
J. A. Schumpeter	Crescimento	O crescimento é dado em nível microeconômico e resulta das oportunidades aproveitadas para os investimentos, os quais proporcionam aumento dos lucros e, conseqüentemente da riqueza.
	Desenvolvimento	O conceito se confunde com o crescimento. Define os parâmetros essenciais para que ocorra crescimento e conseqüentemente, desenvolvimento: propriedade privada, divisão do trabalho e livre competição.
Evsey D. Domar	Crescimento	O crescimento depende da taxa crescente do investimento e do produto em um determinado período de tempo, de forma que o crescimento se dá através da acumulação de capital ao longo do tempo.
	Desenvolvimento	Depende de ações e políticas voltadas que tenham por objetivo fazer com que os países cresçam. Está relacionado com o nível de investimento, renda, propensão a investir a produtividade deste investimento.
Roy F. Harrod	Crescimento	Dá-se por meio da acumulação de capital na economia.
	Desenvolvimento	Não desenvolve uma definição ou modelo claro acerca do desenvolvimento, mas que a acumulação de capital propiciaria o crescimento, que, posteriormente, equilibraria as taxas de crescimento e da renda ocasionando níveis desejáveis de desenvolvimento econômico.
Ragnar Nurkse	Crescimento	O crescimento é obtido pelo equilíbrio entre oferta e demanda e depende basicamente do tamanho do mercado interno.
	Desenvolvimento	É obtido pela inovação e intervenção governamental, sendo um braço ou o mesmo que o crescimento.
	Crescimento	É obtido através do processo de desenvolvimento econômico acelerado, que objetiva eliminar o atraso econômico.

Arthur Lewis	Desenvolvimento	Não separa o desenvolvimento do crescimento por defender que estão diretamente ligados e ambos dependem um do outro de forma simultânea.
--------------	-----------------	--

Fonte: Elaborado pela autora com base em (LUCHT FILHO, 2004)

Após anos de discussões, os conceitos continuam evoluindo para uma melhor compreensão da realidade. Desta forma, o que é mais aceito é que o crescimento econômico é entendido como o aumento da capacidade produtiva – produção de bens e serviços – sendo calculado através da evolução de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) ou do Produto Interno Bruto (PIB), podendo também ser mensurado pelo aumento da força de trabalho, da renda nacional poupada, dos investimentos e da utilização de tecnologias. Quando se fala em desenvolvimento econômico, este é tido como o crescimento econômico acompanhado de uma melhora significativa no padrão de vida da sociedade, sendo esta decorrente de mudanças estruturais que possibilitem a distribuição das riquezas produzidas na sociedade (SANDRONI, 1999).

2.2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A concepção de desenvolvimento como uma alteração estrutural nos moldes da sociedade é defendida por um grupo de autores considerados mais críticos em suas análises. Dentre estes, cabe destaque para Prebisch (1949), Furtado (1961), Singer (1977) e outros autores caracterizados como cepalinos ou desenvolvimentistas (SOUZA, 2008). Neste contexto, o desenvolvimento social seria a evolução do sistema social, de forma a favorecer a melhoria de fatores que proporcionem avanços na qualidade de vida de sua população, em outras palavras, é a evolução da sociedade – capital humano e sua relação com os demais agentes e recursos – capital social, de forma que para (FRANCO, 2001) não é possível haver desenvolvimento sem que haja alteração no capital social e humano.

Os estudos referentes ao desenvolvimento econômico e social começaram a se intensificar em face da constatação dos grandes níveis de desigualdades existentes entre países (SANDRONI, 1999). Entretanto, tais desigualdades podem ser identificadas em cenários menores, que pode ser um dentro do país, do estado e do município quando há maiores níveis de crescimento e distribuição em determinada região do que em outra (SANDRONI, 1999); (SOUZA, 2008). Outro fator relevante para o desenvolvimento está nas questões políticas, pois se observa que grandes movimentos desenvolvimentistas foram observados após mudanças estruturais significativas na política. Um grande marco para o desenvolvimento em âmbito macroeconômico pôde ser observado a partir da II Guerra

Mundial, onde houve mudança profunda na forma de se fazer política, ênfase para a independência política obtida no período e para o desejo desenvolvimentista dos governos que entraram no poder, os quais tinham o desenvolvimento nacional como principal objetivo de suas gestões (SOUZA, 2008). Sandroni (1999) afirma que:

O desenvolvimento de cada país depende de suas características próprias (situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais). De maneira geral, contudo, as mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico consistem no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração da mão-de-obra do campo para as cidades, redução das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos primários e menor dependência de auxílio externo (SANDRONI, 1999, p. 169).

De forma que diversas variáveis podem ser utilizadas para medir o nível de desenvolvimento existente em cada local. A Organização das Nações Unidas utiliza as seguintes variáveis: a) índice de mortalidade infantil; b) expectativa de vida média; c) grau de dependência econômica externa; d) nível de industrialização; e) potencial científico e tecnológico; f) grau de alfabetização e, g) condições sanitárias (PNUD, 2012). Entretanto, outras entidades podem se utilizar destes indicadores apenas com base para analisar o nível de desenvolvimento de seu local, por conta das particularidades presentes em cada localidade.

Existem diversos fatores que podem prejudicar os níveis de desenvolvimento social de uma região, conforme se verifica no quadro 2.

Quadro 2 - Fatores prejudiciais ao Desenvolvimento Econômico e Social

Isolamento logístico	Inexistência de sistema de transporte eficiente que interligue, de fato, as regiões do país, ou o interior do centro.
Isolamento social, cultural ou econômico.	Barreiras linguísticas e religiosas entre diferentes setores da população e por subsistemas econômicos alienados do conjunto da economia nacional (empresas estrangeiras, latifúndios etc.).
Problemas de logística	Dificuldade para encaminhamento do excedente potencial da economia para os setores prioritários (indústria de base, transporte, energia etc.).
Desperdício de recursos	Sob a forma de exportação de capitais, consumo supérfluo, gastos militares excessivos, especulação financeira, que, se investidos, poderiam reproduzir-se e ampliar.

Fonte: Elaborado pela autora com base em (SANDRONI, 1999); (SOUZA, 2008) e (PNUD, 2012).

Desta forma, é perceptível que a questão do desenvolvimento está pautada na produtividade dos fatores, de modo que muitos autores defendem que para que haja desenvolvimento é mister que a sociedade saia de um estágio agrícola para um estágio de “progresso industrial” (SOUZA, 2008). Rosenstein-Rodan é um destes autores, e baseia sua teoria no fato de observar a existência de população concentrada nas atividades

agropecuária de países subdesenvolvidos, o que segundo sua tese, caracteriza um “desemprego disfarçado” ou desperdício de mão-de-obra, uma vez que existia mais trabalhadores numa determinada região do que o necessário para a execução das atividades no local, o que por sua vez, ocasionaria baixa produtividade, restrição de mercado e redução do potencial de crescimento (MANTEGA, 1998).

Uma solução apresentada é que o excedente de mão-de-obra seja direcionado para a industrialização (ROSENSTEIN-RODAN, 1964), entretanto, (PREBISCH, 1982) afirma que em países subdesenvolvidos existe excesso de trabalho alocado na produção primária, de modo que este contingente excedente pode ser deslocado da produção primária para a indústria com vistas a “*aumentar a eficiência do trabalho agrícola*” (MANTEGA, 1998, p. 19). A melhoria na produção primária absolveria o excedente de mão-de-obra no campo, sendo possível a expansão dos investimentos e também o aumento no retorno obtido dos mesmos (PREBISCH, 1982). Sobre o assunto, Mantega (1998) afirma:

Não se tratava, portanto, apenas do caso do subemprego, apontado por Rosenstein-Rodan, que permitiria expandir a oferta de mão-de-obra sem qualquer modificação tecnológica. Na verdade, o desemprego estrutural indica baixos níveis de produtividade, ou o mau aproveitamento da mão-de-obra, e não necessariamente um excesso de trabalhadores em função de uma dada tecnologia, como no caso do subemprego. No Brasil e em outros países da América Latina, tinha maior importância o desemprego estrutural, diretamente decorrente da atividade primário-exportadora, conforme assinalava a Cepal. Interessava, pois, analisar o desemprego estrutural, como seria conceituado por Colin Clark e, posteriormente, por Arthur Lewis, em seu célebre modelo de crescimento com oferta ilimitada de mão-de-obra, que teria muita repercussão nos anos 50 (MANTEGA, 1998, p. 20).

Com a divisão internacional do trabalho, os países detentores de uma economia primária ficaram em desvantagem no processo de desenvolvimento, frente a países que estavam com sua economia já voltada para a industrialização, uma vez que a especialização impede que um país com economia primária expanda suas ações, vendendo seus produtos agrícolas com pouco incremento tecnológico e comprando produtos industrializados a preços elevados, tornando as relações de troca desiguais entre as nações (MANTEGA, 1998), sendo que neste modelo, não há trocas de tecnologias entre os países, havendo apenas transferência de excedentes de países pobres para países ricos, o que amplia ainda mais a desigualdades entre estes (PREBISCH, 1982).

Nesse sentido, as Nações Unidas buscam maneiras de produzirem níveis favoráveis de desenvolvimento que atinja os países menos favorecidos neste assunto, de forma a propiciar condições justas para o atendimento das demandas sociais. Para a entidade, o desenvolvimento social – chamado de desenvolvimento humano – é obtido partindo do ser humano chegando até sua relação com o meio (PNUD, 2010); (PNUD, 2012).

Tais questões são perceptíveis dentro de um país onde há especialização de algumas cidades, como são os casos de São Paulo e Rio de Janeiro no Brasil, cidades as quais destoam de todas as demais cidades em todos os aspectos: cultural, econômico, social e outros. Existe no país uma grande assimetria econômica e social tanto entre as regiões quanto dentro dos Estados, de forma que tal situação exige a influência de políticas governamentais as quais colimem na redução destas desigualdades (GRAZIANO NETO, 1982); (MARCOVITCH, 2007).

Frente às realidades acerca do desenvolvimento em diversas localidades, cada entidade e/ou instituição inserida no contexto de propiciar o desenvolvimento, realiza estudos voltados para a mensuração dos níveis de desenvolvimento em cada região, estado, país, ou cidade com vistas a obter um parâmetro a de confronto entre a teoria e a realidade. Para tanto, tais instituições se utilizam de metodologias adaptadas, uma vez que cada localidade possui características próprias e necessitam, portanto, de um olhar micro para a mensuração de sua realidade (SANDRONI, 1999).

Desta, este trabalho adota o índice social de desenvolvimento municipal (ISDM), desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, o qual se utilizou de outras teorias (Nações Unidas, IBGE e outras) para a mensuração do índice.

A realidade social do Brasil apresenta questões que necessitam da atenção pública, de forma que a ação do Estado se faz necessária para fornecer soluções que melhorem a qualidade de vida de uma população que não possui acesso a serviços básicos. Quanto a questões agrárias, estas sempre estiveram em pauta nos debates acerca do desenvolvimento do país, entretanto, em determinados momentos era tida como assunto secundário, em outras, como estratégia para os avanços do país (DAVID e CORRÊA, 2002). Nesse sentido, a função do Estado seria a de gestor de ações e projetos voltados para o progresso agrário no país através de atividades voltadas para a reforma agrária, programa de crédito e garantia de preços mínimos (DAVID e CORRÊA, 2002); (OSAKI e BATALHA, 2009).

A população agrícola brasileira vem se reduzindo nas últimas décadas. Esse processo se iniciou na década de 1970, face ao processo de modernização (GRAZIANO DA SILVA, 1980); (GRAZIANO NETO, 1982), que alterou a base técnica produtiva na agricultura, promovendo alterações nas relações de trabalho, de forma que muitos trabalhadores rurais perderam seus postos de trabalho, ou baixa remuneração (SZMRECSÁNYI e RAMOS, 2002), sendo estes substituídos por máquinas, o que demandou maior nível de qualificação profissional (SANTOS, 2002); (DAVID e CORRÊA, 2002). Entre 1940 e 1980 houve uma inversão no percentual da população rural e urbana, sendo que nas décadas de 1960 e 1970, 28,5 milhões de pessoas deixaram o campo rumando para os centros urbanos (MORAES, 2006). O total da população rural em 2000 era de 31,8 milhões, já em 2010 este total foi de 29,8 milhões, enquanto que a população rural passou de 137,7 milhões para 160,9 milhões no mesmo período (IBGE, 2010).

A questão da renda no campo é um problema real, uma vez que, em se tratando principalmente do pequeno produtor, é reduzida por agentes alheios a este, como o oligopólio na venda de insumos, o que torna o insumo mais caro, elevando o custo de produção, e a falta de compradores, sendo que geralmente consta-se de apenas um grande comprador, ou um grande grupo de compradores coligados, estes que determinando o preço a ser pago pelo produto, esmagando a renda do produtor de ambos os lados (GOMES DA SILVA, 1996). Como ressalta David e Corrêa:

Além disso, na organização agrária moderna, o agricultor não mais produz os recursos necessários a sua subsistência. A renda do estabelecimento tornou-se insuficiente para assegurar a sobrevivência do agricultor e de sua família, dificultando também a manutenção do processo produtivo, cujos custos se tornaram cada vez mais elevados devido à aquisição de insumos de origem industrial (DAVID e CORRÊA, 2002, p. 11).

Geralmente, o nível de desenvolvimento econômico de um determinado local e medido pelo nível de renda de sua população, o que acaba por expressar o aumento geral da produtividade de sua economia (BRESSER-PEREIRA, 2008). Desta forma, o Brasil continua sendo um país subdesenvolvido, não apenas pelo baixo nível de renda *per capita* – o qual vem apresentado elevação em suas taxas de crescimento, mas por não garantir emprego suficiente para a geração de renda para toda a população (BRESSER-PEREIRA, 2010).

O desenvolvimento tem que atingir a todos, deve ser uma ação que inclui a população na distribuição dos recursos fornecendo a esta condições de melhorar sua própria condição de vida, e ainda imputar a esta valores e desejos futuros que mantenha viva a força para a construção do futuro. Neste sentido, todo cidadão necessita ter acesso igualitário a serviços de acessibilidade e respeito ao idoso – de modo a compensar as desigualdades físicas ou naturais, também é necessário à abertura ao acesso a serviços públicos como acesso a educação, assistência médica e moradia (SACHS, 2008). Bresser-Pereira (2006) destaca que países com maiores níveis de desenvolvimento, possuem maiores níveis educacionais, se sobressaindo aos demais na detenção e valorização do intelecto. Sobre o assunto, Sachs salienta:

A educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a autoconfiança e autoestima. É claro que tem também um valor instrumental com respeito à empregabilidade. Porém a educação é condição necessária, mas não suficiente, para se ter acesso a trabalho decente. Deve vir junto com um pacote de políticas de desenvolvimento, mesmo que alguns prefiram apresenta-la como uma panaceia (SACHS, 2008, p. 39-40).

A Declaração Universal de Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, afirmam que toda pessoa tem direito a condições de vida adequadas que garanta a si própria e à sua família bem-estar e saúde, alimentação, habitação e auxílios sociais que lhe garantam dignidade, de forma que cabe ao Estado a manutenção deste direito (SAULE JR, 1999). Dentre os componentes necessários para a promoção da dignidade humana, destaque para a habitação se apresenta como fundamento básico para o bem-estar social em qualquer sociedade, entretanto, mesmo que seja o Estado o responsável por propiciar tais condições, as políticas habitacionais necessitam estar relacionadas a outros programas de desenvolvimento, uma vez que a construção de moradias precárias ou o descaso com as mesmas em áreas de risco acaba por agravar o problema social já existente (GUIMARÃES, 2007).

2.3. AGROPECUÁRIA E SEUS EFEITOS SOBRE O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

A questão agrícola sempre esteve em pauta quando o assunto é desenvolvimento. Desde antes da criação da Cepal o assunto já era discutido, porém com outro enfoque. O

que a Cepal e autores que defendiam os pensamentos desta instituição declararam é que sem a modernização da agropecuária e melhoria nas condições de vida no campo, não seria possível avançar rumo ao progresso, e a divisão internacional do trabalho acabou por aguçar tais discussões, uma vez que pelo olhar da Cepal, países com economia baseada em produtos primários, estariam sempre em desvantagem frente aos países que conseguiam agregar valor a seus produtos (PREBISCH, 1982); (SOUZA, 2008); (VIEIRA e SANTOS, 2012).

Na busca pela redução das desigualdades, países se unem criando organizações e entidades que estabelecem padrões, tanto de mensuração dos níveis de desigualdades, quanto elaboram ações que colimem na redução desta. No Brasil, a partir da década de 1960 se observa um processo de modernização da agricultura que tinha objetivos inerentes às necessidades da época, de forma que no decorrer dos anos, novos objetivos foram surgindo para atender a demandas mais recentes (BALSAN, 2006).

Prebisch afirma que a agricultura e a indústria devem ter o mesmo nível de importância para a sociedade, de forma que, em uma região cuja predominância é da agropecuária é mister que o esforço seja para a implantação de indústrias, tendo estas o papel de dinamizar a economia local agregando valor a atividade primária (agrícola) e não substituindo-a, de forma que a indústria atua com três funções dinamizadoras do setor primário: a) demanda de matéria-prima; b) demanda de alimentos; e, c) absorção de mão-de-obra excedente da produção agropecuária (COUTO e COUTO, 2007).

A divisão internacional do trabalho, na visão de Prebisch, apesar de pregar que o progresso técnico era proeminente na indústria e por conta disso, os investimentos deveriam se voltar para a melhoria desse progresso na indústria, pois uma vez que o progresso tecnológico ampliasse a produtividade, os preços tenderiam a se reduzir, de forma que a melhoria nos preços favoreceria a produção primária. Neste contexto, os países periféricos não necessitariam se industrializar, apenas usufruindo as benéficas do processo. Porém a realidade se contrapunha aos pressupostos da divisão internacional do trabalho (PREBISCH, 1982); (COUTO e COUTO, 2007).

Fator relevante nas discussões sobre crescimento e desenvolvimento envolvendo a agropecuária está no baixo nível de renda dessa população, de modo que as políticas públicas precisam se voltar para melhora da distribuição da renda no campo, trabalhando para acabar com a pobreza e a miséria concomitantemente a programas que favoreçam acesso a terra e melhorem a qualidade da agricultura familiar (GRAZIANO DA SILVA,

2008). Graziano da Silva defende ainda que o desenvolvimento agrícola não significa desenvolvimento rural uma vez que há estatística que afirma que há um grande contingente de pessoas no meio rural as quais não estão ligadas diretamente a atividades agrícolas, de forma que a renda *per capita* desta população é basicamente proveniente de assistência social governamental (GRAZIANO DA SILVA, 2008). Partindo destas afirmações, o autor acredita que há grandes mitos¹ acerca do meio rural e da atividade agropecuária os quais necessitam ser quebrados para que o desenvolvimento possa de fato ser realizado nestas localidades.

Apesar da real necessidade de modernização da atividade agrícola, a expansão da agricultura como é conhecida hodiernamente se desenvolveu simultaneamente a constituição do complexo agroindustrial, o que ocasionou modernização da base técnica dos meios de produção produzindo efeitos sobre a forma de produção agrícola e sobre o meio ambiente, entretanto, as políticas de desenvolvimento rural, as quais tiveram inspiração na “modernização da agricultura” [grifo da autora] se desenvolveram repletas de desigualdades, uma vez que, apesar dos avanços tecnológicos que tem chegado ao campo, grande parcela da população rural – principalmente o agricultor familiar – é privada do acesso às inovações (BALSAN, 2006).

O processo de globalização alterou a dinâmica econômica e social e ocasionou mudanças nas atividades econômicas e ainda na maneira de se caracterizar o que é cidade, o que é meio rural baseado em sua atividade econômica. Nesse contexto, determinar a classificação do que vem a ser cidade apenas baseado na atividade industrial ou o que vem a ser campo pelas atividades agropecuárias é um equívoco (BALSAN, 2006), pois também no campo há condições favoráveis para mudanças na produção agrícola, as quais afetam diretamente as relações, e o fenômeno globalização proporciona avanços na ciência que por sua vez fornece aprimoramento às técnicas as quais são disseminadas, de forma que a maior preocupação dos agentes neste processo é como trabalhar as questões relevantes, como escassez de recursos ambientais, divisão da renda, exclusão social e resgate da cidadania (SANTOS, 2001, p. 88) sendo tais problemas mais acentuados no campo, apesar de também existirem na cidade (BALSAN, 2006).

¹ O autor afirma em seu trabalho que há muitos mitos que rondam o mundo agrícola brasileiro. Para maiores informações consulta o trabalho “*Os velhos e novos mitos do rural brasileiro*” apresentado em Painel sobre desenvolvimento sustentável no meio rural.

A história agrícola brasileira é resultado do processo de colonização, onde prevalecia a dominação social, política e econômica por parte dos detentores do capital (BALSAN, 2006). Em tal conjuntura, o que predomina é existência e poder das grandes propriedades, as quais possuíam condições de modernizar sua produção, enquanto que os pequenos produtores, ou produtores familiares, eram tidos como restos na sociedade, ocupando um lugar secundário nos debates agrícolas (WANDERLEY, 1985).

A questão do desenvolvimento ganhou novas diretrizes e objetivos ao longo dos anos, e a agropecuária sempre esteve presente no processo, porém com níveis de importância diferentes em cada época. Conforme se verifica no quadro 3, durante a década de 1970, o papel dos setores agrícolas era de financiar o desenvolvimento urbano, sendo a modernização neste contexto, em nada favorecia o desenvolvimento rural (BALSAN, 2006).

Quadro 3 - Principais características dos modelos de desenvolvimento da América Latina

Crítérios	Década de 70	Década de 80 e início de 90
Modelo econômico dominante	Substituição das importações	Vantagens comparativas
Características globais	Protecionismo, supervalorização das taxas de cambio. Objetivo de desenvolver a indústria doméstica aumentando a autossuficiência.	Liberalização das políticas comerciais. Equilíbrio nas taxas de câmbio. Setores-chave em nível econômico: indústrias de mão-de-obra intensiva, agricultura orientada para a exportação.
Setor público	Aumento. Mecanismo econômico. Fornecimento de subsídios extensivos.	Racionalização. Venda de empresas públicas. Eliminação de subsídios.
Contexto internacional	Interesse pequeno ou nulo. Disponibilidade de capital. Fluxo de capital líquido para a América Latina. Endividamento rápido.	Grande e real interesse. Escassez de capital. Rápida escalada da dívida externa, gerando crise econômica. Transferências de capital líquido para os países industrializados. Assinatura de acordos regionais de livre-comércio.
Contexto político	Ditaduras. Movimentos de revoltas.	Processo de democratização. Multiplicação das ONGs.
Questões sociais	Aumento das diferenças sociais. Aumento dos salários reais.	Aumento das diferenças sociais. Diminuição dos salários reais. Cortes extensivos em programas sociais.
Agricultura	Fonte de receita para o desenvolvimento urbano-industrial	Setor muito dinâmico. Importante fonte de moeda estrangeira.
Ambiente	Em deterioração. Grande impacto negativo dos “projetos de desenvolvimento”.	Rápida deterioração em áreas rurais e urbanas.

Fonte: ALTIERI; MASERA, 1997 citados por (BALSAN, 2006).

As transformações ocorridas na produção agrícola e o tipo de desenvolvimento desejado acabaram por promover resultados sociais desfavoráveis à sociedade, o que prejudicou até mesmo sua capacidade de manutenção e sobrevivência, impactando diretamente nas futuras gerações (BALSAN, 2006). A modernização agrícola ofereceu

benefícios, porém a um custo social imensurável. Se por um lado ampliou a produção e a produtividade, porém não no tempo esperado, houve expansão da agroindústria, porém a produção *per capita* não acompanhou este ritmo no início do processo de modernização, houve aumento na oferta de mão-de-obra, entretanto, os postos de trabalho se tornaram cada vez mais instáveis e mal remunerados (MARTINE, 1987); (AMSTALDEN, 1991). Desta forma, a conjuntura agrícola brasileira se baseia em uma estrutura de desigualdade, onde a existência de terras privadas não garante renda para o produtor rural, o que por sua vez ocasiona o êxodo rural (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

Quando se trata do desenvolvimento no meio agrícola, Amstalden (1991, p. 50-51) destaca cinco problemas a serem considerados pelo processo modernizador no campo: i) Tecnologia arcaica que ignora as relações entre o homem e o meio ambiente, não sendo capaz de agregar valor à produção agrícola, deixando esta dependente da indústria; ii) O padrão tecnológico adotado no Brasil foi extraído de um modelo de países de primeiro mundo onde questões ecológicas e sociais tinham outro viés e ao ser introduzido no país, não considerou as características próprias do mesmo, tornando este ainda mais dependente do mundo exterior e menos eficiente internamente; iii) Ampliou-se significativamente os custos da agricultura, o que beneficiou os grupos já capitalizados promovendo a exclusão dos demais deste processo; iv) Favorecimento ao monopólio, uma vez que apenas um pequeno grupo detém de grandes proprietários se beneficiam da disponibilidade de capital e outro pequeno grupo – agora do lado dos grupos de empresários – detém o controle das tecnologias, tornando a grande maioria de pequenos proprietários do país dependente, de forma que tal situação tende a favorecer os desequilíbrios sociais e, v) Comodismo com o modelo agrícola vigente, de forma que as pesquisas realizadas tem por escopo soluções que possam manter o modelo atual e por isso, são incapazes de atuar na busca de solução para as questões emergentes do campo.

Como se observa no quadro 4 a modernização agrícola no Brasil, apesar de objetivar a promoção do desenvolvimento rural, obteve mais resultados negativos do que positivos para a sociedade agrícola em geral, proporcionando apenas retorno econômico (BALSAN, 2006).

Quadro 4 - Impactos da modernização da agricultura brasileira

Área	Resultado	Alterações
Social	Negativo	Baixa remuneração da mão-de-obra; êxodo rural; inchamento das cidades; concentração de renda e de terras; intensificação de lutas sociais; aumento das desigualdades sociais e de exclusão social.

Ambiental	Negativo	Uso de agrotóxicos e outras técnicas prejudiciais ao meio ambiente; uso irrestrito de solo e de outros recursos naturais com o intuito de obter maiores retornos financeiros; contaminação da água pelo uso de fertilizantes, adubos inorgânicos e agrotóxicos;
Econômico	Positivo	Introdução de novas tecnologias que ampliaram os níveis de produção e produtividade; competitividade no mercado de alguns produtos, que, por conta da modernização se tornaram produtos exportáveis, ampliando sua produção (cana-de-açúcar, algodão, fumo, cacau, café, algodão e outros)

Fonte: Elaboração própria com base em (BALSAN, 2006)

Partindo da compreensão do processo de modernização da agricultura e de seu interesse pelo desenvolvimento desta, é possível a compreensão da hodierna conjuntura social no campo em diferentes partes do Brasil, de forma que é possível encontrar as mesmas realidades de disparidades sociais em diferentes regiões do país (GRAZIANO NETO, 1982); (MARCOVITCH, 2007).

Desta forma, apesar de diversas práticas governamentais buscarem tratar das questões agrícolas brasileiras, os problemas ainda persistem e tendem a perdurar por muito tempo, caso não ocorra mudanças estruturais na forma de atuação dos agentes transformadores no meio rural.

2.4. HISTÓRIA E PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MATO GROSSO DO SUL

Para que haja a percepção da importância de um território, é mister a compreensão de suas origens (NEVES, 2002). Desta forma, este trabalho expõe uma breve apresentação acerca da história de formação do Estado do Mato Grosso do Sul, com vista a introduzir o leitor acerca das questões centrais aqui discutidas.

Diversos acontecimentos se sucederam até o ano de 1600 quando os espanhóis erradicados em Assunção fundaram uma pequena cidade, denominada Santiago de Xerez, onde hodiernamente se localiza o Estado do Mato Grosso do Sul, região esta banhada pelo Rio Mbotetey, que atualmente compreende a bacia hidrográfica dos rios Miranda e Aquidauana, de forma que, após se estabelecerem na região, além de desenvolver uma economia de subsistência, iniciaram o cultivo de algodão, milho, feijão, mandioca e também de pecuária que se desenvolveu rapidamente (ESSELIN, 2008).

A forte utilização de mão-de-obra indígena para o trabalho no campo acabou por atrair vários jesuítas para a região com a finalidade de catequisar os índios Guaranis Itatins que eram assentados na região dos campos de Xerez, que posteriormente resultou na constituição da província jesuítica do Itatim. A relação entre os colonos, jesuítas e

indígenas era bastante conturbada, uma vez que os jesuítas não permitiam a apropriação indiscriminada de mão-de-obra indígena catequisada para o trabalho no campo. A crise se intensificou no período de 1632 a 1649 quando, além dos colonos espanhóis e dos jesuítas passaram a brigar pelos indígenas, os bandeirantes paulistas que também possuíam forte interesse pela mão-de-obra indígena. Ao final das disputas, os bandeirantes saíram vitoriosos, tanto sobre os colonos, quanto sobre os jesuítas (ESSELIN, 2008).

Após as vitórias dos bandeirantes, os colonos e jesuítas abandonaram a região, deixando Santiago de Xerez abandonada, o que se tornou muito atrativo para as investidas dos bandeirantes portugueses, fornecendo abrigo e alimento para estes quando de suas investidas nas localidades próximas. Nas investidas sobre a fronteira castelhana, foi descoberto ouro em Cuiabá, o que acabou por atrair ainda mais bandeirantes, juntamente com a mão-de-obra africana escrava para região, de modo que o norte de Mato Grosso se tornou mais atrativo do que as demais regiões dominadas por estes bandeirantes, que construíram fortes e vilas na fronteira com a Bolívia. Ao mesmo tempo, os espanhóis se voltaram para colonizar as regiões onde os portugueses ainda não haviam dominado. Assim, ergueu o forte de Vila Real da Conceição na margem esquerda do Paraguai, o que foi recebido como grande ameaça às minas de ouro de Cuiabá. Frente à investida espanhola, os portugueses realizaram amplo levantamento de vias navegáveis na bacia do Paraguai para a implantação de pontos militares estratégicos com vistas a proteger suas riquezas. Nesse sentido, em 1775 foi construído o forte de Coimbra às margens do rio Paraguai, em 1776 a cidade de Albuquerque e em 1778 a cidade de Corumbá assegurando o domínio da margem direita do rio Paraguai (ESSELIN, 2008).

Nos anos seguintes, diversas divergências entre os governos brasileiros e paraguaios sobre a posse de terras, se desenvolveram, principalmente por conta de alterações de tratados que, por um lado favorecia o Brasil e por outro favorecia o Paraguai, de forma que cada nação optava por aceitar o tratado que atendia suas expectativas, o que acabou por deflagrar a conhecida Guerra do Paraguai em 1864 (ESSELIN, 2008). O período do conflito atrasou o desenvolvimento econômico na região do Pantanal sul de Mato Grosso, o que prejudicou toda a população pantaneira. A situação se agravou nos anos seguintes e apenas após os embates, é que o governo se volta para a região a fim de promover o desenvolvimento da mesma, buscando recuperar as perdas decorrentes do conflito, sendo a livre navegação do rio Paraguai a mais importante medida, já que

garantia a comunicação marítima entre a Província de Mato Grosso e o Rio de Janeiro (ESSELIN, 2008).

A Província de Mato Grosso era pouco povoada e mesmo assim, atraía investimentos estrangeiros para as atividades econômicas. A exploração de erva mate em 1878 na região onde hoje se localiza o Mato Grosso do Sul, foi uma delas. A exploração desta matéria-prima tomou impulso em 1902 quando a Companhia Matte Laranjeira se associou a capitais estrangeiros (basicamente argentinos), se tornando a Companhia Laranjeira, Mendes e Cia., que tinha sede em Buenos Aires. A empresa foi de grande influência para a economia do Estado de Mato Grosso, tendo até moeda própria, cunhada pela própria empresa, que pagava seus funcionários com vales que eram manuseados dentro da própria localidade da empresa. Tal situação prendia o trabalhador à empresa com dívidas e como esta tinha até uma polícia própria, a qual era formada por jagunços da própria empresa, os funcionários não tinham liberdade de deixar a propriedade antes da quitação dos débitos. A exploração de minério de ferro na região de Corumbá forneceu força para a ampliação da economia do Estado, o que desenvolveu uma nova era para a economia local, a era industrial, atraída pelas mineradoras. A segunda revolução industrial favoreceu a economia no sentido de reduzir as distâncias entre a captação de matéria-prima e os centros transformadores. Neste período, a evacuação da produção era feita basicamente via porto de Corumbá até Santos, onde era despachado para os demais centros (ESSELIN, 2008).

Até o ano de 1910, a região do Pantanal sul de Mato Grosso desenvolveu de forma lenta a integração entre os centros econômicos nacionais e a região. Nesse período as bases para o desenvolvimento de gado de corte cresceu consideravelmente, e como o período coincidiu com a redução da produção de gado e aumento da criação de ovelhas pela Argentina, o estado ganhou destaque na pecuária de corte. No final do século XIX e início do século XX, houve grandes incentivos para a região com a modernização do porto de Corumbá, a instalação da indústria da carne e siderurgia, a compra de terras por estrangeiros e ainda a construção da rede ferroviária federal. Esse período foi impulsionado pela chegada de iluminação pública em 1912 e, posteriormente, a chegada da rede telefônica (ESSELIN, 2008).

A região onde atualmente se localiza o Estado do Mato Grosso do Sul, foi a mais beneficiada pela expansão capitalista que se deu por intermédio da internacionalização da economia. O retorno da navegação no rio Paraguai também abriu novas possibilidades e

oportunidades para a região que passou a explorar outros territórios para seus produtos e também atraiu mais investimento estrangeiro. Outro fator importante foi a revolução ocorrida no Rio Grande do Sul, o que culminou no deslocamento de mais de dez mil gaúchos para o sul do Mato Grosso favorecendo de forma significativa a produção agrícola a qual sofreu substancial aumento por conta do aprimoramento de técnicas e introdução de métodos modernos de cultivo e aproveitamento das terras da região. A partir da década de 1920, após as dificuldades para a produção interna por conta da Primeira Guerra Mundial, os produtores da região buscaram especialização da pecuária melhorando o padrão racial do rebanho. O gado azebuado, lentamente ganha a preferência dos produtores e passa a dominar a região pantaneira, de forma que no começo da década de 1960, os bovinos primitivos, introduzidos pelos colonos desaparecem definitivamente da região, abrindo espaço para a padronização total da raça. Este fator é importante para a medida de proteção por arame farpado para a demarcação de terras e ainda proteção do rebanho. Assim, é neste período que as fazendas passam a serem cercadas proporcionando a seleção e proteção dos animais. Toda essa conjuntura favoreceu a parte sul do Mato Grosso, diferenciando esta das demais regiões do Estado. Desta forma, a parte sul consolidou a modernidade na pecuária de maneira superior às demais áreas, com destaque para Campo Grande (ESSELIN, 2008).

A partir dos anos 1950, a diferença entre as regiões sul e norte do Mato Grosso se intensificam, principalmente pela chegada de paulistas nas terras próximas a Dourados. Nos anos de 1960 os gaúchos substituem os tradicionais ervais no cone sul. Nos anos 1970, já super capitalizados, os gaúchos consolidam a situação de descontentamento constitucional entre o sul e o norte do Mato Grosso, de forma que se inicia um processo de divisão política do Estado que não teria retorno, culminando este processo na criação do Estado de Mato Grosso do Sul (ESSELIN, 2008).

O Estado foi criado em outubro 1977, após a divisão do Estado do Mato Grosso, sendo sua criação oficialmente consolidada apenas em 1979. Dados do censo de 1970 estimaram que o novo Estado ficou com 1,4 milhão de habitantes, os quais estavam distribuídos em 55 municípios. O Estado possui 357.145,836 km² (UN, 2003), representando aproximadamente 4% do território nacional, abrigando um dos mais importantes ecossistemas do planeta, o Pantanal que compõe 25% a área total do Estado. Os limites geográficos do Estado ao norte são o Estado de Mato Grosso e Goiás; ao leste

faz divisa com Minas Gerais e São Paulo; ao sul está o Paraná e o Paraguai e a leste está a Bolívia, conforme representação da figura 2.

Figura 2 - Divisão Político-Administrativa de Mato Grosso do Sul



Fonte: (TANAHARA, 2008)

O Mato Grosso do Sul é composto por 78² municípios, os quais segundo dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada era de mais de 2.449 habitantes. A vocação do Estado é a agropecuária moderna, tendo um agronegócio com elevados índices de qualidade, sendo esta reconhecida mundialmente (BRASIL, 2003). Como toda a região Centro-Oeste, o MS abriga terras as quais fornecem elevados índices de produtividade que ultrapassam algumas cidades consideradas as melhores do mundo neste quesito. Tal fato é decorrente da combinação de clima favorável, solo fértil, disponibilidade de água e ainda, uso intensivo de tecnologia no campo e melhoria da infraestrutura no escoamento da produção por meio de investimentos do setor público e privado. O Estado também trabalha para a redução do déficit social e educacional por conta dos longos períodos de permanência essencialmente agrícola (BRASIL, 2003); (ESSELIN, 2008); (MATO GROSSO DO SUL, 2008).

² O Estado de MS possui 79 municípios, porém para fins desta pesquisa, adotar-se-á 78, uma vez que no ano de 2010, ano base do trabalho, oficialmente o Estado possuía 78 municípios.

A área total é de aproximadamente 36 milhões de hectares, sendo que o Pantanal ocupa um total de 8,9 milhões de hectares, 7 milhões está sob a condição de reserva legal, pastagens nativas, cursos d'água e outros. As cadeias produtivas do agronegócio ocupam um total aproximado de 55% do total da área. No Pantanal há predominância de criação extensiva em pastagens nativas (BUNGESNTABG, 2012).

Mato Grosso do Sul está entre os maiores produtores brasileiros de soja, milho e carne bovina, além de avançar a cada ano na produção de cana-de-açúcar e floresta, setores nos quais, o Estado se destaca entre os demais estados da federação (EMBRAPA, 2003); (BUNGESNTABG, 2012); (FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS, 2013).

A bacia do Paraná, que possui solo favorável para o plantio florestal e terra roxa, é a principal área econômica do Estado, sendo os recursos direcionados para esta região, de forma que a mesma possui os meios de transporte mais eficientes. Outro fator importante é a proximidade com os mercados consumidores da região Sudeste o que mais uma vez favorece a instalação de negócios do agronegócio na região (MATO GROSSO DO SUL, 2008).

Além da vocação agropecuária, o Estado vem desenvolvendo planos para a atração de indústrias e ainda incentivando o turismo, principalmente por conta do Pantanal, que vem ganhando espaço, tanto no cenário nacional – chegando a se tornar patrimônio natural de valor inestimável (BRASIL, 2003), quanto no internacional, por atrair ecoturistas para a região e arredores. Desde a década de 1990, o Estado segue rumo à expansão industrial, desenvolvendo fortemente a agroindústria, sem perder sua tradição agropecuária, estando entre os maiores produtores do Brasil na produção de mandioca, cana-de-açúcar, milho, soja, algodão e também no rebanho bovino de corte (BRASIL, 2003); (FAMASUL, 2010); (IBGE, 2010a); (IBGE, 2010b); (FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS, 2013).

Com apenas trinta e cinco anos de sua criação, o Estado, avança em seus níveis de crescimento, buscando melhoria da qualidade de seus produtos e incentivando a instalação de indústrias. Desde sua criação, o Estado aumentou em 113% sua área cultivada, demonstrando seu grande potencial para a produção de alimentos (FAMASUL, 2010). O PIB do Estado aumentou de forma significativa, mais que dobrando em apenas seis anos, de acordo com informações da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC), apresentando em 2005 o total de R\$ 21.650, 85 milhões para R\$ 44525, 75 milhões no ano de 2011.

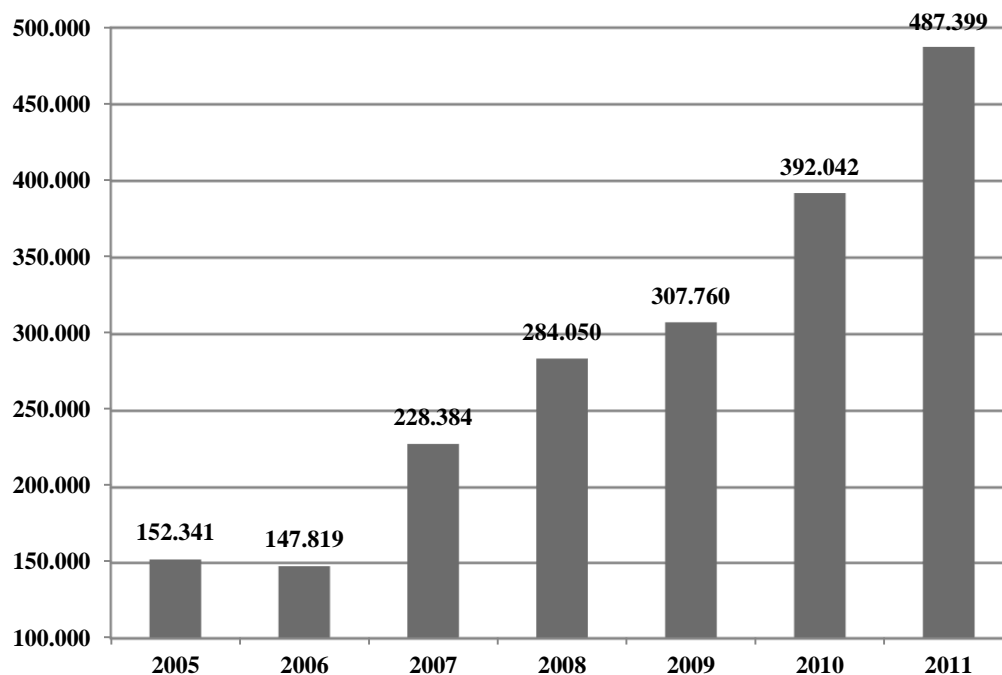
Com grandes áreas disponíveis para cultivo e clima favorável, o Mato Grosso do sul desponta no cenário nacional e internacional como grande promissor na produção de alimentos, tanto para atender à demanda interna quanto para exportação. Quando se observa a evolução dos números das principais produtos da pecuária e agricultura no Estado, evidenciam-se os ganhos em termos de crescimento nestes setores. Entre os anos de 2008 e 2012, a produção de cana-de-açúcar cresceu 113,8%, enquanto que de milho, aumentou em 71%. Porém em níveis de exportação, nenhuma cultura conseguiu valores tão expressivos como o milho, que ampliou as exportações em 719% (US\$ FOB). A agricultura, apesar de apresentar valores mais amenos, não é menos importante. A bovinocultura aumentou em 26,2% a quantidade de animais e a suinocultura em 46%, ficando os aumentos nas exportações destes produtos semelhantes ao aumento na quantidade de animais: 21,5% para a bovinocultura e 44,7% para os suínos (ANUALPEC, 2012); (AGRIANUAL, 2013); (FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS, 2013).

Neste contexto, surgem questionamentos quanto ao uso racional dos recursos naturais, uma vez que a sociedade tem se conscientizado da importância de crescer e desenvolver-se de maneira sustentável (PAP, 2010); (ESMAP, 2010); (CNA, 2012). Tais discussões dizem respeito às condições de uso dos “espaços naturais”, que envolve a utilização das terras, degradação de florestas e áreas de proteção para utilização com finalidade de plantio e pasto, e ainda, o desmatamento que, apesar do combate legal, ainda apresenta elevados níveis em alguns estados da federação. Neste contexto, grande ênfase é dada ao setor florestal, sendo que Mato Grosso do Sul se destaca pelo crescimento apresentado no setor que cresceu aproximadamente 241% entre 2003 e 2009 (PAINEL FLORESTAL, 2010).

Este setor vem apresentando altos níveis de desenvolvimento, acompanhando o ritmo de crescimento das demais cadeias produtivas do Estado. A expansão das áreas plantadas com florestas (Figura 3) influenciou positivamente as áreas de pastagens, ajudando na restauração daquelas que apresentavam sinais de degradação (BUNGESNTABG, 2012). O crescimento do setor florestal no Estado se destaca frente aos demais estados produtores de florestas plantadas. Enquanto que estes apresentaram uma taxa de crescimento em torno de 16% no período compreendido entre 2006 e 2010, o Mato Grosso do Sul apresentou um crescimento 10 vezes superior, ficando este em 165%, com um crescimento anual 2 vezes maior (em torno de 30%) que os demais estados em todo o período analisado (ABRAF, 2012); (BUNGESNTABG, 2012). Além da

expansão da área plantada, o Estado se utiliza de tecnologias as quais tem ampliado os níveis de produtividade tanto do setor de florestas quanto dos demais setores do agronegócio (EMBRAPA, 2003); (BUNGESNTABG, 2012).

Figura 3 - Evolução das áreas plantadas de florestas entre 2005 e 2011 no MS



Fonte: Adaptado de Anuário Estatístico da ABRAF (2012)

Frente aos avanços em termos de investimento – por meio da instalação de indústrias, utilização de tecnologia, capacitação de mão-de-obra e infraestrutura, o Estado se aprimora para melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos, oferecendo condições para a melhoria da qualidade e aumento da produtividade dos produtos, tendo por escopo alcançar os níveis desejados de desenvolvimento sustentável (FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS, 2013).

3. MÉTODO

Como afirmou Weber, a ciência não consegue ser neutra, uma vez que os resultados sofrem influencia dos pesquisadores e do contexto aos quais estes estão inseridos, porém é necessária a busca por resposta. Um projeto de pesquisa agrupa concepções filosóficas, estratégias de investigação e métodos específicos que colimem no objetivo maior do mesmo (CRESWELL, 2010).

As concepções filosóficas podem ser classificadas de diferentes maneiras, dependendo do autor consultado. Neste caso, esta pesquisa se baseia em Creswell (2010), o qual separa em quatro concepções: i) pós-positivista – representa a forma tradicional de pesquisa e geralmente é utilizada em pesquisas com cunho quantitativo, uma vez que acredita que existem leis gerais que governam o mundo e estas necessitam ser testadas para sua comprovação ou refutação, porém também é utilizada, com menos frequência, em pesquisas qualitativas; ii) construtivista – associado ao interpretativismo, está mais comumente associado à pesquisas qualitativas, por buscar compreender a interação do objeto de estudo com os demais sistemas, interpretando as respostas com base nas crenças, valores e observação do meio; iii) reivindicatória e participatória – busca identificar pontos desconexos, principalmente nas questões sociais e propor alterações para solucionar problemas. É voltado para o estudo de grupos marginalizados ou desprovidos de privilégios na sociedade, abordando com grande ênfase o lado social com vistas a modificar a realidade dos participantes, sendo utilizada tanto para pesquisas qualitativas quanto quantitativas; iv) pragmática – habitualmente é utilizada em pesquisas que se utilizam de métodos mistos, quando há suposições quali e quantitativas para o estudo, sendo focada no problema de pesquisa, empenhando-se para compreender o problema pela utilização de todas as abordagens disponíveis.

Quanto à concepção filosófica, este trabalho se enquadra na abordagem construtivista – para a avaliação da relação entre a estrutura da agropecuária nos municípios e o desenvolvimento social do Estado.

Além da concepção filosófica, a pesquisa exige o que Creswell (2010) chama de estratégias da investigação, que podem ser classificadas em: quantitativa, qualitativa ou mista, conforme quadro 5.

Tipo	Classificação	Uso
Quantitativo	Levantamento	Descrever tendências, opiniões ou atitudes, de forma quantitativa ou numérica de uma população pelo estudo de uma amostra dessa população.
	Experimental	Analisar se um determinado tratamento específico, afeta ou não um resultado. É feita pelo oferecimento a um grupo e a negação do mesmo a um grupo similar.
Qualitativo	Etnografia	Estudo, em um período de tempo prolongado, de um grupo cultural intacto que habita um cenário natural, por meio da coleta de informações principalmente pela observação e entrevista, não afetando o meio.
	Teoria fundamentada	Derivada de uma teoria geral, de um processo ou interação baseada no ponto de vista dos participantes.
	Estudos de Caso	Exploração profunda de um processo, indivíduo, sistema, programa, evento ou situação, utilizando-se de vários instrumentos de coleta de dados em um determinado período de tempo.
	Fenomenológica	Estudo de um fenômeno descrito pelos participantes, envolvendo um pequeno grupo de indivíduos, que depois de observados, resulta em no desenvolvimento de padrões e relações significativas.
	Narrativa	Estudo da vida de um determinado indivíduo, obtido por intermédio de entrevistas narradas, onde o indivíduo conta histórias de sua vida, de forma que o pesquisador transcreve o resultado de sua pesquisa recontando a história em uma ordem cronológica.
Métodos Mistos	Sequenciais	Elaboração ou expansão dos achados de um método com o de outro método. Pode iniciar com uma pesquisa qualitativa visando a exploração e conhecimento do caso e prosseguir com um método quantitativo levantando uma amostra grande para a generalização dos resultados de uma população.
	Concomitantes	Reúne ou mistura dados quantitativos e qualitativos para uma análise mais ampla do problema de pesquisa.
	Transformativos	Utilização de um enfoque teórico, deixando evidente que o projeto possui dados quali e quantitativos, proporcionando maior flexibilidade de focalizar a pesquisa, uma vez que abrangem as duas estratégias. Permite o uso da abordagem sequencial ou concomitante.

Fonte: Elaborado pela autora com base em (COLLIS e HUSSEY, 2005); (CRESWELL, 2010).

Nesse sentido, conforme interesse da pesquisa, a estratégia utilizada foi a abordagem qualitativa fenomenológica com a utilização de análise descritiva das relações entre o IDSM e a economia de base local, uma vez que se pretende avaliar se existe relação entre os níveis de desenvolvimento social encontrado pela FGV e o perfil da agricultura no local.

O método pode ser entendido como uma ferramenta para se atingir um determinado objetivo, somando procedimentos e regras, sendo assim, um trajeto a ser seguido para se atingir um resultado pré-determinado, pretendido (SANTOS e CANDELORO, 2006). Gerhardt e Silveira (2009) e Collis e Hussey (2005) apresentam os três tipos de métodos:

dedutivo, indutivo e hipotético-dedutivo. Os principais objetivos de cada método são apresentados no quadro 6.

Quadro 6 - Tipos de Métodos de Pesquisa

Métodos	Objetivos
Dedutivo	Parte do geral para o particular, por meio de premissas que originam uma conclusão. Surge de princípios considerados como verdadeiros e sem margem para questionamentos e, por meio da lógica, chega-se a conclusão formal.
Indutivo	O conhecimento é obtido por meio da experiência, não considerando princípios e regras preestabelecidas. Partindo da observação, cria-se uma hipótese que explica a origem do fenômeno. Assim, a indução permite conclusões que são apenas prováveis e não resposta incontestável.
Hipotético dedutivo	Este método busca explicar o problema por meio do uso de hipóteses. Entretanto, enquanto que no método dedutivo pretende-se comprovar a veracidade da situação, aqui, buscam-se evidências da falsidade das hipóteses. Uma hipótese é considerada válida quando ela consegue passar por todos os testes, porém, ela não é incontestável uma vez que podem surgir um ou mais fatos que a invalide a qualquer tempo.

Fonte: Elaboração da autora com base em (GERHARDT e SILVEIRA, 2009); (COLLIS e HUSSEY, 2005).

Desta forma, quanto ao método, esta pesquisa se utilizará do dedutivo, uma vez que parte do desenvolvimento global chegando até o nível local, com vistas a obter conclusões por intermédio da observação da realidade e assim, responder à questão central e objetivos propostos. Foi utilizado ainda, o modelo analítico para a interpretação da relação encontrada ou não entre o índice de desenvolvimento social e o perfil da agropecuária, sendo que, com relação a essa aplicação, a pesquisa se enquadra como pesquisa qualitativa. A pesquisa também se classifica como exploratória, pelo levantamento bibliográfico necessário à mesma e descritiva pela observação e análise dos dados (VERGARA, 2005). O quadro 7, apresenta um resumo quanto à classificação deste estudo.

Quadro 7 - Resumo da classificação da pesquisa

Quanto à (aos)	Classificação	Justificativa
Concepção Filosófica	Construtivista	Avaliação da relação entre a estrutura da agropecuária nos municípios e o desenvolvimento social do Estado
Finalidade	Pesquisa aplicada	Conhecimento produzido após a análise poderá ser utilizado para o melhor direcionamento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social.
Tipos de pesquisa		
Área da ciência	Pesquisa empírica	Mensurar as áreas da realidade
Natureza	Trabalho científico original	Apesar da existência de IDS calculados, este trabalho correlaciona este índice com o perfil da agropecuária nos municípios do estado do MS.
Objetivos	Exploratória	Levantamento bibliográfico
	Descritiva	Coleta de dados padronizada, análise e interpretação dos dados sem interferência do pesquisador.
Procedimentos	Pesquisa de fonte de papel	Pesquisa bibliográfica e documental

Objeto	Pesquisa bibliográfica	Estudo Baseado em material já publicado IDSM (FGV), materiais do IBGE e outros.
Abordagem	Qualitativa	Interpretação da semelhança do índice entre os municípios analisadas e o perfil da agropecuária estabelecido nos mesmos.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em (ANDRADE, 2003); (GRESSLER, 2004); (COLLIS e HUSSEY, 2005); (SANTOS e CANDELORO, 2006); (GERHARDT e SILVEIRA, 2009); (CRESWELL, 2010).

Foi realizado um mapeamento da agropecuária existente nos municípios delimitados por esta atividade, após tem-se feita uma caracterização destes municípios, com informações básicas sobre sua economia. Em seguida, foi realizada a análise através do índice de desenvolvimento social calculado pela FGV onde foi feita a comparação entre o perfil da agropecuária nos municípios sul-mato-grossenses. O mapeamento da estrutura da agropecuária nos municípios sul-mato-grossenses se deu por meio de pesquisa bibliográfica em relatórios principalmente produzidos pelo IBGE e demais instituto de pesquisa, os quais disponham de material referente ao tema.

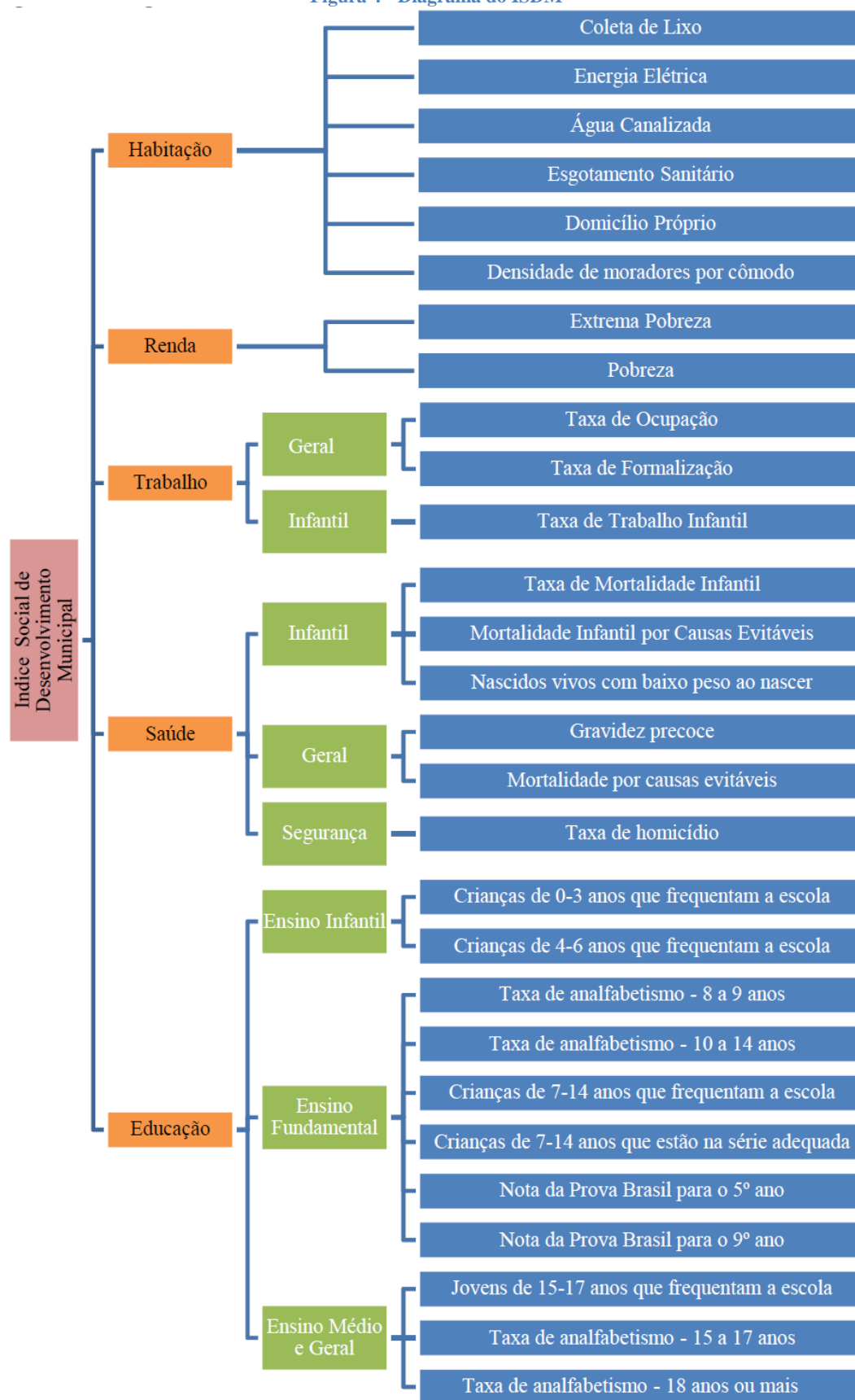
3.1. PROCEDIMENTOS

Os procedimentos para responder aos objetivos geral e específico são descritos em seguida. Nesta seção é apresentada como ocorreu cada análise realizada no trabalho. Primeiramente tem-se descrita a técnica de cálculo do índice desenvolvido pela FGV.

O índice social de desenvolvimento municipal tem por escopo a unificação de variáveis do desenvolvimento social de um município para que possa ser feita comparação entre os municípios quanto a seu nível de desenvolvimento e abrange cinco dimensões compostas por 28 indicadores, sendo elas: Saúde e Segurança, Renda, Habitação, Educação e Trabalho, conforme figura 4. O índice foi calculado³ para todos os municípios existentes no Brasil em 2010 (5.565), de maneira que quanto maior o valor encontrado em um município, maior é seu nível de desenvolvimento (FGV, 2012a).

³ Para informações sobre as fórmulas e padronização utilizadas para o cálculo do índice, consultar a publicação completa da Fundação Getúlio Vargas: **Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios – ISDM (Nota Técnica)**. Fundação Getúlio Vargas/ Escola de Economia de São Paulo/ Centro de Microeconomia Aplicada – C-Micro/FGV. São Paulo. 2012

Figura 4 - Diagrama do ISDM



Fonte: (FGV, 2012a)

A dimensão *habitação* mede o nível de acesso aos serviços básicos de infraestrutura avaliando a qualidade da moradia no município. Nesta dimensão há 6 indicadores. A *renda* indica os níveis de pobreza da população e contém 2 indicadores. A dimensão *trabalho* avalia o trabalho formal e a taxa de ocupação infantil, ele é dividido em 2 classes (Trabalho adulto – representado por 2 indicadores, e Trabalho infantil – representado por 1 indicador). *Saúde e Segurança* visa captar a qualidade da saúde e se divide em 3 componentes (Infantil – 3 indicadores, Geral – 2 indicadores e o terceiro componente com 1 indicador). Quanto á *educação*, tem por escopo avaliar as condições educacionais, é dividido em 3 classes (Ensino Infantil – 2 indicadores, Ensino Fundamental – 6 indicadores e Ensino Médio e Geral – representado por 3 indicadores (FGV, 2012a).

Foi realizado um ajustamento de cada um dos 28 indicadores de modo que estes variassem em escala de 0 a 10, e quanto mais próximo de 10, melhor é avaliado o município com base no indicador e quanto mais próximo de 0, pior é a avaliação do município neste indicador. Ao final, a escala foi normalizada pela média e desvio padrão ponderados⁴ do Brasil (FGV, 2012a).

Antes de realizar o estudo do perfil da agropecuária nos municípios, em posse dos ISDM, foi realizada uma análise para a verificação de quais municípios possuem sua estrutura econômica voltada para a agricultura e/ou pecuária como atividade principal, com vistas a delimitar a pesquisa. Após esta separação, foi realizado estudo bibliográfico de forma a mapear o sistema econômico da região para que se possa fazer a relação entre o perfil da agropecuária e os ISDM por meio das observações de informações disponíveis para os municípios, com base nos indicadores estabelecidos pela FGV.

A delimitação dos municípios foi baseada na participação do PIB agropecuário no Pib do município no ano de 2010 e ainda na publicação de Barros (2008). A participação no Pib variou de 0,87% (Campo Grande) até 56,89% (Santa Rita do Pardo). Para delimitar e ter o corte da amostra, partiu-se da divisão do Pib total por atividade, a qual divide o PIB em 3: a) agropecuária; b) indústria e, c) comércio e serviços (SEMAC, 2012). Desta forma, de posse dos valores do Pib geral e da agropecuária para cada município do Estado de Mato Grosso do Sul, foi calculado a porcentagem de participação do Pib agropecuário no Pib geral do município, de forma que para o trabalho, os municípios analisados seriam aqueles que apresentassem participação no Pib

⁴ Idem anterior

agropecuário no valor mínimo de 1/3 no Pib geral. Com este corte, a população analisada saiu de 78 para 29 municípios e destes, tem-se que 21 municípios possuem sua economia baseada na criação bovina destinada para corte, sendo que esta delimitação foi possível por conta da quantidade de cabeças presente no rebanho de cada município, frente à produção de outros produtos, como grãos, por exemplo. 8 municípios se caracterizaram como de base agrícola, pelo volume produzido de grãos e cana.

3.1. FONTE DE DADOS

A pesquisa foi realizada por intermédio de pesquisa em relatórios, anuários, e estatísticas divulgadas pelas instituições responsáveis por cada setor investigado. Também foram consultadas, bases de dados on-line disponibilizados por institutos de pesquisa (IBGE, IPEA, Dieese) e outros. Outra fonte de pesquisa foi secretarias – municipais e estaduais – e ONGS que disponibilizam informações relevantes para o estudo, como SEMAC, SEPROTUR, SEPLAN, dentre outras. Censos agropecuários, e outras publicações do IBGE, assim como os bancos de dados destes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. PERFIL DA AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS SUL MATO-GROSSENSES

O Estado de Mato Grosso do Sul é reconhecido por ser de base agropecuária e se destaca na produção de algumas culturas: milho, cana-de-açúcar, mandioca, algodão (caroço), soja (grão) e ainda por possuir o 3º maior rebanho bovino do Brasil (IBGE, 2010a); (IBGE, 2010b). Dos 78 municípios do Estado, 29 tem o PIB da agropecuária acima de 33,33% (Quadro 8) – sendo 21 municípios de base pecuária e 8 de base agrícola. Quando se aplica o mesmo critério para as outras atividades, tem-se 6 municípios com PIB industrial (quadro 9) e 75 municípios com PIB de comércio e serviços acima de 33,33% (BARROS, 2008); (IBGE, 2013).

Quadro 8 - Municípios com PIB agropecuário significativo (acima de 33,33% do PIB total)

Município	PIB Municipal	PIB Agropecuária	Participação da agropecuária no PIB Municipal
Santa Rita do Pardo	154.789.092	88.064.852	56,89%
Jateí	85.618.354	46.060.436	53,80%
Figueirão	57.494.620	29.168.099	50,73%
Alcinópolis	106.732.214	53.262.552	49,90%
Laguna Carapã	157.338.671	78.402.719	49,83%
Taquarussu	68.237.948	33.977.701	49,79%
Bandeirantes	115.578.788	56.226.601	48,65%
Inocência	149.816.324	71.403.969	47,66%
Juti	87.867.012	41.448.927	47,17%
Caracol	79.759.628	37.236.350	46,69%
Corguinho	71.176.671	31.471.808	44,22%
Jaraguari	88.021.718	36.992.608	42,03%
Novo Horizonte do Sul	66.453.294	27.676.927	41,65%
Anaurilândia	116.065.237	47.264.507	40,72%
Porto Murtinho	255.649.571	101.254.992	39,61%
Brasilândia	213.317.097	82.208.749	38,54%
Camapuã	236.285.885	90.095.933	38,13%
Nova Alvorada do Sul	356.397.067	132.213.657	37,10%
Nioaque	153.968.091	56.464.281	36,67%
Costa Rica	510.385.911	183.158.051	35,89%
Ribas do Rio Pardo	471.173.366	167.657.066	35,58%
Rio Brillhante	841.909.530	299.552.687	35,58%
Itaquiraí	249.361.128	88.519.755	35,50%
Dois Irmãos do Buriti	107.790.407	38.137.983	35,38%
Selvíria	115.894.446	40.537.873	34,98%
Rio Negro	55.618.817	19.350.629	34,79%
Aral Moreira	212.010.378	73.415.855	34,63%
Pedro Gomes	127.475.863	43.628.611	34,22%
Rio Verde de Mato Grosso	246.092.850	83.343.155	33,87%

Fonte: Elaborado pela autora baseado em (SEMAC, 2012); (IBGE, 2013)

Quadro 9 - Municípios com PIB industrial significativo (2010)

Município	PIB Municipal	PIB Indústria	Participação do PIB Industrial no PIB Municipal
Três Lagoas	2.821.908.887	1.296.566.425	46%
Bataguassu	488.307.920	223.661.056	46%
Bodoquena	148.006.450	51.272.344	35%
Aparecida do Taboado	451.592.638	155.263.722	34%
Bataiporã	215.899.956	72.003.039	33%
Rochedo	94.692.804	31.417.097	33%

Fonte: Elaborado pela autora baseado em (SEMAG, 2012); (IBGE, 2013)

Os únicos municípios que não possuem PIB de comércio e serviços acima de 33,33% são Ribas do Rio Pardo e Santa Rita do Pardo, com 32%, e Água Clara, com 30% de participação desta atividade no PIB municipal. Entretanto, quando comparamos o PIB industrial com o PIB agropecuário, temos que apenas 13 municípios possuem efetivamente o PIB agropecuário maior que os das demais atividades, conforme quadro 10.

Quadro 10 - Municípios onde a agropecuária predomina efetivamente sobre as demais atividades (2010)

Município	PIB Geral	PIB Comércio e Serviços	PIB Agropecuário
Rio Brillante	841.909.530	287.365.685	299.552.687
Nova Alvorada do Sul	356.397.067	120.267.963	132.213.657
Porto Murtinho	255.649.571	97.119.035	101.254.992
Laguna Carapã	157.338.671	57.448.052	78.402.719
Inocência	149.816.324	56.160.667	71.403.969
Bandeirantes	115.578.788	42.805.856	56.226.601
Alcinópolis	106.732.214	37.240.118	53.262.552
Jateí	85.618.354	29.568.975	46.060.436
Juti	87.867.012	35.175.035	41.448.927
Caracol	79.759.628	32.272.943	37.236.350
Taquarussu	68.237.948	25.685.114	33.977.701
Corguinho	71.176.671	29.733.365	31.471.808
Figueirão	57.494.620	20.493.858	29.168.099

Fonte: Elaborado pela autora baseado em (SEMAG, 2012); (IBGE, 2013)

Para fins desta pesquisa, utilizaram-se os 29 municípios com participação do PIB agropecuário igual ou maior que 33,33%. Entretanto, cabe observar que o Estado de Mato Grosso do Sul é reconhecido internacionalmente por ser essencialmente agropecuário (MAPA, 2010); (FAMASUL, 2012), porém, com a observação do Quadro 11, o qual fornece informações básicas da economia sul-mato-grossense. Esta realidade está sendo modificada, uma vez que a maior parcela de contribuição no PIB advém do setor de

comércio e serviços, e que, mesmo os municípios onde há intensidade na produção agropecuária, o setor de comércio e serviços predomina na geração de renda para a economia (SEMAG, 2012).

Quadro 11 - Informações gerais dos municípios de base pecuária (2010)

Município	PIB Municipal (Preços correntes - R\$)	População	PIB <i>Per Capita</i> (Preços correntes - R\$)	Área do município (km ²)	Participação (%) no PIB do MS
Ribas do Rio Pardo	471.173.366	20.946	22.495	17.308,08	1,08
Porto Murtinho	255.649.571	15.372	16.631	17.744,41	0,59
Rio Verde de Mato Grosso	246.092.850	18.890	13.028	8.153,90	0,57
Camapuã	236.285.885	13.625	17.342	6.229,62	0,54
Brasilândia	213.317.097	11.826	18.038	5.806,90	0,49
Santa Rita do Pardo	154.789.092	7.259	21.324	6.143,07	0,36
Nioaque	153.968.091	14.391	10.699	3.923,79	0,35
Inocência	149.816.324	7.669	19.535	5.776,03	0,34
Pedro Gomes	127.475.863	7.967	16.000	3.651,18	0,29
Anaurilândia	116.065.237	8.493	13.666	3.395,44	0,27
Selvíria	115.894.446	6.287	18.434	3.258,33	0,27
Bandeirantes	115.578.788	6.609	17.488	3.115,68	0,27
Dois Irmãos do Buriti	107.790.407	10.363	10.401	2.344,59	0,25
Alcinópolis	106.732.214	4.569	23.360	4.399,68	0,25
Jaraguari	88.021.718	6.341	13.881	2.912,82	0,20
Jateí	85.618.354	4.011	21.346	1.927,95	0,20
Caracol	79.759.628	5.398	14.776	2.940,25	0,18
Corguinho	71.176.671	4.862	14.639	2.639,85	0,16
Novo Horizonte do Sul	66.453.294	4.940	13.452	849,094	0,15
Figueirão	57.494.620	2.928	19.636	4.882,87	0,13
Rio Negro	55.618.817	5.036	11.044	1.807,67	0,13
PIB MS	43.514.206.732				

Fonte: Elaborado pela autora baseado em (SEMAG, 2012); (IBGE, 2013)

Observando o quadro 11, verifica-se que a participação dos municípios de base pecuária na economia sul-mato-grossense é muito pequena, chegando a ser insignificante para o Estado como um todo. Entretanto, quando o olhar é individualizado, observa-se que a pecuária tem grande impacto para os municípios onde é comum sua prática, pois a mesma corresponde por grande parcela do PIB do município, conforme Quadro 12. O PIB da agropecuária nestas regiões é responsável por mais de 1/3 do PIB total do município. Sendo este voltado para a prática pecuária, entende-se que o produto de maior impacto na composição do PIB agropecuário advenha desta prática. Em 2008, por exemplo, a pecuária de corte foi responsável por mais 78% do PIB agropecuário do Estado (FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS, 2013)

Quadro 12 - Rebanho bovino nos municípios de base pecuária (2010)

Município	Bovino (cabeças)	Participação da agropecuária no PIB Municipal
Santa Rita do Pardo	544.207	56,89%
Jateí	175.917	53,80%
Figueirão	189.060	50,73%
Alcinópolis	301.298	49,90%
Bandeirantes	257.910	48,65%
Inocência	481.510	47,66%
Caracol	265.415	46,69%
Corguinho	216.872	44,22%
Jaraguari	192.645	42,03%
Novo Horizonte do Sul	80.680	41,65%
Anaurilândia	288.428	40,72%
Porto Murtinho	696.166	39,61%
Brasilândia	475.729	38,54%
Camapuã	582.158	38,13%
Nioaque	376.123	36,67%
Ribas do Rio Pardo	1.192.681	35,58%
Dois Irmãos do Buriti	224.998	35,38%
Selvíria	219.104	34,98%
Rio Negro	115.601	34,79%
Pedro Gomes	273.845	34,22%
Rio Verde de Mato Grosso	565.028	33,87%

Fonte: Elaborado pela autora baseado em (SEMAC, 2012); (IBGE, 2013)

De acordo com IBGE (2012), o setor agropecuário está entre os setores que mais empregam em todo o Brasil e apesar disso, a pecuária tem por principal característica demandar mão-de-obra pouco qualificada e com baixa remuneração, sendo considerada a atividade agropecuária que menos gera emprego por área, em média, apenas 1 emprego a cada 500 hectares, e segundo Langoni (2005), geralmente, a renda da pecuária fica com o proprietário, de forma que esta não é bem distribuída para a sociedade, e a má distribuição de renda é uma das principais responsáveis pelos baixos níveis de desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Há ainda a distribuição de terras, sendo que no Estado existem tantos grandes pecuaristas, os quais se utilizam de tecnologia de ponta, enquanto outros produtores possuem o gado apenas para a subsistência (em sua maioria, o gado leiteiro), por esta particularidade nacional (POLL, VENCATO, *et al.*, 2011), o trabalho deu ênfase para os municípios produtores de gado de corte.

Uma das questões sobre o elevado índice de desemprego no campo, diz respeito ao emprego de tecnologias – máquinas que substituem grande número de trabalhadores com mais eficiência, ampliando a produtividade – e falta de capacitação da mão-de-obra – para manusear os novos equipamentos (GRAZIANO DA SILVA, 1980); (BALSAN,

2006). Outro fator relevante na questão do emprego na pecuária é a questão da formalidade extremamente baixa no setor (IBGE, 2012).

Quadro 13 - Municípios de base Agrícola (2010)

Município	Cana-de-Açúcar (ton.)	Milho (ton.)	Soja (ton.)	Participação da agropecuária no PIB Municipal
Laguna Carapã	901.573	134.700	259.200	49,83%
Taquarussu	523.050	6.944	9.935	49,79%
Juti	660.064	22.200	28.025	47,17%
Nova Alvorada do Sul	2.372.746	40.000	101.500	37,10%
Costa Rica	590.451	192.348	243.000	35,89%
Rio Brilhante	6.783.111	172.800	290.000	35,58%
Itaquiraí	998.836	72.840	67.367	35,50%
Aral Moreira	-	222.30	276.660	34,63%
Total	12.829.831	641.832	1.275.687	-

Fonte: Elaborado pela autora baseado em (SEMAC, 2012); (IBGE, 2013)

Dentre os municípios com economia baseada na agricultura, as culturas mais comuns são a cana-de-açúcar, o milho e a soja. Na safra 2009/2010, o Estado produziu 23.297.800 toneladas de cana-de-açúcar, sendo que os municípios de base agrícola, especificados no quadro 13, foram responsáveis por 55% da produção. Quanto à soja, estes mesmos municípios produziram mais de 17% do total produzido no Estado, que foi de 3.737.300 toneladas e de soja, representaram 24% de um total de 5.307.800 (CONAB, 2011a); (CONAB, 2011b). As lavouras de cana-de-açúcar vêm expandindo em todo o Brasil, sendo que no Mato Grosso do Sul esta expansão anual chegou a mais de 10 mil hectares na safra 2009/2010 (CONAB, 2011a). O quadro 14 apresenta um resumo das informações dos municípios de base agrícola.

Quadro 14 - Informações gerais dos municípios de base agrícola (2010)

Município	PIB Geral (Preços correntes - R\$)	População	PIB Per Capita (Preços correntes - R\$)	Área do município (km ²)	Participação (%) no PIB do MS
Rio Brilhante	841.909.530	30.663	27.457	3.987,40	1,93
Costa Rica	510.385.911	19.695	25.914	5.371,80	1,17
Nova Alvorada do Sul	356.397.067	16.432	21.689	4.019,32	0,82
Itaquiraí	249.361.128	18.614	13.396	2.064,04	0,57
Aral Moreira	212.010.378	10.251	20.682	1.655,66	0,49
Laguna Carapã	157.338.671	6.491	24.240	1.734,07	0,36
Juti	87.867.012	5.900	14.893	1.584,54	0,20
Taquarussu	68.237.948	3.518	19.397	1.041,12	0,16
PIB MS	43.514.206.732				

Fonte: Elaborado pela autora baseado em (SEMAC, 2012); (IBGE, 2013)

A participação dos municípios agrícolas, assim como os da pecuária, apresentam baixos valores, o que pode caracterizar que o Estado não possui uma economia voltada para a agricultura ou pecuária, e também demonstra a os setores agrícolas não possuem a significância que a população sul-mato-grossense, em particular, os governantes, acreditam existir. Em se tratando do agronegócio, com todos os agentes, o peso da indústria e do comércio é maior. Porém, apesar de o Estado possuir grandes rebanhos, e ter uma boa produção de grãos, a geração de emprego destas atividades não impacta nem a jusante nem a montante a economia do Estado, uma vez que a grande quantidade de mão-de-obra demanda, principalmente na indústria de transformação é oriunda de outros estados. Outro fator relevante é a questão dos insumos os quais, em sua maioria, são provenientes de outros Estados (FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS, 2013).

Os quadros 15 e 16 apresentam os índices de ligação para trás e para frente, respectivamente, mostrando a dinâmica econômica do Mato Grosso do Sul.

Quadro 15 - Índice de ligação para trás

Setor de atividade	Trás
Indústria de Transformação	0,0598
Outros Serviços	0,0351
Transporte Armazenagem e Correio	0,0258
Comércio	0,0242
Intermediação Financeira	0,0239
SIUP	0,0214
Agropecuária	0,0211
Indústria Extrativa	0,0193
Construção Civil	0,0183
APU	0,0163

Fonte: (FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS, 2013)

Este índice indica que quanto maior for seu valor maior a interação entre a atividade e o restante da economia (HIRSCHMAN, 1958). Como se percebe no quadro 15, a dinamicidade da economia sul-mato-grossense é baixa, ou seja, o Estado não possui um setor chave na economia, considerando a ideia de McGilvray (1977) o qual afirma que uma economia possui um setor chave quando os índices de ligação para frente (quadro 16) e para trás (quadro 15) fornecem valores maiores que 1 simultaneamente, logo como os valores do índice para trás são próximos de zero, conclui-se que não há setor chave na economia sul-mato-grossense, pela ótica deste autor (FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS, 2013).

Quadro 16 - Índice de ligação para frente

Sector de atividade	Frente
Agropecuária	1,556
Construção Civil	1,162
Transporte Armazenagem e Correio	1,126
Intermediação Financeira	1,004
Indústria de Transformação	0,962
Comércio	0,961
APU	0,904
SIUP	0,820
Outros Serviços	0,816
Indústria Extrativa	0,688

Fonte: (FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS, 2013)

Entretanto, no caso dos índices de ligação para frente, a agropecuária, juntamente com outras três atividades, apresentam índices maiores que 1. O que é suficiente para Hirschman para a determinação de um setor chave, sendo que para se enquadrar nesta classificação, basta que o setor possua um índice de ligação maior que 1 para frente ou para trás Hirschman (1958). O que estes índices demonstram é como se comporta a economia antes e depois do setor analisado. A agropecuária em 2008, se mostrou um setor importante para a economia do Estado, sendo o principal setor chave, sendo este um setor com níveis elevados de demanda por ser um setor primário, e, portanto, fornecedor de matéria-prima para os demais setores da economia (FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS, 2013), porém não há tal informação disponível para os anos subsequentes.

Com relação à cana-de-açúcar, outro produto que vem expandindo no mercado brasileiro e no MS, a discussão gira em torno da questão ambiental, através de formas de energia limpa. Os países despertaram para a urgência em se preservar o meio ambiente e, cada vez mais vem buscando formas ambientalmente corretas de gerar energia. Nesse sentido, o etanol, derivado da cana é um promissor produto que tem por escopo substituir a gasolina derivada de petróleo, de forma que não apenas o etanol, mas outras energias também são originadas a partir dos restos da cana, principalmente nas usinas (UNICA, 2011).

Apesar de dados do IBGE e diversos autores sinalizarem que o impacto da agricultura no desenvolvimento social é maior que na pecuária, torna-se importante comparar os indicadores sociais com os municípios de base agrícola e pecuária no Mato Grosso do Sul.

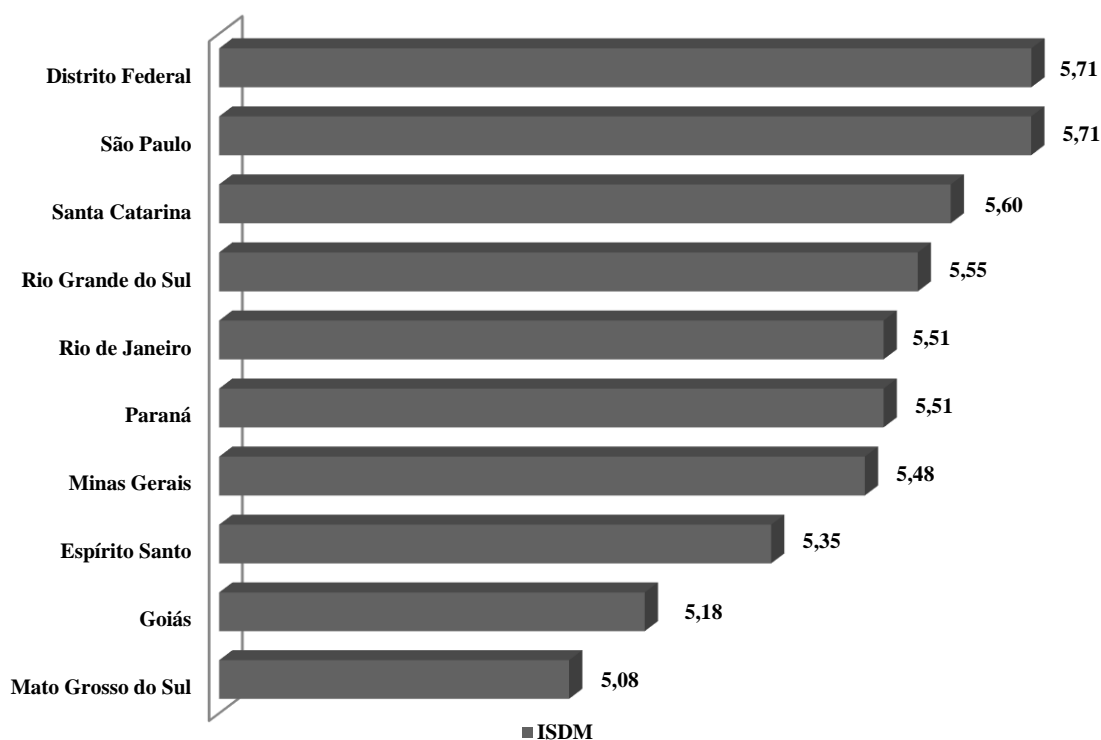
4.2. O ISDM E OS MUNICÍPIOS DE BASE AGROPECUÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL

Questões referentes aos níveis de desenvolvimento sempre estiveram em evidência nas discussões entre chefes de estados, principalmente quando se trata de países considerados “em desenvolvimento”. Geralmente nestes países, os níveis de desigualdade social e concentração de renda são muito elevados, e por conta desta realidade, buscam-se soluções que colimem em equidade na distribuição de renda e, conseqüentemente na melhoria da qualidade de vida da população (BRESSER-PEREIRA, 2010); (FGV, 2012a). Neste contexto, o Brasil sempre esteve entre os mais desiguais, de acordo com o Índice de Gini, porém tem obtido avanços na redução das desigualdades. Entretanto, o nível de desenvolvimento de uma localidade não é dependente apenas da renda, mas, é mister que a renda esteja aliada a condições habitacionais, acesso a educação e outras variáveis importantes para a qualidade e bem-estar social (FGV, 2012b).

Frequentemente, se tem que quanto mais a economia de um estado ou município é voltada para a agropecuária, maiores serão os níveis de pobreza dessa sociedade, uma vez que a população residente no campo, não possui condições suficientes para acesso aos serviços que lhe podem proporcionar bem-estar e qualidade de vida (MARCOVITCH, 2007). O Mato Grosso do Sul, de acordo com Painel Florestal (2010), tem vocação agropecuária pelo tamanho de seu rebanho e pela quantidade de grãos que produz, e nos últimos anos, tem se destacado na produção de cana-de-açúcar e floresta plantada, por conta das usinas e indústrias que se utilizam da madeira, entretanto, como falando anteriormente, em todos os municípios (menos 3) há forte participação do setor de comércio e serviços. Das principais culturas mais importantes para a economia do país, a cana-de-açúcar se destaca em primeiro lugar, seguida pela soja e milho (LIMA, 2010) e estas são culturas em que a agricultura do MS se destaca.

No que se refere ao desenvolvimento do Estado, o índice calculado pela FGV demonstra que o MS ocupa o 10º lugar em desenvolvimento social conforme gráfico 1. Este índice indica que quanto maior for o indicador, melhores são os níveis de desenvolvimento social do local (FGV, 2012a).

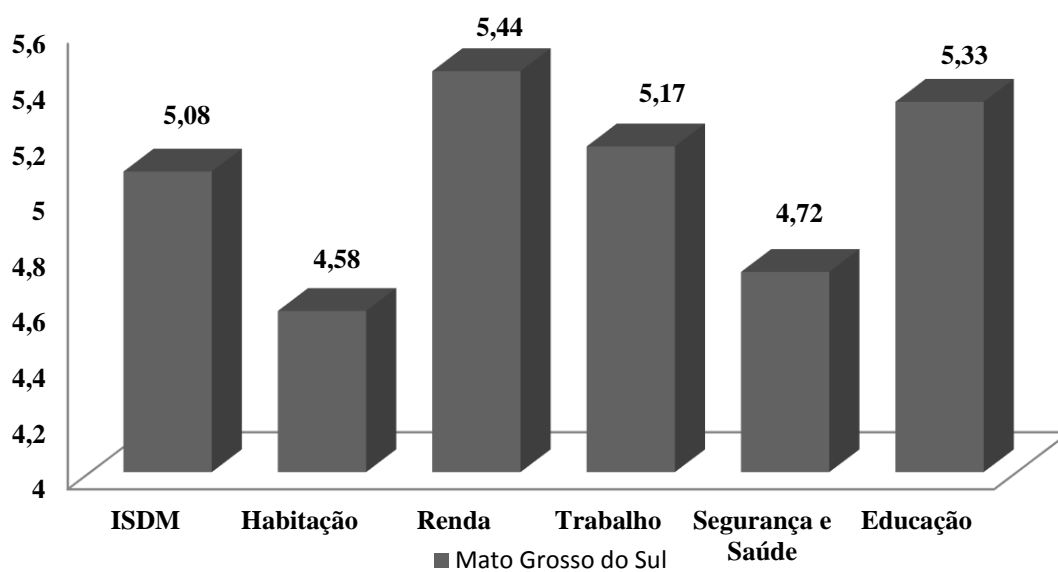
Gráfico 1 - Estados com os 10 melhores ISDM em 2010



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

O Mato Grosso do Sul apresentou ISDM acima da média brasileira – acima de 5,0, sendo também o valor maior que 5,0 nas dimensões renda (5,44), trabalho (5,17) e educação (5,33), conforme gráfico 2.

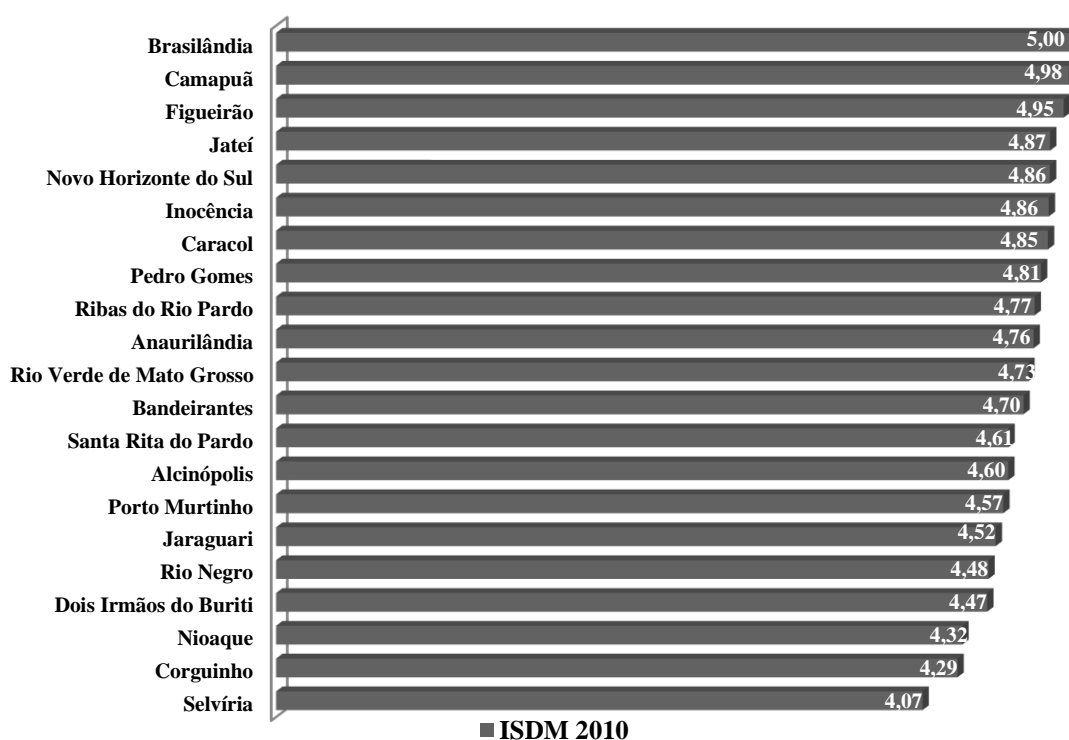
Gráfico 2 - Desempenho do MS no ISDM e nas dimensões



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Quanto ao índice de desenvolvimento dos municípios de base pecuária sul-mato-grossense, o ISDM varia entre 4,07 (Selvíria) e 5,00 (Brasilândia). O município de Brasilândia tem praticamente o mesmo índice geral do Estado (5,08). Entretanto, quando desagregado, o índice apresenta outros valores.

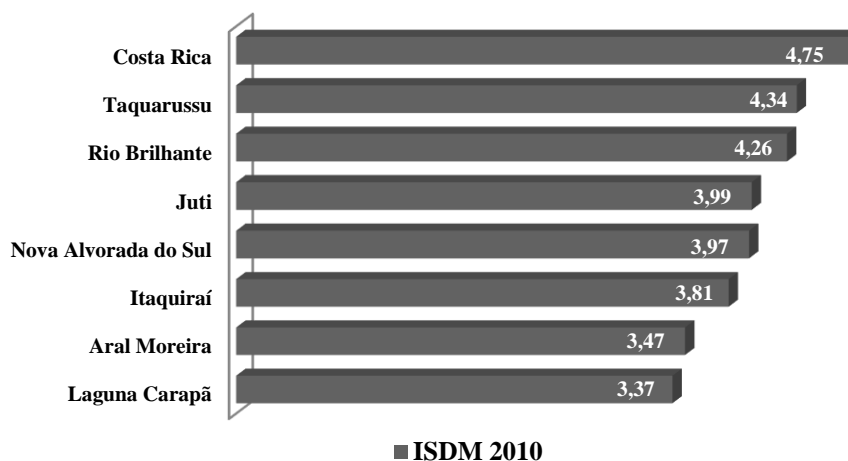
Gráfico 3 - Municípios (MS) de base pecuária e ISDM em 2010



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Os municípios de base agrícola apresentam índice social de desenvolvimento municipal, menores que os municípios de base pecuária. A variação vai de 3,37 (Laguna Carapã) até 4,75 em Costa Rica.

Gráfico 4 - Municípios (MS) de base agrícola e ISDM em 2010



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

4.2.1 Habitação

Uma moradia que forneça condições básicas de vida é imprescindível para a qualidade de vida de qualquer pessoa, de forma que o acesso a serviços básicos relacionados a esta moradia, é uma das formas de se medir o nível de desenvolvimento de uma região, pois a construção moradias em condições precárias acaba por gerar outros problemas e não resolve as demandas sociais da população (GUIMARÃES, 2007).

Oferecer a população condições básica de bem-estar é uma preocupação dos governos, de forma que medindo as condições de saneamento básico, acesso a água encanada e outros serviços básicos a manutenção da vida, é possível medir o nível de desenvolvimento de uma localidade (FGV, 2012b). O quadro 17 apresenta a relação entre os indicadores da dimensão habitação e sua relação com o desenvolvimento – sendo este entendido como o fornecimento de qualidade de vida, além das condições econômicas suficientes para a obtenção deste padrão de qualidade.

Quadro 17 - Indicadores da dimensão habitação e o desenvolvimento

Indicador	Relação com o Desenvolvimento
Água Canalizada	Combate a doenças como amebíase, leptospirose, cólera, hepatite, entre outras. Além disso, o bem-estar possibilitado pela água encanada constitui-se em um direito básico, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), sendo que a ampliação do acesso á água encanada está dentro dos Objetivos do Milênio.
Esgotamento sanitário	Canalização dos dejetos de água e sanitário ligada a um sistema geral de coleta e transporte evita diversas doenças, como a ascaridíase, helmintíases, entre outras verminoses, além das doenças mencionadas anteriormente. A implantação de um sistema que universalize o esgoto sanitário é, prioritariamente, de iniciativa do município. Os benefícios dessa política traduzem-se em melhoria nutricional, do desempenho escolar das crianças e da produtividade da força de trabalho, conforme estudos da economia da saúde e da educação.
Coleta de lixo	A coleta de lixo estabelecida como uma política pública do município também é uma questão sanitária, evitando doenças e propiciando uma melhor qualidade de vida à população local.
Energia elétrica	O acesso à energia elétrica nos domicílios é hoje um requisito básico para o desenvolvimento familiar e da economia local. Como exemplo, pode-se citar o resultado encontrado pelo Ministério de Minas e Energia acerca do <i>Programa Luz para Todos</i> , em que 35,6% das famílias beneficiadas com o programa declararam que tiveram aumento na renda com a chegada da energia elétrica.
Domicílio próprio	A posse de um domicílio pode não ser o investimento mais rentável, a escolha ótima de uma família em uma economia sem instabilidades monetárias pode ser simplesmente de alugar um imóvel, usando o recurso que seria para a compra do imóvel para investir em outros ativos. Contudo, no Brasil a posse de um imóvel ainda representa um mecanismo de segurança social, reduzindo a vulnerabilidade das famílias aos choques de renda como um eventual desemprego do arrimo de família.

Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Para os municípios de base pecuária (quadro 18), a dimensão habitação apresenta a cidade de Camapuã como tendo o maior nível de desenvolvimento nesta dimensão (4,82). Neste município, 79,42% da população é atendida por coleta de lixo, 99,7% possuem energia elétrica na residência, 98,38% possuem água canalizada, 62,72% moram em casa própria e 44,89% possuem esgotamento sanitário (geral ou pluvial).

Quadro 18 - Municípios de base pecuária e ISDM em Habitação

Município	ISDM Habitação	Pessoas atendidas por coleta de lixo (%)	Pessoas atendidas com energia elétrica de Cia dist. (%)	Pessoas com acesso à água canalizada (%)	Pessoas com acesso a esgoto sanitário do tipo rede geral de esgoto ou pluvial (%)	Pessoas que vivem em domicílio próprio de algum morador (%)
Camapuã	4,82	79,42	99,70	98,37	44,89	62,72
Brasilândia	4,41	73,34	99,10	99,40	33,56	55,15
Pedro Gomes	4,34	75,52	99,01	96,33	8,91	69,81
Rio Verde de Mato Grosso	4,30	85,08	99,40	98,43	1,67	67,66
Jateí	4,28	56,62	99,92	98,60	27,08	56,58
Porto Murtinho	4,22	66,31	94,15	83,01	58,92	60,47
Rio Negro	4,06	71,55	98,53	97,49	1,02	66,28
Novo Horizonte do Sul	3,99	54,05	99,88	99,03	0,36	74,35
Selvíria	3,98	74,47	98,26	93,06	0,36	65,12
Alcinópolis	3,98	69,46	99,33	96,49	0,93	62,37
Bandeirantes	3,92	65,85	98,46	97,18	0,22	60,56
Nioaque	3,88	47,84	98,35	92,65	18,06	73,10
Figueirão	3,87	58,37	99,12	98,60	1,54	56,25
Ribas do Rio Pardo	3,79	71,51	98,73	96,05	8,40	53,54
Caracol	3,75	64,43	98,28	98,02	0,94	58,46
Dois Irmãos do Buriti	3,66	50,96	97,20	98,90	0,00	68,76
Anaurilândia	3,63	60,96	93,37	95,31	1,27	61,56
Corguinho	3,43	58,50	91,12	90,86	0,22	54,69
Santa Rita do Pardo	3,42	49,34	97,86	93,20	1,81	53,45
Jaraguari	3,23	34,20	97,76	97,00	0,74	57,34

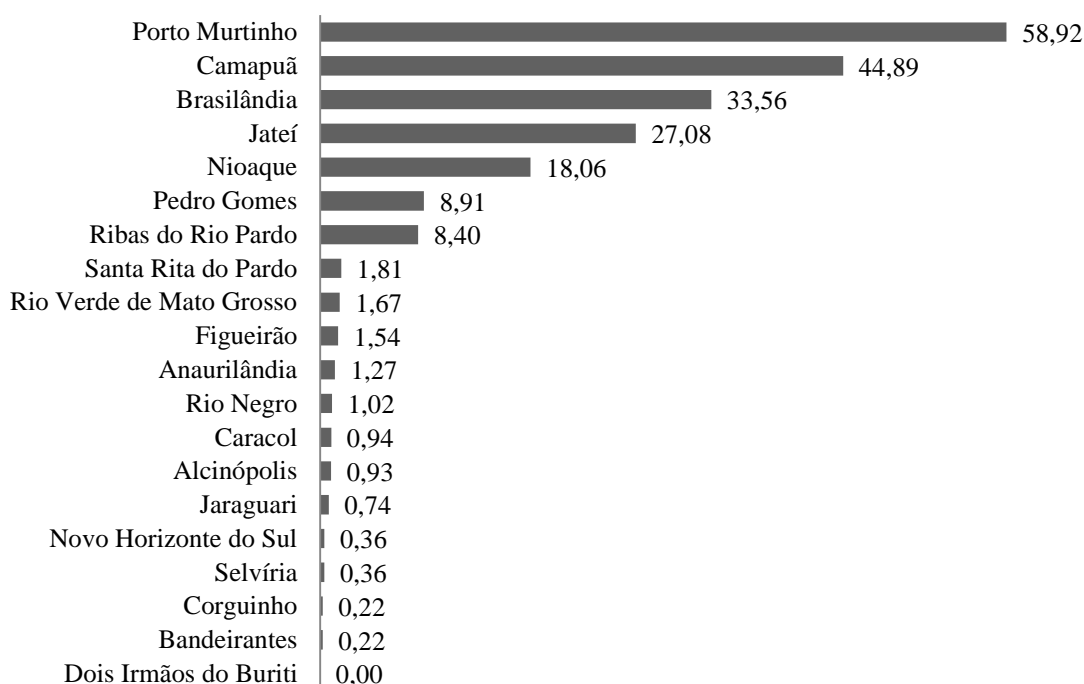
Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Um fato importante a ser considerado, na habitação diz respeito ao acesso à água tratada e ao saneamento básico, sendo estes fatores essenciais para a manutenção da vida e da qualidade desta. Sobre o assunto, a ONG Water AID afirma, em relatório, que

A provisão de água limpa e de serviços básicos de saneamento transforma as vidas das pessoas e leva a benefícios económicos substanciais. No entanto, muito frequentemente, dá-se pouca prioridade e poucos recursos aos serviços de água e de saneamento, e o investimento global e nacional atual é frequentemente insuficiente e tem objetivos mal definidos (WATER AID, 2012, p. 3).

Neste contexto, cabe observar que, apesar de quase todos os municípios estabelecidos como de base pecuária possuir um índice igual ou acima de 90% quanto ao acesso à água tratada – com exceção de Porto Murtinho (83%), não apresentam os mesmo índices quanto ao saneamento básico, como se observa no gráfico 5.

Gráfico 5 - Pessoas com acesso a esgoto sanitário do tipo rede geral de esgoto ou pluvial (%)



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

É nesta conjuntura que Guimarães (2007) defende que o Estado precisa integrar suas políticas para fornecer condições adequadas para a população, uma vez que mesmo tendo moradia própria, a população pode ser privada das condições básicas para sua sobrevivência, como é o caso do município de Dois Irmãos do Buriti, que possui 68,76% de pessoas habitando em moradia própria, porém não possui nenhum percentual de acesso a saneamento básico, de forma que este é um problema de ordem mundial. No mundo 783 milhões de pessoas não possuem acesso à água tratada e neste sentido, o Estado de Mato Grosso do Sul⁵ apresenta níveis elevados de acesso, porém está faz parte da estatística de 2,5 bilhões de pessoas no mundo as quais não possuem saneamento adequado e desse total, mais de bilhões defecam ao ar livre, gerando grandes impactos negativos sobre o crescimento e desenvolvimento humano, uma vez que prejudica a saúde, afeta a educação e gera perdas econômicas (WATER AID, 2012).

Apesar de os números dos municípios de base agrícola ser inferiores aos índices dos municípios de base pecuária, os valores são semelhantes. Quase a totalidade da população tem acesso à água tratada e, grande patê da população não tem acesso a saneamento básico. Não há diferenciação dos impactos da falta de saneamento com base na formação da economia, neste caso, tanto os municípios de base pecuária quanto

⁵ Neste caso sendo representado pelos municípios de base pecuária

agrícolas, se deparam com o mesmo problema consequente do baixo acesso ao esgotamento sanitário.

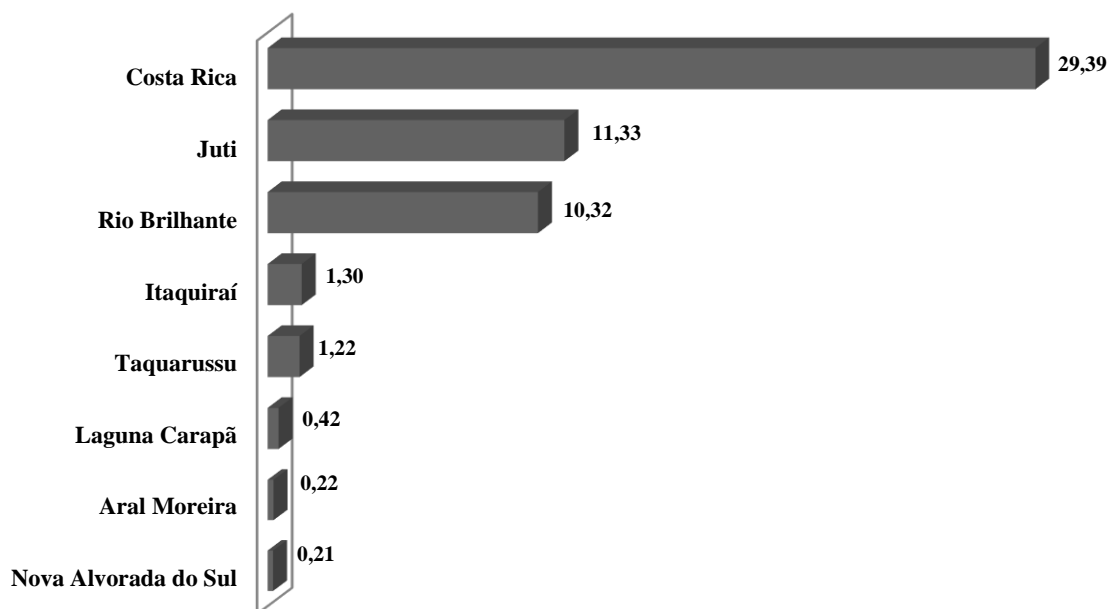
Quadro 19 - Municípios de base agrícola com maiores ISDM em Habitação

Município	ISDM Habitação	Pessoas atendidas por coleta de lixo (%)	Pessoas atendidas com energia elétrica de cia dist. (%)	Pessoas com acesso à água canalizada (%)	Pessoas com acesso a esgoto sanitário do tipo rede geral de esgoto ou pluvial (%)	Pessoas que vivem em domicílio próprio de algum morador (%)
Costa Rica	4,75	89,64	99,83	99,31	29,39	59,25
Taquarussu	4,34	73,62	97,88	98,25	1,22	70,77
Rio Brilhante	4,26	82,98	98,92	97,22	10,32	61,25
Juti	3,99	63,22	93,76	88,65	11,33	72,82
Nova Alvorada do Sul	3,97	75,69	98,79	99,12	0,21	60,75
Itaquiraí	3,81	49,62	96,06	95,84	1,30	72,38
Aral Moreira	3,47	64,27	95,62	82,78	0,22	64,01
Laguna Carapã	3,37	43,22	92,58	86,83	0,42	64,62

Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Entretanto, dentre os municípios de base pecuária, o percentual de pessoas que possuem acesso ao esgotamento sanitário é visivelmente maior, o que pode ser comprovado nos gráficos 5 e 6.

Gráfico 6 - Pessoas com acesso a esgoto sanitário do tipo rede geral de esgoto ou pluvial (%)



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

O problema de saneamento básico é maior em áreas rurais do que em áreas urbanas, o que não significa que habitantes de áreas urbanas tenham 100% de acesso a tais serviços, sendo que em 2010, da população rural mundial, 949 milhões de pessoas defecavam ao ar livre em diversos países (UNICEF e WHO, 2012). Este é um fenômeno

comum em localidades com pessoas excluídas socialmente, marginalizadas, as quais sofrem discriminação e tal conjuntura favorece o estado de pobreza da população (UN, 2011). Desta forma, o MS faz parte desta estatística, independente do tipo de base econômica, considerando apenas a relação rural da economia.

4.2.2 Renda

Esta dimensão do ISDM mede os níveis de renda da população. Neste quesito tem-se que quanto maiores forem os níveis de renda, melhores são os índices de crescimento medidos pelo PIB, porém alguns autores afirmam, apenas a elevação da renda não garante níveis adequados de desenvolvimento e crescimento, é necessário que haja distribuição com equidade.

Com vistas a determinar o nível de desenvolvimento na dimensão renda, o ISDM se utiliza de dois indicadores baseados no Programa Bolsa Família: linha de pobreza e de extrema pobreza como pode ser verificado no quadro 20. O principal objetivo mundial é acabar com a pobreza e com a pobreza extrema (FAO, 2011b).

A modernização tecnológica fornece ao setor rural condições de transformação dos estabelecimentos rurais de forma a alcançarem maiores níveis de renda, porém, algumas propriedades e trabalhadores, permanecem estagnados (MASCARENHAS, RUI, *et al.*, 2012), de maneira que muitas pessoas ainda não tem acesso a receita gerada pelo trabalho no campo e desta forma, a modernização no campo acabou por agravar as desigualdades no setor rural (PEIXOTO, 2002).

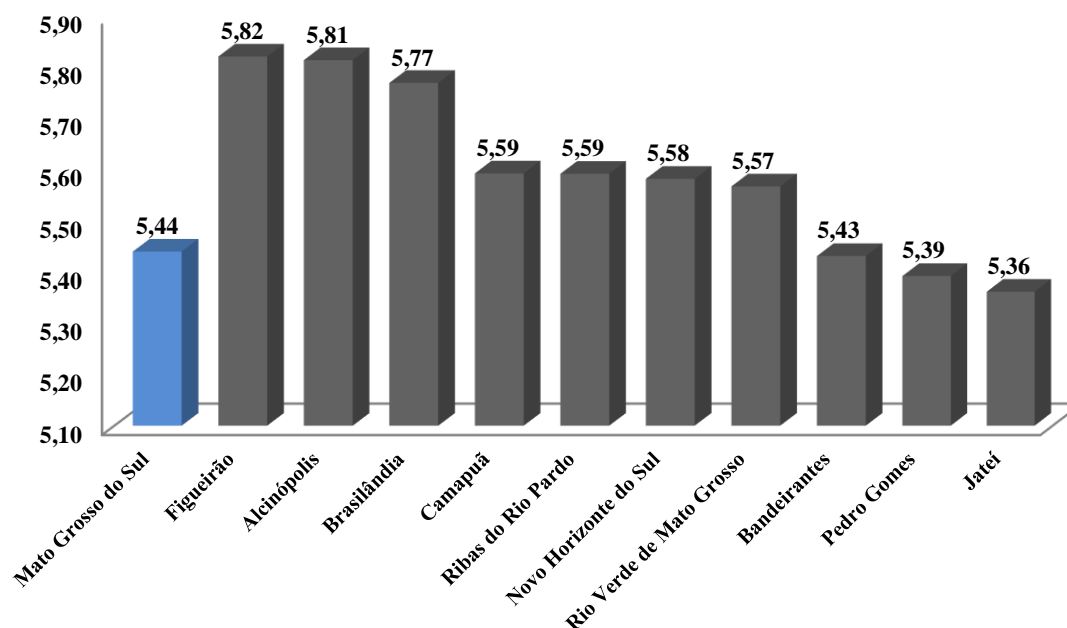
Quadro 20 - Indicadores da dimensão renda e o desenvolvimento (2010)

Indicador	Relação com o Desenvolvimento
Linha de pobreza	A importância de medidas de pobreza em um indicador de desenvolvimento social é muito clara. O limite foi estabelecido pelos padrões do Bolsa Família, ou seja, (igual ou superior a R\$ 140,00).
Linha de extrema pobreza	De modo similar à linha de pobreza, a linha de extrema pobreza também deriva do Bolsa Família, sendo o valor R\$70,00 <i>per capita</i> o limítrofe para a extrema pobreza.

Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Com exceção de Bandeirantes, Pedro Gomes e Jateí, todos os demais municípios de base pecuária apresentaram ISDM maior que a média do ISDM do Estado, que foi de 5,44, conforme apresentado no gráfico 7. Os municípios com maiores valores

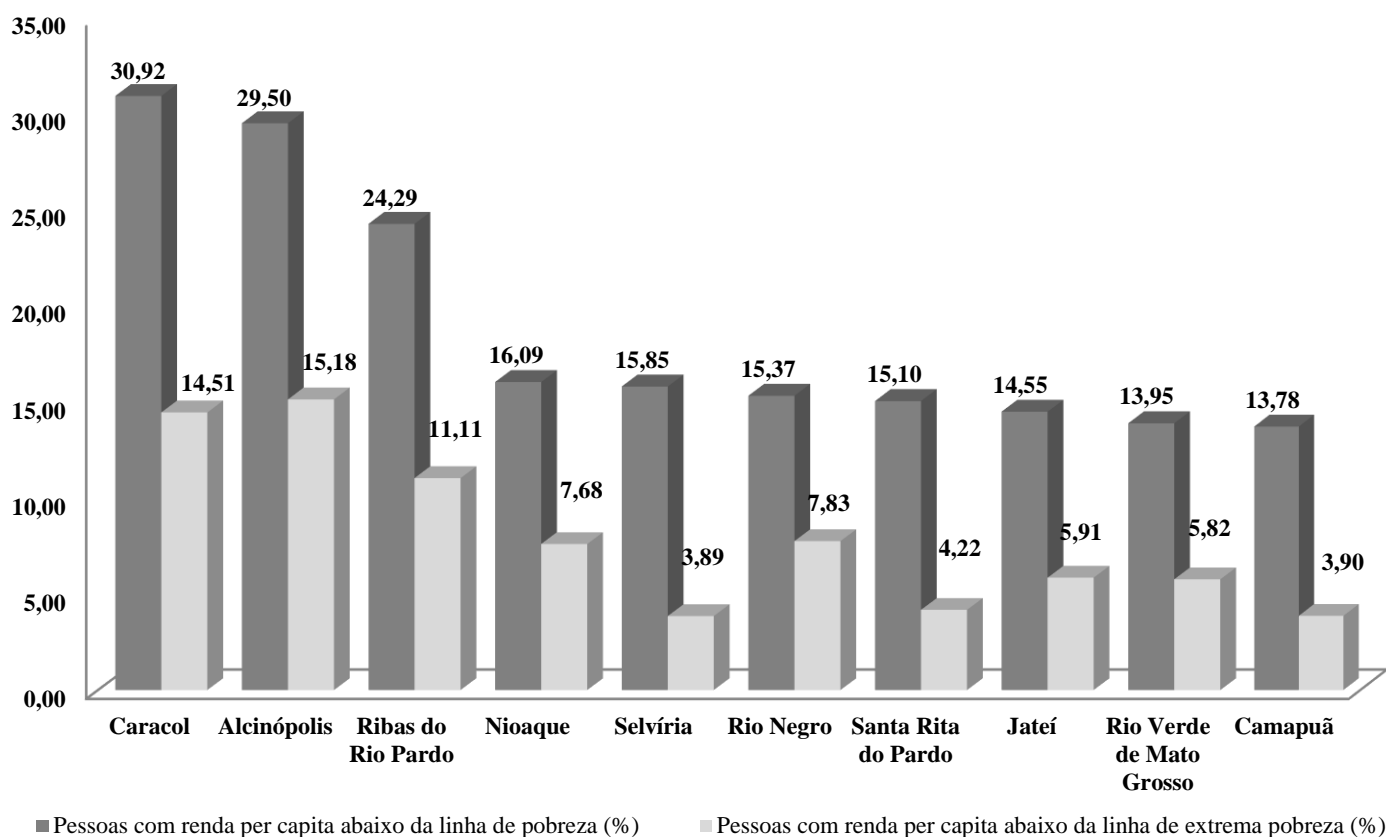
Gráfico 7 - Municípios de base pecuária e ISDM da Renda



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Caracol, Alcinoópolis e Ribas do Rio Pardo foram os municípios que apresentaram maior percentual de pessoas que vivem com renda inferior a R\$140,00 mensais e também de pessoas que vivem na extrema pobreza, com renda inferior a R\$70,00 mensais (gráfico 8). Dentre estes três municípios, Alcinoópolis apresenta o pior índice de distribuição de renda, através do índice de Gini, que para este município é de 0,55. Camapuã é o município com menor percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza (13,78%) e depois de Selvíria que apresenta o menor índice de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza (3,89%), é o segundo município com o menor valor percentual (3,90%)

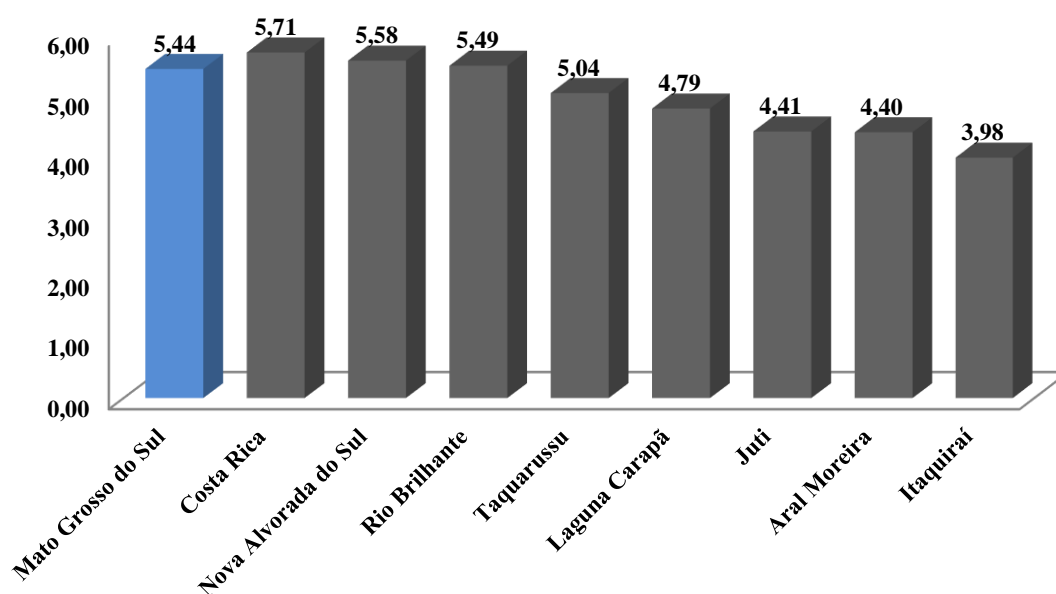
Gráfico 8 - Renda per capita abaixo da linha da pobreza e extrema pobreza (Base pecuária)



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

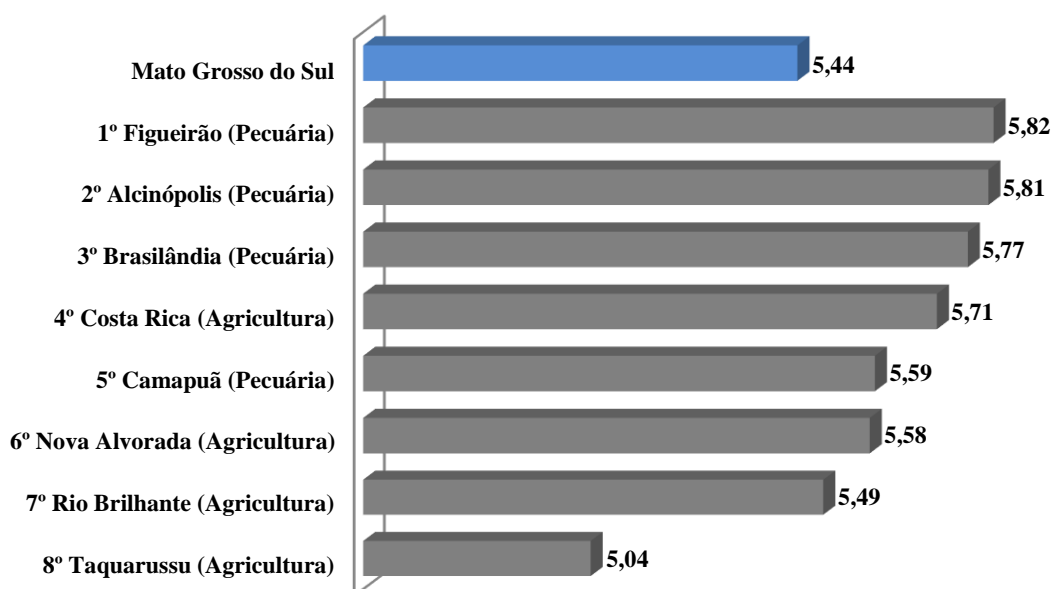
Para os municípios de base agrícola, o ISDM na dimensão renda (gráfico 9) apresenta valores menores que os apresentados pela base pecuária e com maior proximidade da média do Estado. O município de base pecuária que apresentou maior valor foi Figueirão com 5,82, sendo que em comparação com a média do Estado, este valor é 6,53% maior. Já na base agrícola, Costa Rica apresentou o maior valor nesta dimensão (5,71), 4,73% maior que a média do Estado. O gráfico 10 apresenta o ranking nesta dimensão, e mostra que dos 4 maiores valores, os 3 primeiros são de base pecuária, com Brasilândia ocupando o 3º lugar e mesmo assim, seu valor (5,77) é maior que o 1º município da agricultura (Costa Rica – 5,71).

Gráfico 9 - Municípios de base agrícola e ISDM da Renda



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

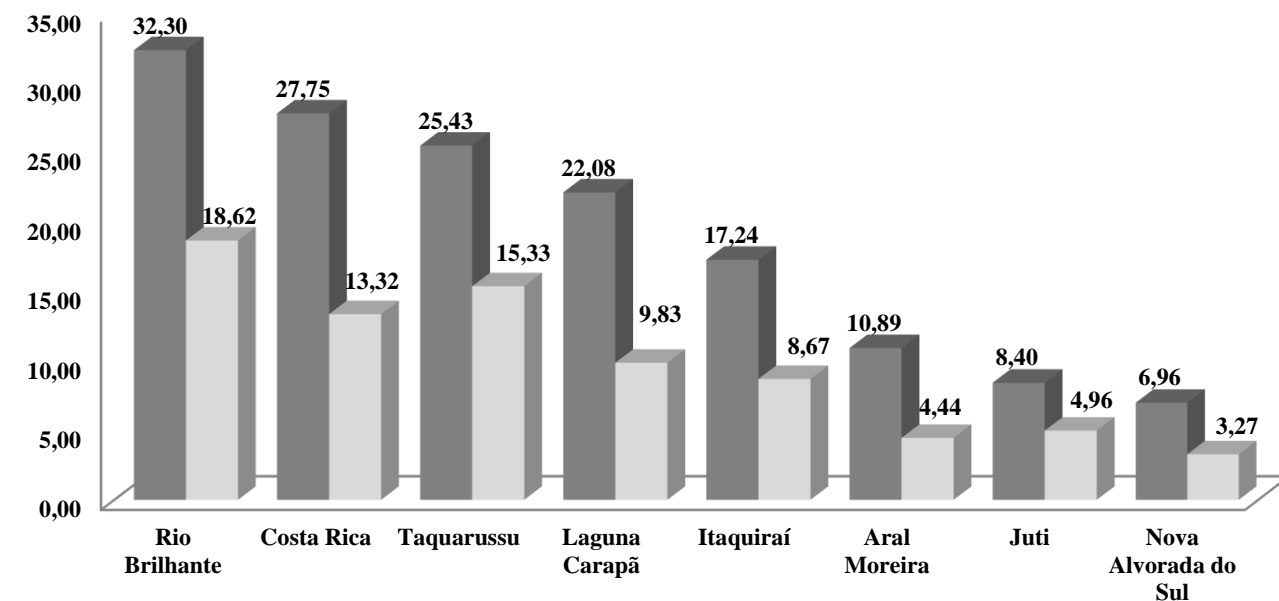
Gráfico 10 - Ranking dos municípios com maiores valores na dimensão renda



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Os municípios de base agrícola também apresentam níveis de pobreza maiores que os municípios de base pecuária. Como pode ser observado no gráfico 11, Rio Brillante possui mais de 32% de sua população abaixo da linha de pobreza, enquanto que na base pecuária, o município com maior quantidade de pessoas nesta situação, possui quase 31% (Caracol). Enquanto que a base agrícola possui 4 municípios acima de 20% de sua população abaixo da linha de pobreza, a base pecuária possui apenas 3.

Gráfico 11 - Renda per capita abaixo da linha da pobreza e extrema pobreza (Base agrícola)



■ Pessoas com renda per capita abaixo da linha de pobreza (%) ■ Pessoas com renda per capita abaixo da linha de extrema pobreza (%)

Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Dos três municípios com maiores quantidade de pessoas abaixo da linha de pobreza, dois deles produzem quantidade significativa de cana-de-açúcar, sendo que esta cultura tem um papel importante para a economia de todo o país, sendo um dos setores que mais demandam mão-de-obra, e nos estados do Centro-Oeste brasileiro, esta mão-de-obra é praticamente 100% formalizada e possuem condições de trabalhos melhores que outras regiões por possuir produção mecanizada em quase sua totalidade. Tais situações eleva a renda dos trabalhadores por demandarem profissionais mais qualificados (LIMA, 2010). Entretanto, no ano de 2010, não foi possível comprovar tais efeitos sobre a renda dos municípios considerados de base agrícola e com grande produção de cana-de-açúcar.

Percebe-se que há maior percentual de pessoas vivendo abaixo da linha de extrema pobreza nos municípios de base agrícola, principalmente em Rio Brillhante (18,62%), Taquarussu (15,33%) e Costa Rica (13,32%). Apesar destes indicadores, no Mato Grosso do Sul a agropecuária ainda é o setor com maior impacto multiplicador de renda como se verifica no quadro 23, na sessão sobre emprego.

Quadro 21 - Multiplicadores de renda para o MS

Setores	Tipo I	Tipo II
Agropecuária	0,169	0,554
Indústria extrativa	0,019	0,151
Indústria de transformação	0,072	0,199

SIUP	0,041	0,174
Construção civil	0,064	0,387
Comércio	0,104	0,517
Transporte, armazenagem e correio	0,096	0,359
Intermediação financeira	0,117	0,243
APU	0,097	0,333
Outros serviços	0,063	0,638

Fonte: (FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS, 2013)

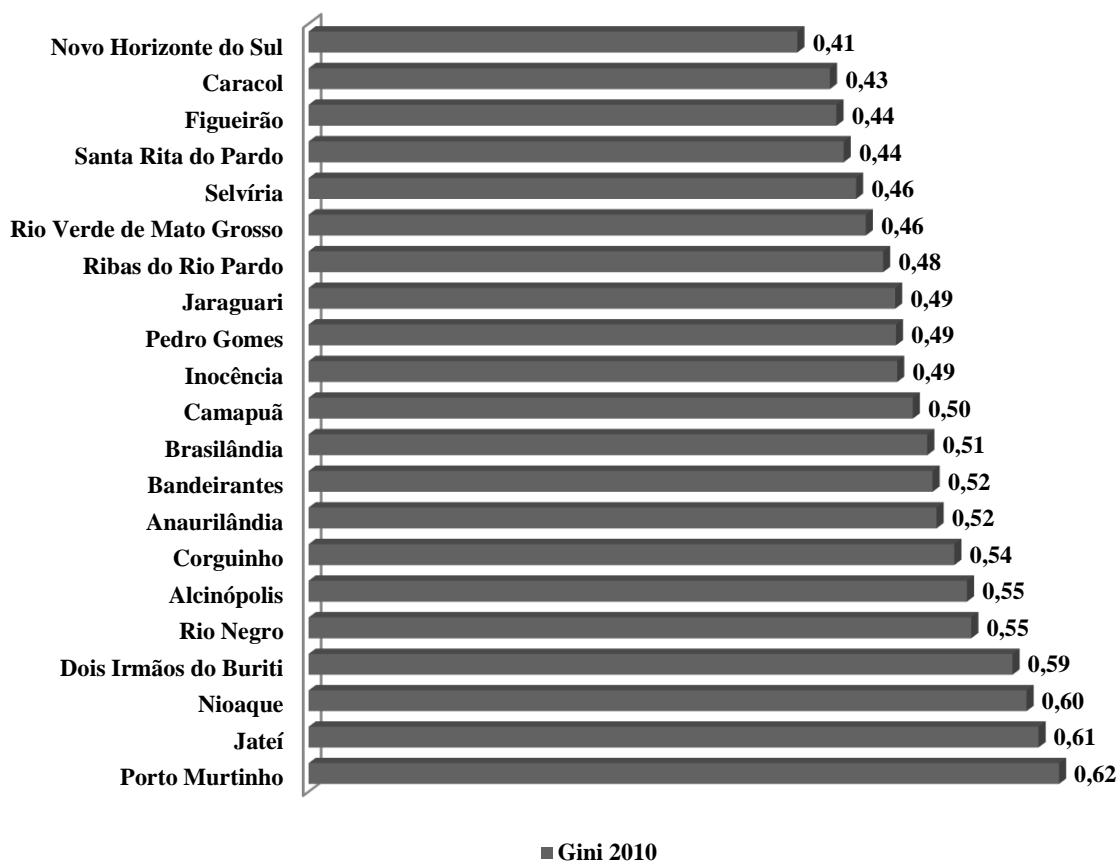
Estes multiplicadores de renda possibilitam a inferência quantitativa da renda gerada nos setores econômicos para cada unidade monetária de renda obtida em determinado setor decorrente do aumento na produção. Os de tipo I definem os efeitos diretos (sobre o próprio setor) e indiretos (sobre os demais setores), enquanto que os de tipo II demonstram os efeitos diretos, indiretos e induzidos do aumento de uma unidade monetária na demanda final, ou seja, o quanto que um aumento na demanda final afeta este setor para trás, sendo que valores maiores que 1,00 representam efeitos mais que proporcionais na economia (FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS, 2013). Desta forma, a agropecuária no MS apresenta efeitos diretos, sobre seu próprio setor, mais que proporcional ao aumento na produção de outros produtos da agropecuária. Quanto ao efeito de aumento na demanda final, este valor é de quase 50% menor, ou seja, para cada aumento de uma unidade na demanda final, o efeito sobre a agropecuária no Estado é de apenas 0,55 unidades monetária. Sobre a capacidade de geração de renda no MS, o Relatório da Matriz insumo Produto do Estado afirma que

A capacidade de geração de renda, em valores absolutos, depende da quantidade de pessoas ocupadas e do nível dos salários pagos pelo próprio setor e daqueles diretamente relacionados à ele. Verifica-se que, dentre os setores, o agropecuário possui o multiplicador mais elevado. Mostrando assim, sua importância econômica, enquanto geradora de renda. Entretanto, para todos os setores este valor é baixo, isto sugere que são atividades que pagam relativamente baixos salários aos seus empregados, apesar de empregarem elevado número de pessoas diretamente (FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS, 2013).

Apesar de a FGV não calcular o nível de concentração de renda, coube a avaliação do índice de Gini para os municípios de base agrícola e pecuária. Como visto anteriormente, os maiores níveis de desenvolvimento social municipal estava na pecuária, e, mesmo com a agricultura apresentando maiores percentuais de pessoas abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza, os maiores índices de concentração de renda estão na pecuária, como pode ser verificado nos gráficos 12 e 13, os quais apresentam o índice de Gini para a base pecuária e agrícola, respectivamente.

Este índice mede a concentração de uma distribuição e varia 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de zero, melhor é distribuída a renda na sociedade e quanto mais próximo de 1 mais concentrada é a renda.

Gráfico 12 - Concentração da renda nos municípios de base pecuária



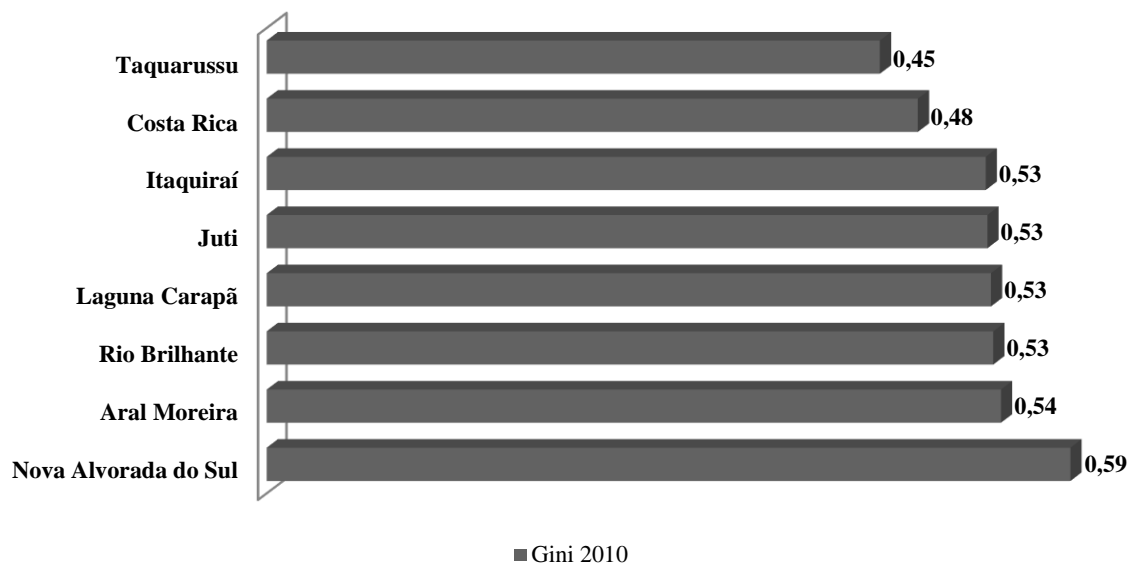
Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

A concentração de renda no campo é decorrente do processo de modernização na agropecuária e quanto maior for a proximidade com a modernidade, maiores tender a ser os níveis de desigualdades (LANGONI, 2005); (BALSAN, 2006). Entretanto, não houve pretensão neste trabalho de medir os níveis de modernização na pecuária e na agricultura, de forma que não é possível a comprovação se o MS se comporta segundo a ideia dos autores supracitados.

Entretanto, o que se percebe é que há maior concentração de renda nos municípios de base pecuária. Enquanto que a diferença entre o município com maior índice de concentração de renda (Porto Murtinho – 0,62) e o município com menor índice de concentração (Novo Horizonte do Sul – 0,41) foi de 0,21, nos municípios de base agrícola

essa diferença foi de apenas 0,14, sendo que Taquarussu possui o menor nível de concentração com 0,45 e Nova Alvorada do Sul possui o maior, com 0,59.

Gráfico 13 - Concentração da renda nos municípios de Base agrícola



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

A média de concentração entre os oito municípios de base pecuária que apresentaram os maiores valores é de 0,57 contra 0,52 para os oito municípios de base agrícola. A concentração de renda contribui para as desigualdades sociais e contribui para os níveis de pobreza (LANGONI, 2005); (MARCOVITCH, 2007).

4.2.3 Trabalho

Nesta dimensão é medido como se comporta o mercado de trabalho, analisando os níveis de trabalho formal e a participação da população infantil no mercado de trabalho. Estes dois indicadores são antagônicos, uma vez que maiores níveis de formalização na estrutura trabalhista, melhor o nível de desenvolvimento, quanto maior a participação infantil no mercado de trabalho, menos desenvolvido é o município.

Quadro 22 - Indicadores da dimensão trabalho e o desenvolvimento

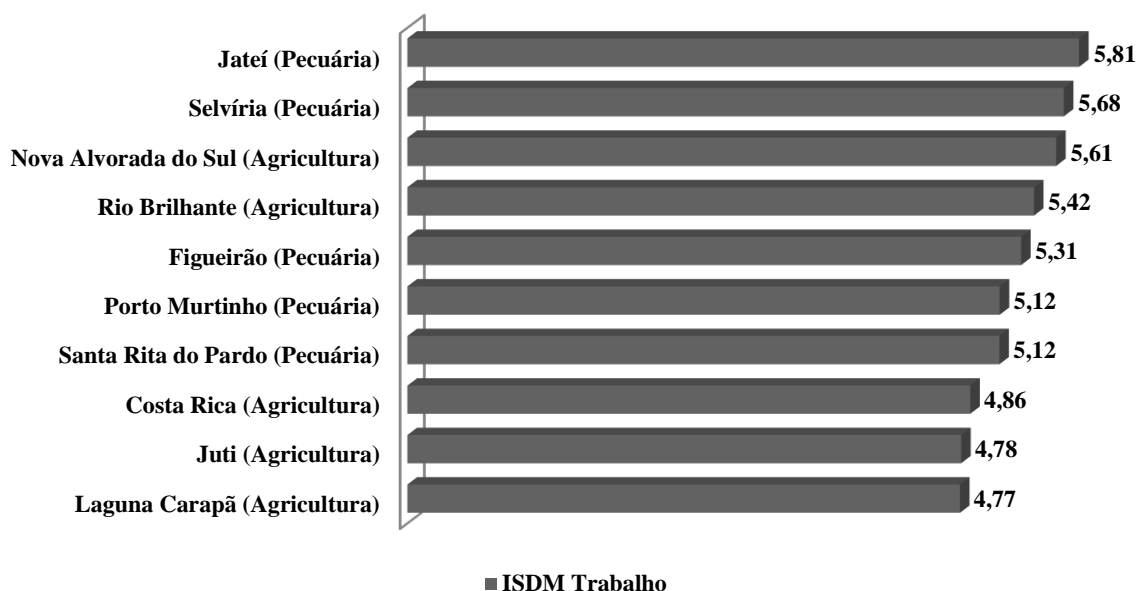
Indicador	Relação com o Desenvolvimento
Ocupação da População Economicamente Ativa	Mede o nível de atividade econômica a partir da ocupação da força de trabalho.
Formalização entre os empregados da PEA	Evidencia o quão estruturado está um mercado de trabalho. Por um lado, a rigidez da legislação trabalhista, e os ônus que estão juntos a isso, levam os empregadores a adotarem, muitas vezes, medidas improdutivas para escapar da legislação, como a rotatividade dos trabalhadores. Por outro lado, do ponto de vista dos trabalhadores o emprego informal é, muitas vezes, a única alternativa de trabalho.

Trabalho infantil	Relacionado à precariedade de renda da família e afeta o desenvolvimento educacional das crianças, comprometendo sua acumulação de capital humano e reduzindo a probabilidade de interrupção do ciclo vicioso da pobreza.
--------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

No índice geral, tem-se que, apenas 3 municípios apresentaram valores maiores que a média do Estado, sendo que dois deles fazem parte da base pecuária do Estado (Jateí e Selvíria) e Nova Alvorada do Sul, representando a base agrícola. Os piores indicadores entre os 10 municípios com maiores indicadores, estão nos municípios de base agrícola (Costa Rica, Juti e Laguna Carapã), o que pode ser observado no gráfico 14.

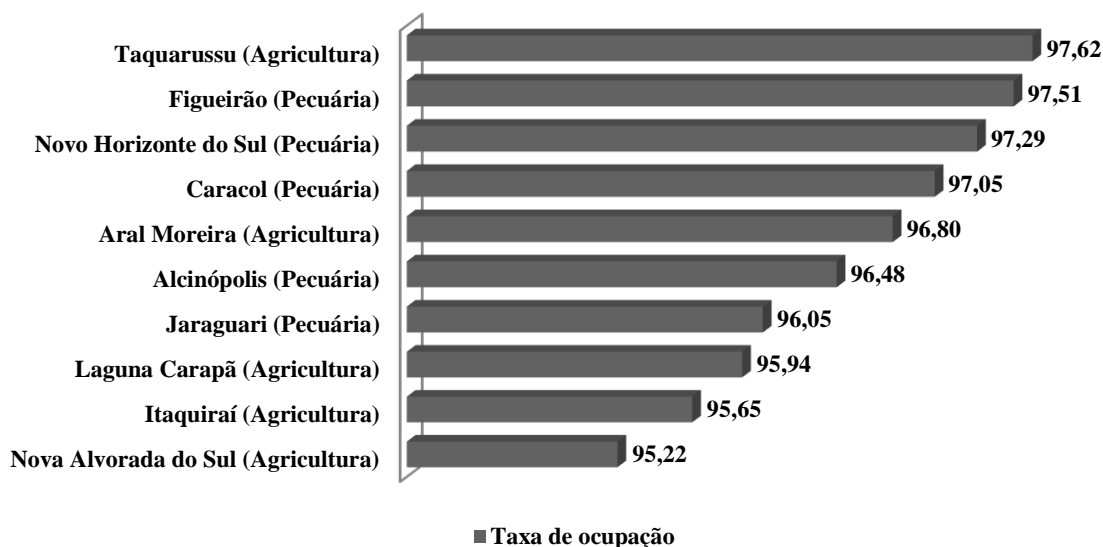
Gráfico 14 - Municípios de Base agrícola e pecuária e o ISDM na dimensão Trabalho



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

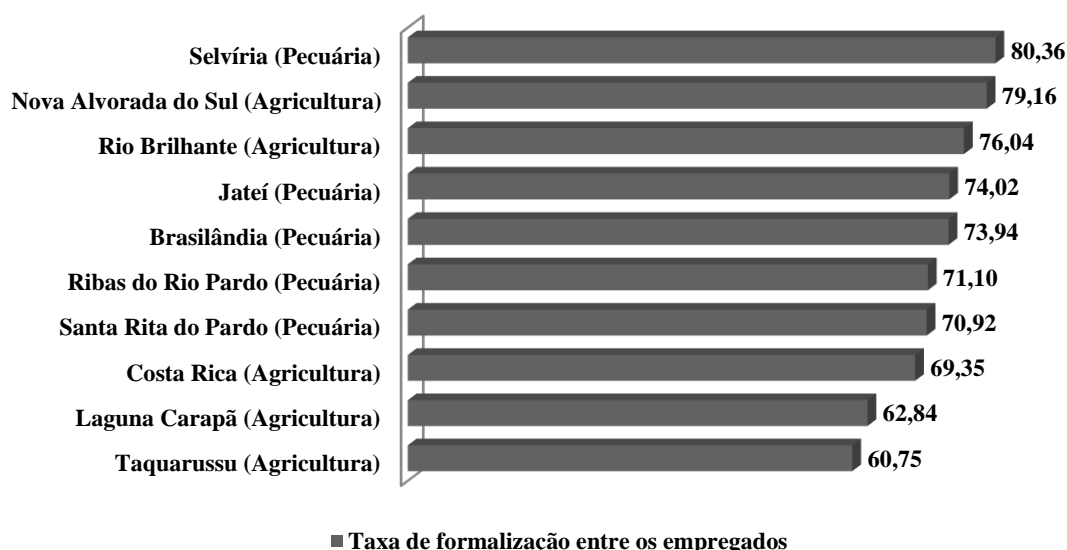
Quando desagregamos a dimensão trabalho e analisamos os 10 municípios com melhores colocações, quanto à taxa de ocupação, nota-se que apesar de o município com ISDM ser da agricultura, os 3 municípios que vem logo após este são de base pecuária, demonstrando que a base pecuária possui maior emprego maior quantidade de mão-de-obra. Entretanto, como mostra o gráfico 16, dos 3 municípios com a maior concentração de formalização trabalhista, Selvíria que tem por base a pecuária é o município com maior formalização, porém os outros 2 maiores se encontra na base agrícola.

Gráfico 15 – Taxa de ocupação nos municípios de base agrícola e pecuária



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Gráfico 16 – Formalização nos municípios de base agrícola e pecuária



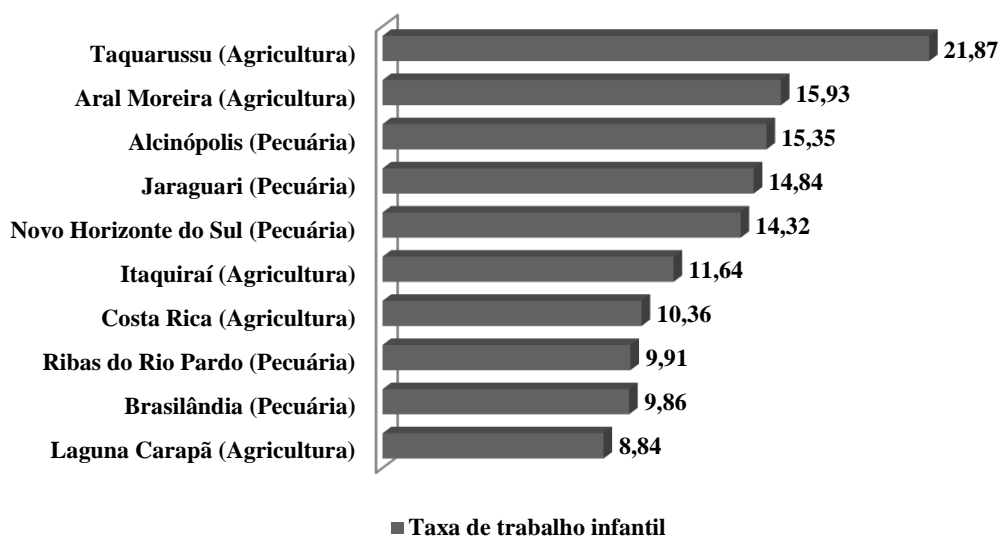
Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Um fator preocupante para o desenvolvimento está representado no gráfico 17, o qual mostra os maiores municípios que se utilizam de trabalho infantil. Quanto maior o número de trabalho infantil, menor é o nível de desenvolvimento do local, uma vez que este indicador mostra que os níveis de renda da população não são suficientes para atender às necessidades da população (FGV, 2012b).

Há uma forte relação entre a quantidade de crianças que trabalham e os níveis de educação, uma vez que, como a criança está trabalhando, ela acaba o abandonar os

estudos. O município com maior percentual de trabalho infantil é Taquarussu, onde 21,87% de trabalho infantil é utilizado. O segundo município com maior percentual de utilização de mão-de-obra infantil é Aral Moreira com 15,93%, sendo estes dois municípios de base agrícola. Estes dois municípios fazem parte dos municípios com menores níveis de desenvolvimento na educação, Aral Moreira é o quarto pior ISDM em educação e Taquarussu ocupa a sexta posição.

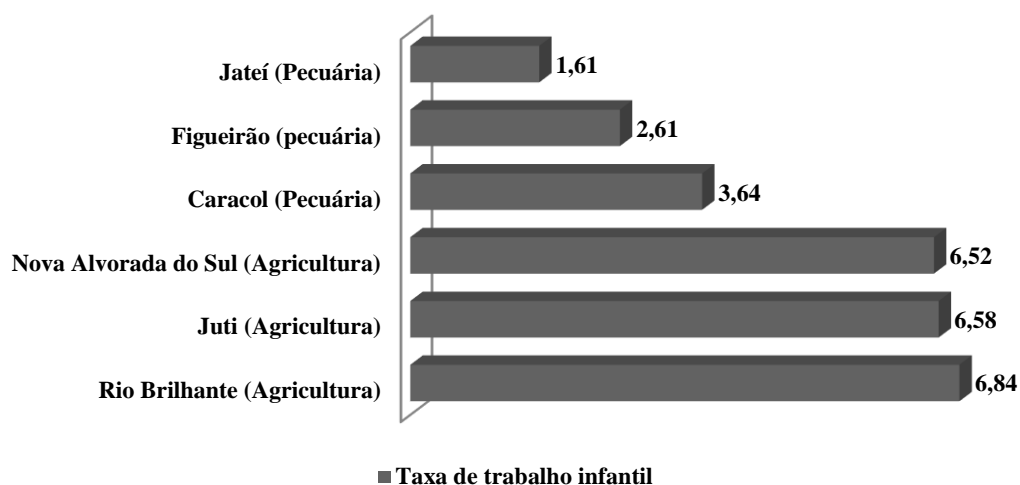
Gráfico 17 - Municípios de base agrícola e pecuária com maiores níveis de trabalho infantil



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Podemos observar no gráfico 18 que os 3 municípios menor taxa de utilização de trabalho infantil pertence a base pecuária. Isso pode ser explicado pelo tipo de atividade a qual não pode ser realizada por crianças com nível adequado de segurança, qualidade e eficiência, diferentemente do trabalho agrícola, onde há diversas funções as quais podem ser realizadas por menores.

Gráfico 18 - Municípios de base agrícola e pecuária com menores níveis de trabalho infantil



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Na economia sul-mato-grossense, a agropecuária é um setor que possui maior efeito multiplicador de emprego, frente às demais atividades. Os multiplicadores de emprego demonstram a quantidade de empregos indiretos são gerados por um emprego direto em determinado setor.

Quadro 23 - Multiplicadores de emprego para o MS

Setores	Tipo I	Tipo II
(01) Agropecuária	0,016	0,049
(02) Indústria extrativa	0,002	0,006
(03) Indústria de transformação	0,006	0,020
(04) SIUP	0,003	0,008
(05) Construção civil	0,007	0,044
(06) Comércio	0,009	0,050
(07) Transporte, armazenagem e correio	0,009	0,030
(08) Intermediação financeira	0,010	0,019
(09) APU	0,008	0,020
(10) Outros serviços	0,005	0,052

Fonte: (FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS, 2013)

De acordo com Famasul, Aprosoja MS e UFMS (2012), É importante investir na agropecuária sul-mato-grossense pela capacidade de multiplicar os postos de trabalho no Estado, entretanto, como a agropecuária não foi desagregada, não há subsídios para saber se a pecuária ou a agricultura é a atividade principal para a multiplicação de emprego e geração de renda para a economia.

4.2.4 Saúde e Segurança

É indubitável a importância da saúde na promoção da qualidade de vida da sociedade, de forma que apenas o acesso a serviços médico-assistenciais não é suficiente para a garantia da qualidade da saúde, porém é mister que as políticas públicas sejam aliadas a outros fatores para a promoção do desenvolvimento social (BUSS, 2000).

A relação entre os indicadores admitidos pela FGV dentro da dimensão saúde pode informar como está o nível de saúde básica oferecido nos municípios. Por exemplo, quanto melhor for o atendimento prestado pelo poder público municipal em relação à saúde, menores serão as mortes por doenças evitáveis (FGV, 2012b), como por exemplo, malária, tuberculose e outras doenças que podem matar, mas possuem tratamentos eficientes se estes estiverem disponíveis (KASSOUF, 2005). Outro fato importante com relação a mortes evitáveis é o nível de homicídios, o que indica que quanto maior for o número de homicídios, menos desenvolvido é o local. A maior concentração no número de casos de homicídio está entre a população pobre e jovem (FGV, 2012b).

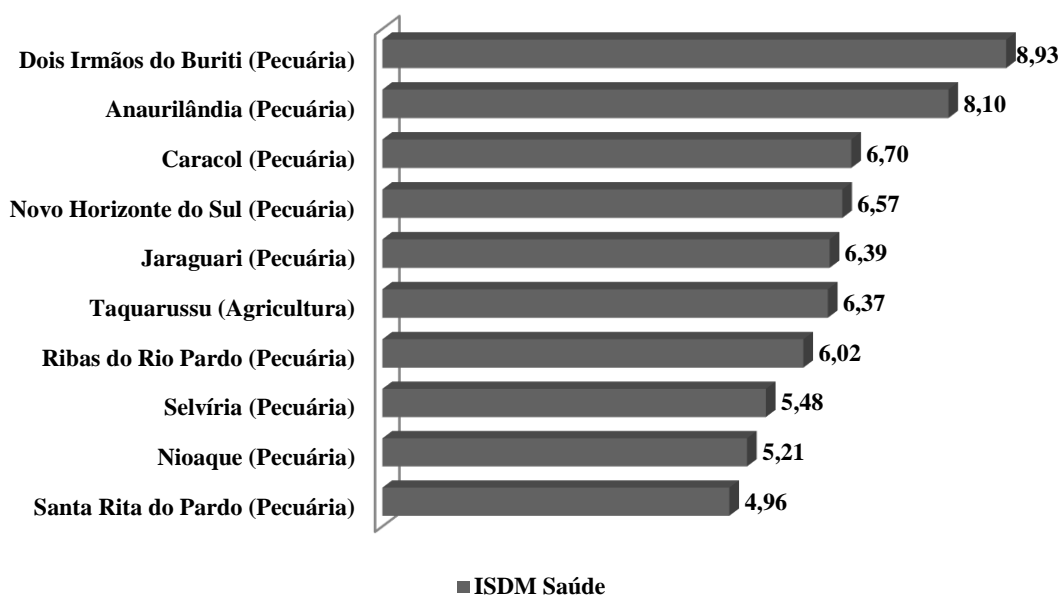
Quadro 24 - Indicadores da dimensão Saúde e Segurança e o desenvolvimento

Indicador	Relação com o Desenvolvimento
Mortalidade infantil	O acesso a condições habitacionais adequadas, o acesso ao atendimento de saúde básica de qualidade e as medidas preventivas de saúde associam-se a menores taxas de mortalidade da população. Os programas de incentivo ao aleitamento materno, ações de imunização, adequada atenção à mulher na gestação e no parto e atenção básica de saúde ao recém-nascido, implantadas pela administração municipal, afetam positivamente a saúde infantil, refletindo-se em menores taxas de mortalidade infantil.
Peso adequado ao nascer	Diversos estudos em economia da saúde associam o adequado peso de nascimento às melhores condições de saúde futuras, bem como ao desenvolvimento educacional e no mercado de trabalho do indivíduo como adulto.
Gravidez na adolescência	A gravidez precoce ainda é um problema observado em muitas regiões brasileiras. A incidência de adolescentes que engravidam pode ser reduzida com medidas preventivas, como campanhas de conscientização e distribuição gratuita de preservativos e pílulas anticoncepcionais.
Doenças evitáveis e mortalidade	O atendimento básico de saúde contempla ações de imunoprevenção, prevenção, controle e atenção às doenças de causas infecciosas e às doenças não transmissíveis que evitam doenças frequentes na população.
Segurança e mortalidade por causas violentas	Nível de segurança Pública

Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

No Mato Grosso do Sul, dentre os 10 municípios com maiores índices de bem-estar na saúde, os 5 primeiros são de base pecuária, destaque para Dois Irmãos do Buriti e Anaurilândia, os quais apresentaram ISDM bastante elevados, 8,93 e 8,10 respectivamente.

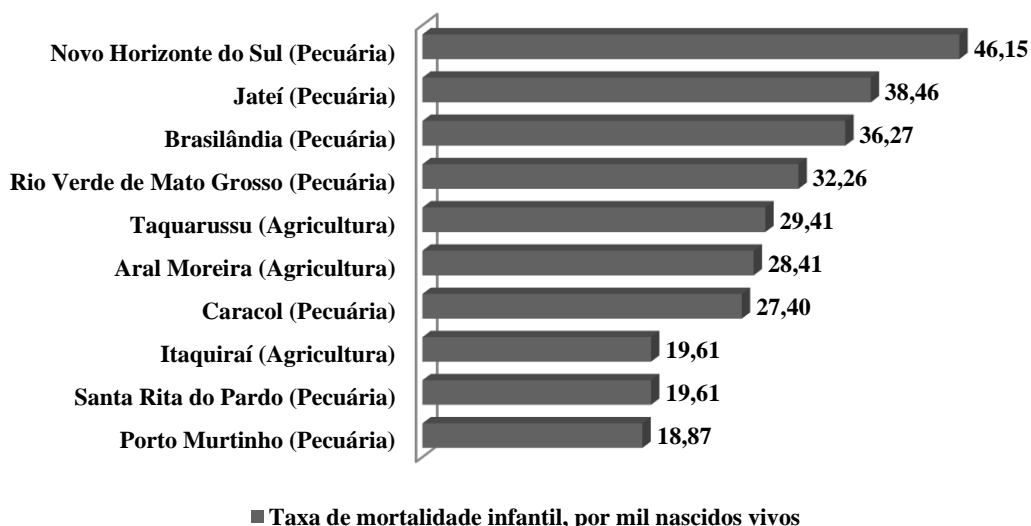
Gráfico 19 - Municípios de base agrícola e pecuária com maiores ISDM saúde



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

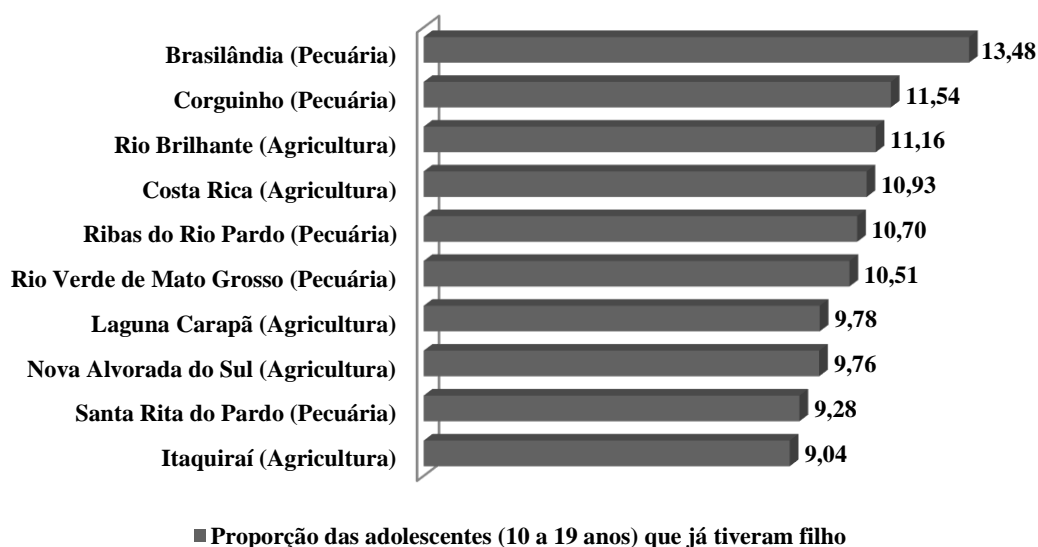
Entretanto, os maiores percentuais de mortalidade infantil também estão nos municípios de base pecuária, e os números podem ser considerados elevados, já que em Novo Horizonte do Sul, houve 46,15% de mortalidade infantil, Jateí 38,46%, Brasilândia 36,27%, conforme gráfico 20.

Gráfico 20 - Municípios de base agrícola e pecuária com maiores taxas de mortalidade infantil



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Gráfico 21 - Municípios de base agrícola e pecuária com maior % de adolescentes que já tiveram filhos



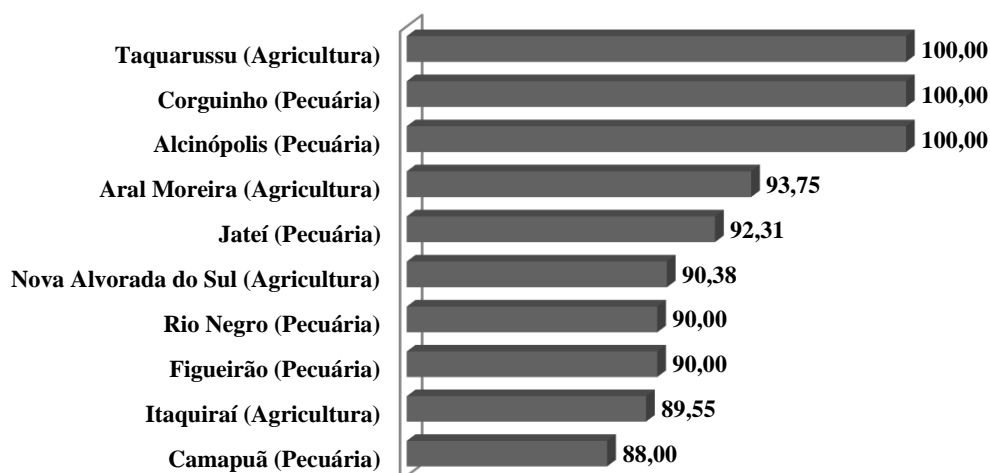
Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

A quantidade de jovens que já tiveram filho (gráfico 21) demonstra como é o trabalho de prevenção, não apenas de gravidez, mas também de doenças sexualmente transmissíveis e ainda, que não há programas informativos de conscientização para o uso de contraceptivos e camisinha. Neste indicador, dos 5 municípios com maiores percentuais, 3 deles são de base pecuária, ficando Brasilândia em primeiro e Corguinho em segundo, com 13,48% e 11,54% respectivamente, Rio Brilhante (11,16), Costa Rica (10,93) ambos de base agrícola vem em seguida e por último Ribas do Rio Pardo de base pecuária, com 10,70%.

Dois índices alarmantes para a sociedade sul-mato-grossense estão expostos nos gráficos 22 e 23. O primeiro demonstra o percentual de mortalidade por doenças evitáveis, de forma que os 3 primeiros municípios – de base pecuária – possuem 100% de mortes destas causas. Com programas de acesso à saúde, como o Programa de Saúde Familiar, o poder público tem por interesse reduzir os índices de mortalidades e para tanto, leva o médico até o paciente (COHN, 2009). Porém com índices de mortalidade de 100% por doenças evitáveis, fica claro que até 2010⁶ não havia programa social semelhantes nestes municípios.

Gráfico 22 - Municípios de base agrícola e pecuária com maiores mortalidades por doenças evitáveis

⁶ Data em que a FGV colheu dados do indicador para a formulação do ISDM.

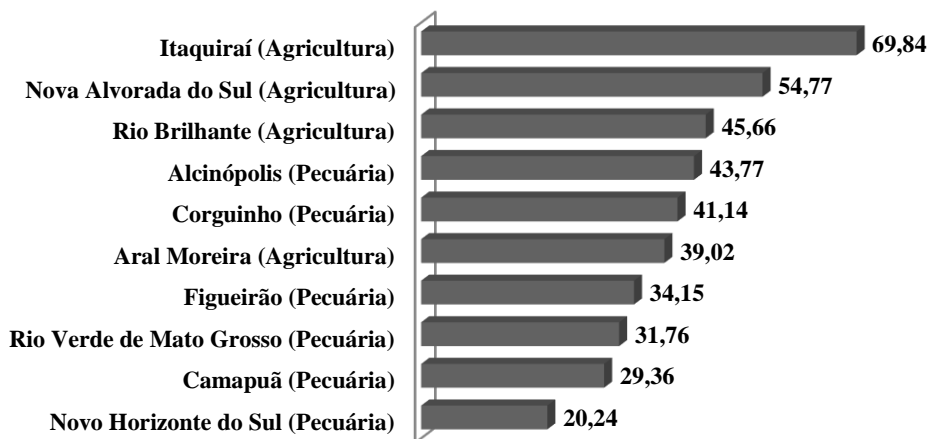


■ Mortalidade proporcional por doenças com causas evitáveis na população de 5 a 74 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

As maiores taxas de homicídios (gráfico 23) estão nos municípios de base agrícola – Itaquiraí (69,84%), Nova Alvorada do Sul (54,77%) e Rio brilhante (45,66%), em 4º e 5º lugares ficou Alcinópolis (43,77%) e Corguinho com 41,14%, ambos de base pecuária.

Gráfico 23 - Municípios de base agrícola e pecuária com maiores taxas de homicídios



■ Taxa de homicídio, por cem mil habitantes

Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

4.2.5 Educação

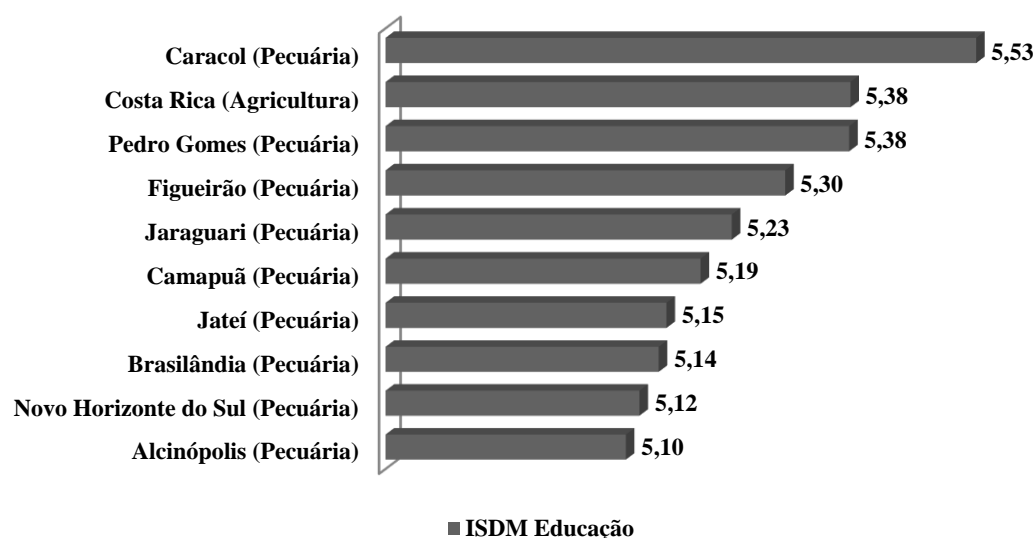
Durante muito tempo a educação foi um problema para os países em desenvolvimento, e os níveis de educação (escolaridade) de uma população tem relação

estrita com o desenvolvimento do local. Nesse sentido, o nível de educação determina o nível de renda, fornece qualidade de vida pelo aumento do nível cultural e auxilia na redução dos índices de pobreza (MARSHALL, 1996).

A educação tem grande importância na explicação do desenvolvimento dos indivíduos e está relacionada ao cuidado com a saúde, sucesso no mercado de trabalho, menores índices de criminalidade e outros, de forma que os indivíduos que possuem contato com a educação formal desde infância, ainda na creche ou pré-escola, possuem ainda na infância melhor desenvolvimento de habilidades cognitivas e não cognitivas, melhor relacionamento interpessoal, e posteriormente, cuida melhor da saúde e ocupa melhores posições no mercado de trabalho, entretanto, além do acesso a educação, é mister que a infraestrutura e o ambiente forneçam segurança e condições de aprendizado (FGV, 2012b).

O ISDM não contempla informações sobre ambiente escolar, mas fornece dados básicos acerca dos níveis de escolaridade da população. Como pode ser observado no gráfico 24 que apresenta os municípios com maiores índices de desenvolvimento na dimensão educação. Observa-se que dos 5 maiores IDM quatro estão na base pecuária.

Gráfico 24 - Municípios de base agrícola e pecuária e os maiores ISDM Educação

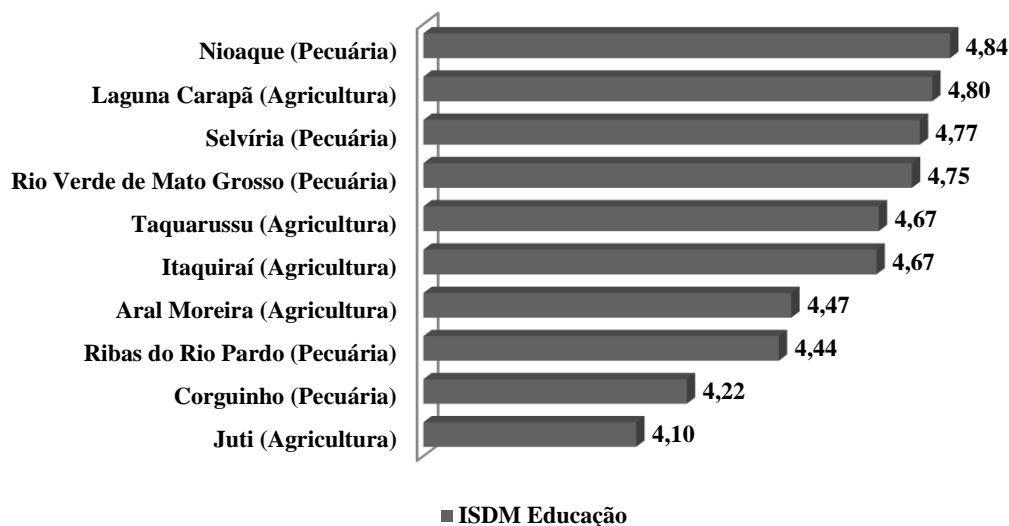


Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

O nível de escolaridade de trabalhadores da agricultura, geralmente é menor que nas demais atividades da economia como um todo, sendo a média de escolaridade do trabalhador agrícola em torno de 3,6 anos de estudos, enquanto que outros setores como industrial (7,6) e de serviços (8,9) anos de estudo (HOFFMAN, 2004), e a pouca

escolaridade impacta a remuneração dos trabalhadores da agricultura, uma vez que quanto maior for o nível educacional, maior a remuneração (MORAES, 2005).

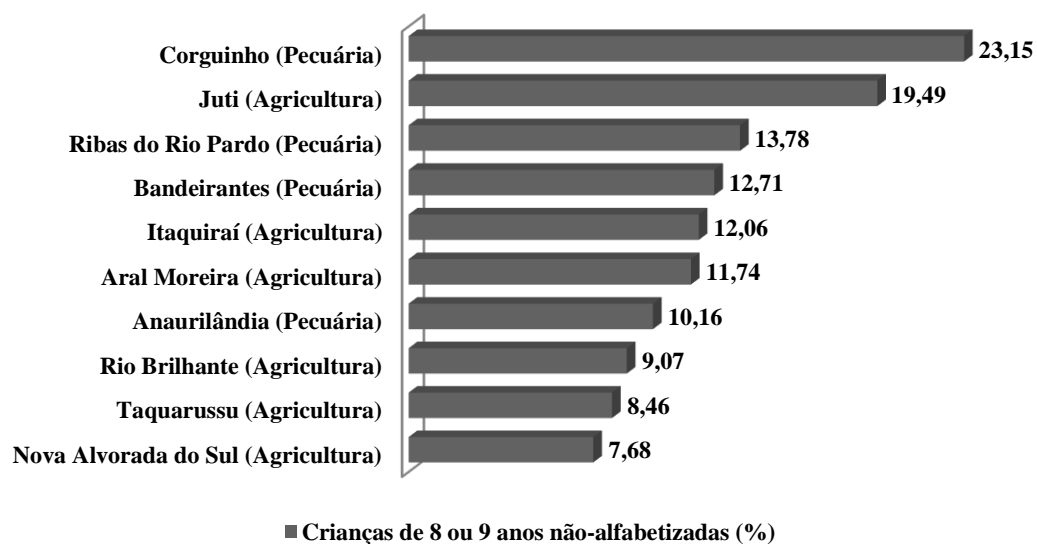
Gráfico 25- Municípios de base agrícola e pecuária e os menores ISDM Educação



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Tal fato ficou evidenciado para o Mato Grosso do Sul, uma vez que os municípios com maiores ISDM na educação são de base pecuária e, entre os 5 municípios com menores ISDM na educação, 3 são de base agrícola.

Gráfico 26 - Municípios de base agrícola e pecuária (Crianças de 8 a 9 anos não alfabetizadas)



Fonte: Elaborado pela autora com base em (FGV, 2012b)

Entretanto, entre os municípios com percentual de crianças de 8 ou 9 anos não alfabetizada, os municípios de base agrícola predominam. Podemos inferir, a partir desta observação, que as crianças recebem educação até certa idade abandonando

posteriormente os estudos, ou ainda, que frequentam a escola até a idade da família receber os benefícios assistenciais, dos quais, a educação é exigência básica. Entretanto para a confirmação destas afirmações, é mister que se conheça a abrangência e exigência de tais programas e ainda uma verificação nestes municípios para averiguar a realidade escolar destes e se realmente há relação entre o tipo de atividade desenvolvida e os anos de escolaridade da população.

Um fator relevante a ser considerado, diz respeito ao fato de que em todos os municípios destacados como de base agrícola ou pecuária há a forte presença do setor de comércio e serviços, de forma que a participação deste setor pode ter grande impacto dos resultados apresentados pelo cálculo do ISDM, uma vez que a metodologia não determina o tipo de atividade analisada, mas a economia como um todo, e neste sentido, cabe considerar a presença dos demais setores os quais fornecem produtos com valor agregado mais elevado, gerando maiores impactos na economia. Desta forma, seria preciso separar cada município por sua “dependência econômica” dos setores, e, como falado anteriormente, este trabalho não trabalhou sob esta ótica. Entretanto, estes resultados mostram a necessidade de averiguar as relações econômicas através de pesquisas primárias, com o intuito de comprovar qual dessas atividades exercem efeitos multiplicadores significativos para a economia e o desenvolvimento social.

5. CONCLUSÃO

Apesar de ser um Estado com grandes áreas produtivas a serem utilizadas, é perceptível que o MS não pode ser considerado um estado agrícola ou pecuário, ou ainda um estado de base agropecuária. O que rege a economia do Estado é o comércio e serviços, seguido da cadeia do agronegócio, principalmente as indústrias de transformação que se instalaram no Estado nos últimos anos.

O Estado teve o valor de seu ISDM em 5,08, ficando na 10ª colocação entre os mais desenvolvidos. São Paulo e Brasília empataram com 5,71, sendo que a diferença entre o ISDM do MS e o do primeiro colocado foi de 11,03%

Num ranking dos 5 melhores resultados (agregado – ISDM e desagregado – habitação, renda, trabalho, saúde e segurança e escolaridade), houve prevalência de municípios de base pecuária, sendo que na dimensão saúde, só contam municípios desta atividade, e com níveis de desenvolvimento muito maiores que a média do Estado e Brasil. Entretanto, ao desagregar as dimensões por seus indicadores, percebe-se que os municípios de base pecuária possuem saneamento básico precário, pela análise do indicador de esgotamento.

O ISDM da pecuária é melhor que o da agricultura, o que demonstra que, ao contrário do que se acreditava, o desenvolvimento social é melhor em municípios de base pecuária. Tal fato desconstrói a ideia de que apenas a agricultura gera renda e desenvolvimento, enquanto que a pecuária apenas concentra a renda e seus benefícios para o proprietário do rebanho. Os melhores níveis de renda estão em municípios de base pecuária, sendo que a concentração de renda nos municípios desta atividade foi maior (0,57) que na base agrícola (0,52). Uma vez que os níveis de renda são maiores na base pecuária, assim como a escolaridade, mesmo com um maior nível de concentração de renda, níveis de pobreza e pobreza extrema é maior na agricultura do que na pecuária. A média do percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza na agricultura é de 24,96% e na pecuária é de 23,33%. Na extrema pobreza, a média do percentual é de 13,16% na agricultura e 10,47% na pecuária, o que demonstra que ao contrário do que se acreditavam os níveis de desenvolvimento em termos de renda no meio rural, está na pecuária.

Porém, cada pesquisa se baseia em valores coletados com suas próprias metodologias, de forma que como sugestão para trabalhos futuros, propõe-se analisar os níveis de desenvolvimento microrregionais, uma vez que o Estado possui uma divisão

econômica concentrada em atividades, de forma que seja possível captar as especificidades de cada atividade e assim, determinar com maior nível de confiança, qual a atividade econômica realmente é capaz de produzir desenvolvimento social e econômico, não se esquecendo das questões ambientais.

A limitação deste trabalho está basicamente na falta de informações sobre o Estado e os municípios, uma vez que a maioria das instituições e organizações da administração pública e privada apenas reproduzem os dados do IBGE, de forma que as informações são baseadas praticamente apenas nesta fonte de pesquisa de dados.

Desta forma, pode-se futuramente, realizar uma pesquisa primária nos municípios aqui delimitados para a verificação dos fatores reais que influenciam nos níveis de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

ABRAF. **Anuário estatístico da Abraf: Ano base 2011**. Brasília. 2012.

AGRIANUAL. **Anuário da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Informa Economics/ FNP, 2013.

AMSTALDEN, L. F. F. **Os custos sócio-ambientais da modernização agrícola brasileira**. São Paulo: IFC/Unicamp, 1991.

ANDRADE, M. M. D. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANUALPEC. **Anuário da Pecuária Brasileira**. São Paulo: Informa Economics/ FNP, 2012.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, Agosto 2006.

BARROS, V. M. **Potencialidades Sul-mato-grossenses**. 2^a Revisada e atualizada. ed. Campo Grande: Centro Oeste, 2008.

BRASIL. **Ações Federais - 1995-2002 : Mato Grosso do Sul**. Governo Federal. Brasília, p. 24. 2002.

BRASIL. **Ações Federais 1995-2002 - Mato Grosso do Sul**. Governo Federal. Brasília, p. 24. 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Fundação Getúlio Vargas - FVG. São Paulo, p. 15. 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil**. São Paulo. 2010.

BUNGESNTABG, D. J. **Agronegócio com sustentabilidade: A eficiência das cadeias produtivas do agronegócio em Mato Grosso do Sul**. Brasília: Embrapa Gado de Corte, 2012.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. V, n. 1, p. 163-177, Jan 2000.

CAGED. Perfil do município. **Ministério do Trabalho e Emprego**, 2013. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 04 março 2013.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. 2ª. ed. São Paulo: Portico, 1962.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum**: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CNA. **Guia de Financiamento para a Agricultura de Baixo Carbono**. Brasília: CNA, 2012. 44 p.

COHN, A. Saúde e Desenvolvimento Social. **Saúde e Sociedade**, n. 8, p. 41-47, 2009.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**: Um guia prático para alunos de graduação de pós-graduação. 2ª. ed. São Paulo: Bookman, 2005.

CONAB. **Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar**. Companhia Nacional de Abastecimento. Brasília, p. 19. 2011a.

CONAB. **Acompanhamento de safra brasileira: grãos**. Companhia Nacional de Abastecimento. Brasília, p. 41. 2011b.

COUTO, J. M.; COUTO, A. C. L. Agricultura e desenvolvimento: as idéias agrícolas de Raúl Prebisch. **A Economia em Revista**, v. 15, n. 2, p. 64-73, Dezembro 2007.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DAVID, C.; CORRÊA, W. G. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira - de 1960 aos dias atuais. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 23-43, Jan./Jun. 2002.

ELKINGTON, J. Enter the Triple Bottom Line. In: HENRIQUES, A.; RICHARDSON, J. **The triple bottom line, does it all add up?:** assessing the sustainability of business and CSR. London: Earthscan, 2004. Cap. 1, p. 1-16.

EMBRAPA. Tecnologias de Produção de Soja na Região Central do Brasil 2003. **EMBRAPA**, janeiro 2003. Disponível em:

<<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Soja/SojaCentralBrasil2003/rotacao.htm>>. Acesso em: 20 novembro 2011.

EMBRAPA. Integração Lavoura, Pecuária e Floresta. **Marco Referencial, EMBRAPA**, Especial Embrapa, p. 27-32, Dezembro 2009.

ESMAP. **Brasil: País de Baixo Carbono - Estudo de Caso**. Energy Sector Management Assistance Program (ESMAP). [S.l.], p. 32. 2010.

ESSELIN, P. M. A história do Mato Grosso do Sul. In: **MS Zoneamento Ecológico Econômico do MS**. Campo Grande: Semac, v. 1, 2008. Cap. 1, p. 11-20.

FAMASUL. **Agroalimento**. FAMASUL. Campo Grande, p. 212. 2010.

FAMASUL. **Retrospectiva Agro 2011: um balanço do agronegócio de Mato Grosso do sul em 2011**. Federação da Agricultura e Pecuária do estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, p. 40. 2012.

FAMASUL; APROSOJA MS; UFMS. **Elaboração da TRU e construção da Matriz Insumo Produto 2008**. FAMASUL/ APROSOJA/UFMS. Campo Grande, p. 72. 2013.

FAO. **The State of Food and Agriculture**. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome, p. 160. 2011a.

FAO. **The State of Food Insecurity in the World**. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome, p. 55. 2011b.

FGV. **Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios – ISDM (Nota Técnica)**. Fundação Getúlio Vargas/ Escola de Economia de São Paulo/ Centro de Microeconomia Aplicada – C-Micro/FGV. São Paulo. 2012a.

FGV. **Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios – ISDM: Sumário Executivo**. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, p. 116. 2012b.

FRANCO, A. D. **Capital Social: Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. [S.l.]: INSTITUTO DE POLÍTICA MILLENNIUM, 2001.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GOMES DA SILVA, J. **A Reforma Agrária na virada do milênio**. Campinas: ABRA, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e as relações de trabalho na agricultura paulista**. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, p. 299. 1980.

GRAZIANO DA SILVA, J. Os velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: FLEXOR, G. **Desenvolvimento Rural Sustentável**. [S.l.]: [s.n.], 2008.

GRAZIANO NETO, F. **A questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRESSLER, L. A. **Introdução à Pesquisa: projetos e relatórios**. 2ª. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GUIMARÃES, E. N. **Habitação Social em Montes Claros: Aspectos e Abrangência das Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, p. 110. 2007.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 13 Dec 1968.

HIRSCHMAN, A. **The strategy of economic development**. Yale University Press. New Haven, p. 217. 1958.

HOFFMAN, R. **O rendimento das pessoas ocupadas na agroindústria canavieira no Brasil**. ESALQ USP. Piracicaba. 2004.

IBGE. **Censo Demográfico**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. 2010.

IBGE. **Produção da Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: CD ROM, v. 38, 2010a. 61 p.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, p. 89. 2010b.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006: 2ª Apuração**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, p. 774. 2012.

IBGE. IBGE Cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 04 março 2013.

KASSOUF, A. L. Acesso aos serviços de saúde nas áreas urbana e rural do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 29-44, Ja-/Mar 2005.

LANGONI, C. G. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labor. **The Manchester School**, v. 22, n. 2, p. 139-191, Maio 1954.

LIMA, D. J. P. **Agroindústria canavieira e emprego: evolução recente e perspectivas**. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 100. 2010.

LUCHT FILHO, H. Desenvolvimento x crescimento econômico: uma análise histórica das teorias. **Evinci 2004**, Curitiba, 2004. 44.

MANTEGA, G. Modelos de Crescimento e a Teoria do Desenvolvimento Econômico. **Relatório de Pesquisa**, São Paulo, v. 3, p. 1-54, 1998.

MAPA. **A força da agricultura: 1860-2010**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, p. 69. 2010.

MARCOVITCH, J. **Crescimento econômico e distribuição de renda: prioridades para ação**. São Paulo: EdUSP, 2007.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**: tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural, v. I, 1996.

MARTINE, G. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetes, 1987. p. 59-79.

MASCARENHAS, A. et al. Análise das Classes de Renda Rural em Mato Grosso do Sul. **Artigos Técnicos Famasul**, Campo Grande, Julho 2012. 6.

MATO GROSSO DO SUL. **Zoneamento Ecológico Econômico do Mato Grosso do Sul**. SEMAC e Parceiros. Campo Grande, p. 128. 2008.

MATO GROSSO DO SUL. Perfil de MS. **Governo do Estado de Mato Grosso do Sul**, 2012. Disponível em:

<<http://www.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=4298&show=3626>>. Acesso em: 15 junho 2012.

MCGILVRAY, J. W. Linkages, key sector and development strategy. In: LEONTIEF, W. **Structure, system and economic policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. p. 49-56.

MEADOWS, D. H. et al. **The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind**. New York: Universe Books, 1972.

MOORE, B. **Aspectos morais do crescimento econômico e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MORAES, M. A. F. D. Análise do Mercado de trabalho formal do setor sulcroatoleiro no Brasil. **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, Ribeirão Preto, 2005.

MORAES, R. C. C. **Globalização e radicalismo agrário: globalização e políticas públicas**. São Paulo: UNESP, 2006.

NEVES, E. F. **História Regional e Local no Brasil: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local**. Feira de Santana/ Salvador: UEFS/ Ed. Arcádia, 2002.

NURKSE, R. **Patterns of trade and development**. [S.l.]: Business & Economics, 1959.

OSAKI, M.; BATALHA, M. O. Efeito da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) na comercialização de milho e soja nas cinco regiões geográficas do Brasil. **SOBER**, Porto Alegre, 30 Julho 2009.

PAINEL FLORESTAL. Florestas plantadas: a nova potência econômica de MS. **Portal do Agronegócio**, 2010. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=36724>>. Acesso em: 23 Abril 2012.

PAINEL FLORESTAL. O Potencial Florestal de Ribas do Rio Pardo. **Painel Florestal TV**, 2010. Disponível em: <<http://painelflorestal.com.br/painel-florestal-tv/ribas-florestal/63/o-potencial-florestal-de-ribas-do-rio-pardo>>. Acesso em: 22 Abril 2012.

PAP. **Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Brasília, p. 52. 2010.

PEIXOTO, A. M. **Enciclopédia Agrícola Brasileira**. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 4, 2002.

PÉRICLES, L. G.; CALAFANGE, L. P.; DOS ANJOS, M. L. C. **Crescimento Econômico e Desenvolvimento Social**. Alagoas: UFAL, 2003.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano Brasileiro 2009/2010**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud. Brasília, p. 318. 2010.

PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**, 2012. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: Fevereiro 2013.

POLL, H. et al. **Anuário brasileiro da pecuária 2011**. Editora Gazeta Santa Cruz. Santa Cruz do Sul, p. 128. 2011.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas (1949). In: GURRIERI, A. **La obra de Prebisch en la CEPAL**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Notas Sobre a Teoria do Grande Impulso. In: ELLIS, H. S. **Desenvolvimento Econômico para a América Latina**. São Paulo: Ática, 1964.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, J. V. T. Efeitos sociais da modernização da agricultura. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial/HUCITEC, 2002. p. 251-266.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, V. D.; CANDELORO, R. J. **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre: RS: AGF, 2006.

SAULE JR, N. Direito à Moradia como Responsabilidade do Estado Brasileiro. In: SAULE JR, N. (. **Direito à Cidade: Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis**. São Paulo: Max Limonad / Instituto Pólis, 1999.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle**. Cambridge: Harvard University, 1934.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development**. Cambridge: Harvard University, 1957.

SEMAC. **Produto interno bruto: PIB Municipal**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Campo Grande, p. 69. 2012.

SOUZA, N. J. DESENVOLVIMENTO SEGUNDO STUART MILL E ALFRED MARSHALL. In: SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

SZMRECSÁNYI, T.; RAMOS, P. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial/Hucitec, 2002. p. 227-250.

TANAHARA, L. Perspectivas Econômicas de Mato Grosso do Sul. In: **MS Zoneamento Econlógico Econômico do MS**. Campo Grande: Semac, v. 1, 2008. Cap. 3, p. 37-67.

UN. United Nations Documentation: Research Guide. **United Nations**, 23 december 2003. Disponível em: <<http://www.un.org/depts/dhl/resguide/r58.htm>>. Acesso em: 06 novembro 2011.

UN. **Water for cities: responding to the urban water challenge**. Nações Unidas. Itália, p. 12. 2011.

UNCCD. Human Rights and Desertification. **Desertification, Land Degradation and Drought**, Germany, n. 1, p. 36, 2008.

UNFPA. **Relatório sobre a situação da População Mundial 2011**. UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. [S.l.], p. 132. 2011.

UNICA. **Futuro verde: A Cana-de-açúcar no centro da economia de baixo carbono**. União da Indústria de Cana-de-Açúcar. São Paulo, p. 36. 2011.

UNICEF; WHO. **Progress on Drinking Water and Sanitation**. Uncef e World Health Organization. [S.l.], p. 66. 2012.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 8, n. 2, p. 344-369, Maio-Agosto 2012.

WANDERLEY, M. D. N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Difusão de Tecnologia: Embrapa**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 13-78, jan./abr 1985.

WATER AID. **Saneamento e Água para Todos**. Water Aid Global. EUA, p. 16. 2012.